

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROBERTO FLORENTINO DA SILVA

**SEXO, DINHEIRO E REPRESSÃO: O GLOBAL E O LOCAL NA DINÂMICA
SÓCIO-ESPACIAL DA PROSTITUIÇÃO**

Francisco Beltrão,
2013

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROBERTO FLORENTINO DA SILVA

**SEXO, DINHEIRO E REPRESSÃO: O GLOBAL E O LOCAL NA DINÂMICA
SÓCIO-ESPACIAL DA PROSTITUIÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Francisco Beltrão – UNIOESTE, na área de concentração “Produção do Espaço e Meio Ambiente”, linha de pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais”, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Fernando dos Santos Sampaio.

Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Silva, Roberto Florentino da

S586 Sexo, dinheiro e repressão: o global e o local na dinâmica sócio-espacial da prostituição. / Roberto Florentino da Silva. – Francisco Beltrão, 2013.

140 f.

Orientador: Dr. Fernando dos Santos Sampaio.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Prostituição – Francisco Beltrão - Paraná. 2. Sexo – Aspectos sociais. 3. Sexo – Aspectos economicos. 4. Geografia Econômica. I. Sampaio, Fernando dos Santos. II. Título.

CDD – 306.740981

331.76130674

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

SEXO, DINHEIRO E REPRESSÃO: O GLOBAL E O LOCAL NA
DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DA PROSTITUIÇÃO

Autor: Roberto Florentino da Silva

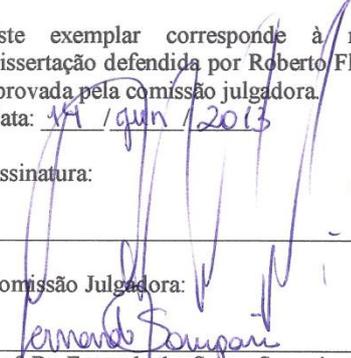
Orientador: Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio

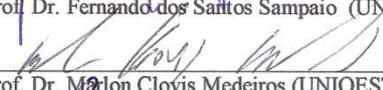
Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Roberto Florentino da Silva e
aprovada pela comissão julgadora.

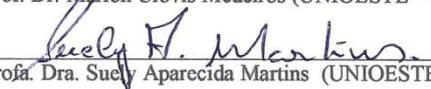
Data: 14/10/2013

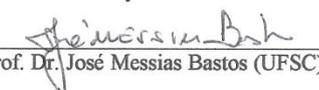
Assinatura:

Comissão Julgadora:


Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio (UNIOESTE – F.B)


Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros (UNIOESTE – F.B)


Prof. Dra. Suelly Aparecida Martins (UNIOESTE – F.B)


Prof. Dr. José Messias Bastos (UFSC)

Francisco Beltrão - PR

2013

DEDICATÓRIA

Aos sábios pensadores, de todos os tempos e lugares, que dedicaram as suas vidas à construção do conhecimento humano.

À minha esposa Edile e a toda minha família, pela compreensão e apoio incondicional em todos os momentos.

Aos amigos, colegas, professores e a todos os seres humanos, que alternam o riso e o choro, nesse espaço e nesse tempo chamado vida.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao generoso compartilhar de conhecimento de vários professores, especialmente os do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, aos quais cabem todos os agradecimentos.

A vivência dos ensinamentos, orientações, incentivos e mesmo do companheirismo e da amizade dos professores e dos colegas de curso foi uma experiência gratificante e enriquecedora, pela qual cabe um profundo e respeitoso agradecimento.

Um agradecimento especial ao professor Fernando dos Santos Sampaio, orientador deste trabalho que, além de professor competíssimo, foi um orientador dedicado e generoso, muitas vezes fazendo o papel de verdadeiro psicólogo, por todo o incentivo, apoio, paciência e a verdadeira amizade que me proporcionou ao longo desses últimos anos.

As valiosas contribuições dadas, durante o exame de qualificação, pelos professores Fabrício Pedroso Bauab e Suely Aparecida Martins foram de grande valia para o trabalho. A eles meus agradecimentos.

Também os participantes das pesquisas e os entrevistados merecem um agradecimento especial, pelo desprendimento com que forneceram as informações, às vezes muito íntima e privativa.

Aos coordenadores e assistentes do Programa, o agradecimento pela pronta disposição em ajudar, orientar, e resolver as pendências burocráticas e administrativas, sempre com sorrisos acolhedores.

Finalmente, aos familiares e amigos, pela sua generosíssima compreensão das ausências nos lazeres e atividades sociais, durante tantas noites, festas e finais de semana, nesses últimos dois ou três anos, valorizando ainda mais a dedicação empenhada no presente estudo.

RESUMO

Este trabalho busca analisar a dinâmica sócio-espacial da prostituição no município de Francisco Beltrão, Paraná, em suas primeiras manifestações, num momento, e na atualidade, em outro momento, e as modificações ocorridas nas formas, funções, estruturas e processos dessa atividade, aqui entendida como atividade econômica. Parte da escala geral da indústria do sexo no mundo globalizado, do tráfico internacional de pessoas, das formas de organização dessa atividade na cidade de São Paulo, para dar um recorte mais preciso dessa atividade na escala do Município. Tenta analisar a explosiva mistura de sexo, dinheiro e preconceitos apenas como uma atividade sócio-econômica, à luz das categorias da Geografia Econômica.

Palavras-chaves: Prostituição. Tráfico de pessoas. Repressão sexual. Sexo e mercadoria. Geografia Econômica.

ABSTRACT

This dissertation seeks to analyze the socio-spatial dynamics of prostitution in the city of Francisco Beltrão, Paraná, in its earliest manifestations, in specific moments, and at present, at another time, and alterations in the forms, functions, structures and processes of this activity, here understood as an economic activity. Part of the overall scale of the sex industry in a globalized world, of international trafficking of people, and the forms of organization of this activity in the city of São Paulo, to give a more precise cut of this activity on the scale of Francisco Beltrão. It attempts to analyze the explosive mix of sex, money and prejudices just as a socioeconomic activity in the light of the categories of Economic Geography.

Keywords: Prostitution. People Traffic. Sexual repression. Sex and merchandise. Economic Geography.

Title: SEX, MONEY AND REPRESSION: GLOBAL AND LOCAL IN SOCIO-SPATIAL DYNAMICS OF PROSTITUTION.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. Preços dos serviços de prostituição em diversas cidades do mundo.....	27
FIGURA 02. Calendário 2013 da companhia NOK AIR, da Tailândia.....	29
FIGURA 03. Mapa – Situação legal, fluxos e preços da prostituição no mundo.....	51
FIGURA 04. Anúncios de garotas de programa nos telefones públicos de São Paulo.....	90
FIGURA 05. Foto de <i>American Bar</i> e Boates na Rua Augusta, em São Paulo.....	91
FIGURA 06. Cartão de visita do prive Fany Sex, de São Paulo.....	92
FIGURA 07. Exemplos de anúncios diários do Jornal de Beltrão, sobre o oferecimento de serviços sexuais.....	111
FIGURA 08. Anúncios publicados no Jornal de Beltrão, da Boate Casablanca.....	112
FIGURA 09. Capa parcial da Revista Veja, de 21.11.2012.....	118

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	vi
RESUMO.....	vii
LISTA DE FIGURAS.....	viii
INTRODUÇÃO	10
Observações sobre o método.....	13
CAPÍTULO 1. A PROSTITUIÇÃO E O TRÁFICO DE PESSOAS	20
1.1 A globalização e o mercado mundial do sexo.....	24
1.2 O turismo sexual e o tráfico de pessoas	26
1.3 Considerações sobre as estatísticas do tráfico de pessoas	46
CAPÍTULO 2. A REPRESSÃO, A LIBERAÇÃO SEXUAL E A PROSTITUIÇÃO	52
2.1 Prostituição: proibição, regulamentação ou abolição?	68
CAPÍTULO 3. A PROSTITUIÇÃO EM SÃO PAULO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DAS TRABALHADORAS DO SEXO	76
3.1 A prostituição na Vila de São Paulo de Piratininga	78
3.2 A prostituição na cidade de São Paulo	85
3.3 As grandes mudanças nos anos 1990.....	88
CAPÍTULO 4. A PROSTITUIÇÃO EM FRANCISCO BELTRÃO	101
CAPÍTULO 5. SEXO E MERCADORIA	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

Ao se recortar a prostituição como um objeto passível de análise, emerge imediatamente a necessidade de se estudar as relações entre capital, circulação de pessoas e a prostituição, embora o anonimato, os encontros furtivos e a camuflagem sejam a tônica dessa atividade, cercada de preconceito social, o que dificulta a obtenção de dados confiáveis e a sua respectiva análise.

O senso comum parece ainda manter a dicotomia preconceituosa, separando as mulheres em “santas” e “putas”, ou as “para casar” e as “outras”, e são freqüentes as associações entre a prostituição e a pobreza, o uso de drogas, as doenças venéreas (DST/AIDS) e a violência ou a criminalidade, principalmente no discurso da mídia escrita e televisiva.

Da discussão causal emergem a exclusão social, a pobreza, o abuso sexual na infância, a desestruturação familiar, a violência estrutural, o descaso das instituições públicas, o tráfico e a exploração de pessoas, e a dúvida sobre a denominação mais apropriada para retratar essa atividade: “*prostitutus*” ou “*prostituídas*”, e “*ser*” ou “*estar*” prostituta.

A complexidade do tema sexualidade e suas contradições ficam evidentes nos dados de pesquisa citados por SILVA (2009):

Apesar de o senso comum ditar que o “povo brasileiro” tem em sua essência a liberdade de expressão, sendo passivo com o que pode ser chamado de “liberal”, tendo o carnaval e a exposição de corpos nus como um dos ícones dessa ideologia, na realidade, os preceitos morais ainda estão ligados à sociedade.

Existe um tabu quando se fala em sexo, é incomum uma referência livre em relação ao tema. Como exemplo, pode-se citar Almeida (2007, p. 153) que numa pesquisa sobre práticas sexuais, originada no PESB (Pesquisa Social Brasileira), classificou o Brasil de conservador. Eis alguns dados:

81% do país é totalmente contra o homossexualismo masculino;
 78% é totalmente contra o homossexualismo feminino;
 60% é totalmente contra o sexo anal entre homem e mulher;
 50% é totalmente contra o homem fazer sexo oral na companheira;
 49% é totalmente contra o uso de revistas pornográficas para excitação sexual;
 49% é totalmente contra a mulher fazer sexo oral no companheiro;
 44% é totalmente contra a masturbação feminina;
 40% é totalmente contra a masturbação masculina.

Por essa pesquisa observa-se uma contradição entre o “país liberal” e a realidade vigente. (SILVA, 2009, p.704-716).

Citando a mesma pesquisa, Carmo (2011), afirma que, em termos de mentalidade, o Brasil comporta dois países: o da visão mais liberal sobre o sexo e o outro, o dos

conservadores. Ao primeiro grupo pertencem os formadores de opinião, mais escolarizados, que residem nos grandes centros urbanos, trabalham fora e, em algumas situações, definem o conteúdo da mídia. Os conservadores formam o expressivo contingente de baixa escolaridade, que estão longe dos postos de decisão, e que só aceitam o sexo tradicional. Destaca que “os mais velhos são os mais conservadores por terem sido socializados num país diferente”, e conclui que a maioria dos brasileiros é conservadora, tendendo a se tornar mais liberal apenas a longo prazo em decorrência da substituição da atual geração pelas novas gerações com maior escolaridade¹.

Essa contradição entre a liberalidade e o conservadorismo da sociedade brasileira fica evidente também quanto à legalização do trabalho das prostitutas, defendida pelas organizações de apoio, e objeto do Projeto Lei 98/2003, que dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual, de autoria do Ex-Deputado Fernando Gabeira e do Projeto de Lei 4211/2012, que regulamenta a atividade dos profissionais do sexo, de autoria do Deputado Jean Wyllys, apresentados à Câmara dos Deputados, e objetos de infundável discussão, a exemplo das polêmicas que esse assunto causa em inúmeros outros países atualmente.

A descriminalização ou a “naturalização” da prostituição recebe críticas severas, exemplificadas no texto abaixo²:

Dizer que a prostituição é um trabalho e ainda, voluntário, é, no mínimo, um insulto às mulheres, é um insulto ao trabalho, é o menosprezo total das condições que levaram tais mulheres a se submeter e mesmo a defender a “profissão” que exercem. O que poderia levar uma criança, uma adolescente, uma mulher a este aviltamento senão a força, o poder, o estupro, a violência social que aceita a figura do “cliente” como seqüência de corpos profanados, usados e abusados, assujeitados, escravizados? Basta lembrar que o tráfico de mulheres só é superado em lucratividade pelo comércio das armas. Estariam todas estas mulheres e meninas nos bordéis e nas ruas, por sua livre vontade, presas de sua “natureza” perversa?

A naturalização e a profissionalização da prostituição não é também uma forma de convencimento para as meninas / adolescentes? Por que não ser prostituta, “trabalho” “fácil”, para se ganhar muito dinheiro? Não se explica a elas o que vão constatar: a perda de sua condição de sujeito, de ser humano, entre surras e pancadas, na total insegurança, sem falar nesta intimidade, nesta troca de fluidos corporais, de odores, texturas, hálitos, suores, a invasão e a despossessão de seus corpos por qualquer indivíduo do sexo masculino? Como se ousa dizer que alguém quer ou gosta de ser prostituta?

De fato, a prostituição é a banalização do estupro. (SWAIN, 2004, p. 26)

¹ Ver Carmo 2011. p. 407.

² SWAIN, T. N. “Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica”. Unimontes Científica. Montes Claros, v. 6, no. 2, Jul/Dez 2004.

Mas, afinal, o que é prostituição? Por que ela continua existindo em praticamente todas as sociedades, apesar da pretensa e comentada liberalização sexual, que vem ocorrendo desde os anos 1960, após a descoberta da pílula anticoncepcional, que possibilitou a dissociação do sexo pelo prazer, do sexo voltado unicamente à procriação? Como essa atividade se transformou e se desenvolveu, adaptando-se às mudanças econômicas e sociais ocorridas no mundo? Como isso aconteceu no município de Francisco Beltrão? Estas são as perguntas que orientaram este trabalho e que procurar-se-á responder, apesar da sua abrangência e complexidade.

O primeiro passo foi optar por um recorte tratando apenas a prostituição feminina adulta, não considerando, portanto, a prostituição masculina e a dos travestis, bem como a exploração sexual de menores de idade, a fim de não adentrar nas discussões acerca das questões de Gênero, Disfunções Sexuais e das Parafilias³.

A intenção foi buscar o entendimento da prostituição na sua dimensão como atividade econômico-social, tratando assim da importância dos aspectos locacionais, das condições de classe (origem social das prostitutas); aspectos econômicos gerais (crises, desemprego, turismo sexual e a indústria do sexo); importância das mudanças técnicas (celular e Internet); a suposta necessidade social da prostituição; e o desenvolvimento e a importância econômica da atividade. A forma como se apresenta a prostituição, a sua função social e a sua estrutura permitem uma análise mais aprofundada desta atividade, no entanto, é somente entendendo o processo de transformação que se pode compreendê-la de forma mais abrangente.

Além das suas múltiplas causalidades, caracterizando a prostituição como um fenômeno complexo e multideterminado, encontram-se sujeitos históricos, exercendo uma atividade em um contexto socioeconômico definido, no qual estabelecem suas relações de afetividade, constroem os seus sonhos e desejos de bem-estar, e desenvolvem o significado de pertencer a um mesmo espaço. Esses sujeitos históricos estão inseridos em contextos socioeconômicos específicos, que se transformam no tempo e no espaço. Compreender a dinâmica espacial da prostituição, suas especificidades no tempo e no espaço, é o objeto central deste trabalho.

³ As Parafilias incluem Exibicionismo, Fetichismo, Frotteurismo, Pedofilia, Masoquismo, Sadismo, Travestismo Fetichista, Voyeurismo e Parafilia Sem Outra Especificação. (DSM IV – TR, 2003).

OBSERVAÇÕES SOBRE O MÉTODO

Na introdução da coletânea de artigos que compõe o livro: “Prostituição em áreas urbanas: histórias do tempo presente”, Pedro (2010) descreve os sentimentos que perpassam os autores que se dispõem a escrever sobre esse tema:

Contrariamente ao que costumeiramente se diz da prostituição, afirmando ser “a mais antiga das profissões”, e desta forma “naturalizando” a atividade, as/os autoras/es desta coletânea abordam-na com a complexidade que a questão exige. Sabem que esta é uma questão da História do Tempo Presente e, portanto, plena de polêmica, alvo de paixões. Falar de serviços sexuais, de trabalhadoras do sexo a partir da perspectiva da história, é abordar um tema sempre em mutação. As fontes convivem no cotidiano da escrita histórica. Nesta perspectiva, não existe o conforto do tempo que passou, das emoções que se amainaram, e que permitam, para quem escreve história, correr menos riscos. Quem escreve sobre esta história tão contemporânea sabe que está vivendo em perigo. Suas afirmações podem ser contestadas pelas próprias fontes, vivas, participantes do fazer historiográfico. Assim não é sem uma grande dose de coragem que as/os participantes desta coletânea aqui publicam seus trabalhos. (PEDRO, 2010, p. 13).

Essas citações conseguem sintetizar as emoções e as dificuldades enfrentadas na elaboração deste trabalho. Desde o emergir dos próprios preconceitos frente a situações relatadas ou escritas, até o número sem fim de possibilidades que cada parágrafo abre na intrincada correlação dos assuntos e temas abordados.

De forma geral será utilizado o termo prostituição para definir a atividade pela qual se faz sexo, por um período determinado, em troca de dinheiro, sem o estabelecimento de acordos formais. Dessa forma serão usados como sinônimos os termos garota de programa, prostituta, acompanhante e *scort girls*.

Tratar sobre a prostituição não é uma tarefa fácil. As múltiplas determinações que compõe a realidade neste caso se apresentam de forma tão intrincada que se torna difícil identificar qual é a sua determinação mais importante.

A possibilidade de entendê-la como uma atividade econômica, ou seja, um trabalho precarizado, ou apenas um meio de sobrevivência, defronta-se com a primeira grande dificuldade: a prostituição (ou a venda de “serviços” sexuais) se apresenta de diferentes formas, desde a escravidão sexual (e seu envolvimento com o tráfico de pessoas), até a prostituição de alto luxo (que atrai pessoas de várias classes sociais) passando pela atividade como forma de sobreviver à pobreza.

Por ser uma atividade ilegal em vários países ou, no caso brasileiro, ser ilegal a atividade de proxenetismo, (sem a qual fica difícil compreender a prostituição), tornou-se

muito difícil a obtenção de dados confiáveis sobre esta atividade. Não só o fato da ilegalidade atrapalha na obtenção de dados. O sexo ainda permanece um tabu, e são poucos os casos de pessoas envolvidas nesse ramo que estão dispostas a falar abertamente em uma entrevista. No caso da prostituição de alto luxo isso se torna quase impossível.

A forma encontrada para a obtenção dos dados necessários à pesquisa foi o uso de fontes secundárias (entrevistas em revistas e jornais, trabalhos jornalísticos ou acadêmicos, biografias etc.) e o uso de entrevistas informais seguindo a metodologia proposta por Mann (1975).

A opção pelas entrevistas informais foi quase natural, face à dificuldade de se encontrar pessoas dispostas a prestar informações sobre o assunto tratado e à impossibilidade de se utilizar questionários fechados, dado à abrangência do tema.

Quanto à forma das entrevistas realizadas, destacando a vantagem de que, como situação social, a entrevista informal é muito natural, permitindo maior liberdade para o informante estender-se e expor as suas ideias, ele acrescenta:

A entrevista mais informal será aquela onde o entrevistador, tendo iniciado a entrevista acerca do tema em que está interessado, permite ao informante impor a situação subsequente. É possível que o entrevistador tenha algumas frases provocativas que use para estimular o informante a falar, mas fora disso ele se limita a escutar. Como uma entrevista é essencialmente uma situação de estímulo-reação, isto quer dizer que muito pouca padronização, seja dos estímulos, seja do registro das reações. (MANN, 1975, p.103).

Assim, além da revisão bibliográfica e da coleta dos dados estatísticos, optou-se por entrevistas informais com pessoas que conheceram essa atividade em seu início, no Município, e outras que ajudam a compor o quadro atual da prostituição, recortando-se dois momentos significativos no desenvolvimento dessa atividade.

Foram realizadas 10 entrevistas, sendo duas com clientes de prostituição de São Paulo; três com clientes de Francisco Beltrão; uma com o proprietário de casa de prostituição localizada em município vizinho; uma participante de força tarefa pública; uma agenciadora de garotas de programa; uma dirigente de ONG que trabalha com prevenção de DST/AIDS; e um participante de grupos de *swing*, do município de Francisco Beltrão, para que ajudassem a esclarecer vários pontos que ainda não se encontram na literatura especializada.

Dada à profusão de depoimentos de prostitutas e garotas de programa nos estudos especializados, nos livros, na mídia escrita e impressa, e nos relatos autobiográficos em geral, e pela dificuldade em conseguir profissionais que se dispusessem a dar entrevistas, optou-se

por se analisar alguns desses depoimentos já publicados, confrontando-os, evitando-se a visão quase homogênea da vitimização da mulher e mantendo-se o foco de análise na prostituição como atividade econômica.

O trabalho de campo realizado em São Paulo, durante dois dias⁴, ateu-se à visita e observação das casas de prostituição chamadas “privês”, em número de 07; da prostituição de rua nas proximidades da Praça da Sé; e da movimentação noturna da Rua Augusta, tradicional ponto de prostituição e casas de show, para se observar, *in loco*, como se dá a organização espacial dessa atividade naquela cidade. A busca de uma grande cidade como elemento de comparação do desenvolvimento da prostituição, onde esta atividade possui estruturas e formas diferentes (fruto de seus diferentes processos), possibilita estabelecer as diferenças e semelhanças com Francisco Beltrão e assim verificar as especificidades encontradas em cada um dos casos. A escolha de São Paulo deveu-se, sobretudo, à ampla publicação de estudos, livros e textos sobre essa atividade naquela Capital, o que permitiu a análise entre o observado e a bibliografia existente.

Foram feitas várias tentativas de se entrevistar garotas de programa de Francisco Beltrão, mas as dificuldades colocadas pela agenciadora passavam por ser a cidade pequena e a maioria das garotas não desejar maior divulgação, visto que levavam vida “normal” paralela à de garotas de programa, como trabalho, estudo e vida familiar.

Foi descartada a opção de se contratar “programa” ou de se pagar para se obter entrevistas, pelos diversos aspectos éticos envolvidos. A ênfase em se analisar a prostituição como uma atividade econômica que se desenvolve e se modifica no contexto sócio-econômico em que está inserida, priorizou a entrevista com clientes e agenciadora, permitindo informações sobre a atividade e algumas histórias específicas das prostitutas contadas aos seus clientes. A utilização de entrevistas e depoimentos de garotas de programa, de várias épocas e lugares, já publicados em livros, revistas, jornais, e em outros estudos do tema, ajudaram a fundamentar ou realçar os aspectos discutidos neste trabalho.

Buscou-se a apresentação dos dados, mantendo-se a confidencialidade das entrevistas, o que dificultou em alguns momentos a redação do texto, pois se pretende mostrar a confiabilidade das informações dadas e, portanto, identificar o papel do sujeito que está sendo entrevistado, ao mesmo tempo em que se pretende esconder quem é esse sujeito para que sua identidade não seja revelada. A forma escolhida para resolver essa aparente contradição foi identificar os entrevistados apenas com letras no lugar dos nomes, visando o anonimato e a

⁴ Trabalho de campo realizado nos dias 30 e 31.07.2011, em São Paulo.

confidencialidade prometida. Assim, serão citados como: “alguns entrevistados” quando a idéia apresentada for comum de dois ou mais, e “Sr. ou Sra. A, B, C,”, quando for específica de apenas um (a) entrevistado (a).

Outra dificuldade encontrada foi a divergência nos dados estatísticos publicados por organizações da sociedade civil, estudiosos e governos. Muitas vezes os interesses por trás da divulgação de dados acabam tornando-os pouco confiáveis, muitas vezes inflando uma estatística e outras diminuindo o volume real do problema. Optou-se nesse caso em apresentar sempre um contraponto quando não se tem claro quais os limites de cada dado apresentado.

A difícil tarefa de se perseguir um eixo central, limitando-se e abstraindo-se de outros vieses altamente interessantes é a tônica do presente trabalho. De uma sensação inicial de se contar com pouca publicação a respeito do tema escolhido, à imensa complexidade da rede de assuntos correlacionados, e um grande número de publicações mais recentes, resta a sensação desafiadora de tentar acertar na escolha do que fará parte deste trabalho e o que será deixado para a consideração de outros pesquisadores.

O risco de se cair em uma discussão moral é muito grande, assim buscar-se-á entender como se dá a organização do espaço da prostituição, não entrando no mérito da legalidade/ilegalidade, do moral/imoral ou do certo/errado. O ponto central a se criticar da prostituição como atividade econômica está relacionado à coisificação do ser humano, à transformação do corpo em mercadoria, como nos apresenta GRUPPI (1979, p. 75):

A este propósito, é significativo o fato de que é comum se dizer, com muita facilidade, que é ‘puta’ uma mulher que tem muitos amantes, o que não é verdadeiro; isso não se diz, ao contrário, de uma mulher que casa com um homem pelo seu dinheiro. Todavia, na base do fenômeno da prostituição está a venalidade; a promiscuidade é apenas a consequência disso. Mas, na realidade, a promiscuidade escandaliza mais do que a venalidade. Quando a mulher é considerada coisa em propriedade, não é tão surpreendente que ela se venda; o escândalo maior ocorre quando uma mulher se recusa a ser propriedade exclusiva de um homem: valor de uso, precisamente.

Ou seja, a identificação da prostituição neste trabalho não estará relacionada à promiscuidade, mas sim à venalidade, à transformação do corpo em mercadoria (com seu valor de uso e valor de troca), à coisificação do ser humano que, importante salientar, não se dá apenas na atividade de prostituição.

O tabu do sexo, a transformação e liberalização da sociedade, os aspectos psicológicos que envolvem clientes e prostitutas, os aspectos legais e os aspectos econômicos, culturais e antropológicos desta atividade tornam o tema altamente complexo. É dentro desta

complexidade que se adotará um recorte que busca entender as especificidades da prostituição como uma atividade econômica, fonte de remuneração para uns e de lucro para outros.

Dessa forma não se adotará metodologias de pesquisa participativa ou etnográfica, que poderiam trazer dados mais profundos no âmbito pessoal dos atores envolvidos, por se pretender primordialmente analisar a prostituição como atividade econômica, além de se dispor de excelentes estudos realizados com essas metodologias. Como exemplo, o trabalho *Noites de Cabaré*, de Alves (2010) que, optando “pelo método etnográfico, a partir de lições malinowskiana, por ele me permitir olhar, compreender e conviver com meu objeto de estudo, captando tanto as práticas quanto a visão de mundo dessas mulheres em seu próprio cotidiano”, frequentou durante seis meses a zona de meretrício objeto de seu estudo, conforme explica:

Em síntese, este trabalho foi realizado com base no alicerce construído entre a interação do pesquisador com as garotas de programa. Fez-se necessária a escolha de um fazer etnográfico apropriado, que me permitisse sair do *status* de estranho, posição que ocupei no início do trabalho de campo e passasse a ser considerado alguém próximo. Em princípio, minha presença as deixava inibidas. No entanto, com o passar do tempo e seguindo as orientações de Ruth Cardoso (1986) de que é necessário estabelecer amizades, esta foi se firmando aos poucos. Isso me favoreceu, tendo em vista que, passei a ser convidado para participar dos momentos de lazer, incluindo churrascos, festas, baile, banhos de rio e banhos de sol. Enquanto no interior do bordel pude desempenhar algumas funções como: taxista de cabaré, segurança, garçom, lavador de copos, caixa, entre outros.

Dessa maneira, durante seis meses convivi intensamente com as garotas de programa, sendo que em determinadas noites, a convite da proprietária, dormi no bordel. Dessa forma, pude coletar o máximo possível de dados que se encontram registrados em diários de campo, entrevistas semi-estruturadas realizadas com a utilização de gravador, além de diálogos informais e um amplo arquivo de fotografias. (ALVES, 2010, p.16)

Outro estudo com a mesma metodologia é o de Díaz-Benitez (2010), que narra em seu livro: *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*, as dificuldades da pesquisa etnográfica:

No Brasil, o método de observação direta em espaços de interação sexual ainda não constitui um campo de estudos consolidado, e as pesquisas nacionais sobre pornografia não têm explorado nem essa metodologia nem as análises que ela possibilita. Tal metodologia não é um território fácil, e os desafios decorrem não somente das dificuldades de o pesquisador ser aceito *in loco* por aqueles que interagem sexualmente, mas pelas próprias vicissitudes do “estar aí”. *Tearoom Trade* é apontada por diversos antropólogos como uma pesquisa ícone, apesar de ter sofrido críticas no meio acadêmico no que tange à metodologia utilizada pelo autor e à sua ética de aproximação aos sujeitos de estudo. Mas, mesmo que pudesse servir como um “manual” de campo – ao estilo do clássico *Os argonautas do*

Pacífico ocidental, de Malinowski – para pesquisar práticas sexuais mediante a observação direta, percebi, em minha primeira experiência etnográfica nos sets de filmagem, que, em se tratando de sexo, nenhum “prontuário” é capaz de oferecer ferramentas suficientes. Logo de cara, senti quanto o sexo mexe com questões morais guardadas no íntimo de nosso ser, embora tentemos deixá-las arquivadas na gaveta ao partirmos para o campo. Também percebi que uma pesquisa como esta colocava em jogo sentimentos como o pudor e o desejo sexual do pesquisador em interações em que, em nome do profissionalismo, deveriam ser reprimidos. (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010, p. 22-23).

Tal metodologia é de grande riqueza para estudos antropológicos, mas neste trabalho torna-se quase impossível uma interação desta forma em prazo tão exíguo. Além do mais as informações obtidas com tal interação não seriam por si só suficientes para a compreensão das múltiplas determinações da prostituição, mas apenas na ênfase de seu caráter antropológico. Sendo assim, preferiu-se o uso de um método que permita uma abrangência maior das várias determinações da prostituição.

O uso do método geográfico, baseado em Santos (2008)⁵, em especial o uso das categorias estrutura, processo, função e forma nos parece melhor para conseguir compreender a prostituição no viés da Geografia. Para Santos (2008, p. 67) “[...] sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial.” Assim, pode-se compreender a dinâmica espacial da prostituição através da análise da sua função e forma (aparência) buscando uma compreensão mais profunda pela estrutura e processo (que nos mostra a sua essência).

Baseou-se, também, em Andrade (1980) para quem a Geografia lança mão de conhecimentos de outras ciências afins, buscando descrever as formas visíveis da organização do espaço, sua utilização pelo homem e a explicação dos porquês desta organização.

Por isso o conhecimento geográfico não é estático; ao contrário, é eminentemente dinâmico, de vez que ao descrever e explicar a organização atual do espaço, ele está preocupado em explicar as causas desta organização, a razão de ser da mesma, estudando a sua evolução histórica e oferecendo as indicações das perspectivas para o futuro. (ANDRADE, 1980, pp. 18-19).

⁵ Para SANTOS (2008, p. 69) “*Forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente temos uma mera descrição de fenômenos ou um de seus aspectos num dado instante do tempo. *Função*, de acordo com o Dicionário *Webster*, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.” SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Edusp, 2008.

As idéias de processo e totalidade são fundamentais para o entendimento do que se chama de dinâmica espacial. Entender como uma atividade se apresenta, se desenvolve, e se modifica durante o tempo, trazendo junto a si os aspectos mais gerais da sociedade. Daí a necessidade de entendê-la sob suas múltiplas determinações, ou seja, sob a sua totalidade.

Com base nesse entendimento é que se buscará explicar a manutenção e transformação da prostituição, que nas palavras de Carmo (2011, p. 376):

Apesar dos avanços na liberdade sexual entre os jovens, a prostituição, ao contrário do que se pensa, não está com “seus dias contados”, mas adapta-se às novas exigências do mercado, à dinâmica social, à segregação e à dominação impostas pelo estilo de vida ocidental. Os tradicionais prostíbulos entram em declínio e, no entanto, a prostituição aumenta. As cidades se transformam.

Não só as cidades se transformam como também as cidades mantêm diferenças significativas entre si. A prostituição em uma metrópole e em uma pequena cidade possui características diversas entre si. O anonimato proporcionado pela grande cidade cria um ambiente de maior liberdade para a prostituição o que influi diretamente nas formas de organização espacial desta atividade. Verifica-se assim a importância do uso do princípio da analogia, que busca comparar as observações da área de estudo com o que se observa em outras áreas, estabelecendo semelhanças e diferenças existentes, como um dos princípios do método geográfico, conforme apresentado por Andrade (1980).

A forma de apresentação dos resultados foi dividida em quatro grandes partes: a primeira parte é relativa à atividade da prostituição e ao tráfico de pessoas no mundo, por darem um panorama geral e estarem extremamente relacionadas nos estudos e análises dos dados mais recentes. A segunda reúne análises sobre a repressão e a liberação sexual, e a evolução da prostituição. A terceira enfoca a prostituição em São Paulo em dois momentos distintos – em seu início histórico, na Vila de Piratininga, e na Metrópole de hoje. A quarta reúne dados específicos do Município de Francisco Beltrão, também em dois momentos - no seu início, e a organização atual dessa atividade no Município.

Complementando essas quatro exposições, e enfatizando as suas contradições, faz-se uma análise dos serviços sexuais oferecidos e tratados abertamente, como uma atividade econômica, que transforma o sexo (ou o corpo) em mais uma mercadoria disponível no imenso mercado globalizado.

CAPÍTULO 1 A PROSTITUIÇÃO E O TRÁFICO DE PESSOAS.

O jornal New York Times⁶ apresentou reportagem sobre a apreensão de proxenetas e clientes, em plena Manhattan, destacando que não era um caso comum de prostituição. Os homens acusados como líderes eram um pai e seu filho, que coagiam as mulheres a divulgar o seu comércio, viajando como vendedoras de sexo e distribuindo cartões de visita em hotéis e clubes de *striptease*.

Segundo os promotores de Manhattan, as mulheres foram marcadas e tatuadas com os apelidos dos cafetões: “Mr. Vee”, para o pai e “Koby Rei”, para o filho. Uma mulher foi tatuada com um código de barras. O pai, de 55 anos de idade, que administra uma rede de prostituição há pelo menos duas décadas, levou seu filho, de 33 anos, para o “negócio”, e ambos exigiam o atendimento de uma “cota” a cada noite, sob a ameaça de duras conseqüências, e tomavam a maior parte do dinheiro que as mulheres conseguiam – U\$ 200 a U\$ 500,00, por cliente.

A reportagem destacou a mudança de paradigma proporcionada pelo novo enquadramento por tráfico sexual, que permite uma condenação de até 25 anos de prisão para os proxenetas, que antes só podiam ser condenados à até 15 anos, por promover a prostituição com um adulto, e não criminaliza as mulheres prostituídas, vendo-as como vítimas dos cafetões e oferecendo serviços para ajudá-las a construir uma nova vida. Também sob a nova lei, os clientes que pagam prostitutas adultas para o sexo, passam a enfrentar condenações de até um ano de prisão, em substituição aos 90 dias da lei anterior:

Cyrus Vance Jr. R., o promotor distrital de Manhattan, disse que seu escritório tinha abraçado a nova abordagem, há muito defendido por aqueles que vêem a opressão brutal das mulheres como o componente que define o comércio de sexo. "Elas basicamente vivem como escravas dos cafetões", disse Vance, "Estes são casos tristes. Estas são mulheres que precisam de ajuda."

Uma lei federal, que entrou em vigor em 2000, reprimiu o tráfico sexual. Mas, em geral, alguém deve ser movido para além das fronteiras estaduais para fins de prostituição, antes dos procuradores federais terem jurisdição. A lei de Albany, aprovada em 2007, não tem essa limitação. Fica amplamente definido o tráfico sexual pelos métodos que um cafetão usa para controlar uma prostituta. O limite pode ser cumprido se os proxenetas instilam o medo de uma surra, mas também pela intimidação mais sutil, como espalhar um segredo que poderia sujeitar a pessoa ao ridículo, ou fazer

⁶ BUETTNER, R. (2012) Jornal New York Times, em 03 de maio de 2012, página A27. Acessado em 25.05.2012: http://www.nytimes.com/2012/05/03/nyregion/manhattan-prosecutors-focus-on-pimps-instead-of-prostitutes.html?_r=1

qualquer coisa "calculado para prejudicar" a saúde, segurança ou o status de imigração da prostituta. (BUETTNER, 2012).

Este recorte da reportagem ilustra a dificuldade de se tratar a prostituição, trazendo, a um só tempo: mulheres escravizadas e tatuadas com as marcas de seus cafetões ou códigos de barras; aprisionadas numa atividade comercial de sexo que passa de pai para filho; a dificuldade de os agentes da Lei enquadrarem os criminosos e oferecerem segurança ou alternativas às suas vítimas; a localização geográfica privilegiada econômica e socialmente, em plena Ilha de Manhattan, New York, USA; e a inevitável associação da prostituição com o tráfico de seres humanos.

Do outro lado do mundo, ao longo da fronteira tcheco-alemã e à beira da Rodovia E-55, conhecida também como a Rodovia do Amor, encontra-se a maior concentração de prostitutas da Europa. No livro *Economia Bandida*, Loretta Napoleoni (2010), traça um forte retrato das chamadas *Natashas* – “mulheres oriundas do antigo bloco soviético que ficam à beira da estrada oferecendo seus corpos a preço de banana”. Por toda a antiga fronteira entre a Europa Ocidental e a Oriental existe um aglomerado de mercados sexuais, bordéis e, em lugar da imaginária Cortina de Ferro, quiosques acortinados. A proliferação da prostituição nas rotas fronteiriças com os países ocidentais foi um marco dos anos 1990 no antigo bloco socialista. Parte das mulheres que trabalham nesta região são na verdade escravas sexuais compradas em vários países do leste europeu.

No noroeste da Sérvia se encontra um dos principais mercados de escravas sexuais, o Mercado Arizona que foi apelidado de Wal-Mart da Sérvia por ter sido construído por tropas norte-americanas durante a guerra dos Bálcãs. Os traficantes internacionais vêm ao local comprar mulheres, mandam as garotas ficarem nuas, as inspecionam tocando suas carnes e olhando suas bocas para depois darem o preço que estão dispostos a pagar.

Napoleoni (2010) salienta que, antes da queda do Muro de Berlim, a prostituição nos países comunistas era praticamente inexistente, mas com o desmantelamento do comunismo a prostituição tornou-se intensa, pois a população do antigo bloco socialista, principalmente as mulheres, foi lançada em grande pobreza. Responsáveis por mais de 80% das famílias monoparentais e atingidas por um desemprego feminino de cerca de 80%, muitas mulheres russas se tornaram prostitutas como forma de dar sustento aos filhos. Centenas de milhares de mulheres, agora desempregadas, viraram alvos preferenciais do negócio sujo de cáftens e traficantes de mulheres:

Já em 1991, um imenso estoque de mulheres eslavas afluía ao mercado ocidental. “Antes da queda do Muro de Berlim, a maioria das prostitutas da

Alemanha era de jovens alemãs”, lembra Stephen, um cáften gordo, de 60 anos de idade, também conhecido como *der Prinz* – O Príncipe. “*Agora tudo mudou. O mercado se expandiu, ficou mais internacional. Muitas mulheres vêm da Polônia e da Rússia, mas todas falam alemão, porque nós queremos que seja assim. Os clientes de hoje em dia não procuram só sexo, querem garotas que possam conversar com eles, criar um clima. Querem tomar uma bebida, bater papo, ver um showzinho, não é só bam-bam-bam*”. Stephen começou a trabalhar na indústria sexual alemã há 40 anos com umas poucas garotas nas ruas. Hoje, ele é considerado um dos magnatas do sexo em Berlim, embora não revele o número de boates de sua propriedade. (Napoleoni, 2010, p.26).

A autora afirma que, na década de 1990, a oferta de mulheres russas e leste-européias com educação superior foi fenômeno único na indústria da prostituição. Os cáftens “pescavam” num mar de mulheres sem sofisticação, principalmente garotas pobres asiáticas. “Logo ficou evidente que mulheres instruídas significavam altos preços, portanto grandes lucros”. (Napoleoni, 2010).

O tráfico de mulheres para a prostituição não é algo novo. As áreas onde se concentram grande pobreza trazem como conseqüência o aliciamento (voluntário ou não) de jovens para a prostituição em áreas onde a circulação do dinheiro é maior.

Carmo (2011) descreve a organização do tráfico de milhares de mulheres judias, por mafiosos também judeus, já no período de 1870 a 1939, comandados pelo “império criminoso chamado Zwi Migdal”, tendo como destino Buenos Aires, Brasil e Estados Unidos:

A pobreza esmagadora que assolava comunidades judaicas da Europa Oriental no finalzinho do século XIX alimentava o tráfico. Muitas das mulheres judias recrutadas para o meretrício saíam de lotados confinamentos urbanos ou de paupérrimas comunidades rurais onde os judeus também eram vítimas de várias perseguições. (CARMO, 2011, p.200).

O autor afirma que milhares de jovens moças pobres foram vendidas como escravas pela organização criminosa Zwi Migdal, composta de mafiosos judeus, a partir da década de 1870 até o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939. A maioria dessas jovens era oriunda das “miseráveis comunidades judaicas rurais da Europa Oriental”. Essa organização, dedicada ao tráfico de pessoas, também controlava prostíbulos em Buenos Aires, Rio de Janeiro e Nova York. “Da Argentina, as mulheres eram transportadas clandestinamente para bordéis no interior daquele país e também para Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. (CARMO, 2011, p.200).

Os métodos de aliciamento daquela época não diferem muito dos utilizados hoje em dia, para o tráfico de pessoas. Talvez mudem as promessas (casamento, dinheiro fácil, carreira como modelo etc.) e as regiões de aliciamento (Europa, África, Ásia, América Latina etc.) e

de atração para a atividade mas, de forma geral, mantém-se a atividade de aliciamento-tráfico-prostituição.

Buenos Aires foi o maior centro mundial de comércio da prostituição entre 1890 e 1930. O tráfico ligava a Europa, a partir de Paris, com a América, chegando a Buenos Aires. A organização Zwi Migdal embasava seu sucesso frente a outras várias gangues por se especializar em moças e meninas judias pobres, enganadas com promessas de casamento. Ao deixarem os portos europeus, elas acreditavam que viriam encontrar-se com seus maridos, só depois percebendo que seriam obrigadas a trabalhar como meretrizes em capitais como Rio de Janeiro, Buenos Aires e Nova York. Apesar de algumas receberem um “choque mortal” ao descobrirem que os “maridos” prometidos haviam “desposado” várias outras mulheres, para a mesma finalidade, muitas tinham conhecimento do que as aguardava na América e algumas conseguiram se tornar recrutadores de outras moças, para a organização criminosa, e “bem-sucedidas proprietárias de bordéis”, conforme apresentado por Carmo (2011):

Sophia, Rachel e Rebecca, cujas trajetórias foram pesquisadas pela jornalista Isabel Vincent, eram três jovens judias pobres que, como tantas outras, foram atraídas pela Zwi Migdal e vendidas para o meretrício. A situação econômica extremamente precária das famílias acabava levando-as a vender as filhas e assinar falsos contratos com os proxenetas. Esse foi o caso de Sophia, vendida a um estranho com a concordância relutante do pai, à luz do dia em uma praça pública no centro de um país europeu. As jovens, atraídas por promessas de falsos empregos e casamentos, deixaram para trás a pobreza e o antissemitismo dos apinhados guetos urbanos e vilarejos rurais da Polônia do início do século XX. Despachadas para bordéis do outro lado do continente, a vergonha da desonra as impedia de voltar para casa e contar a verdade aos familiares.

Consideradas impuras, não podiam então compartilhar sinagogas e cemitérios judeus. Mas essas três mulheres, Sophia, Rachel e Rebecca, não se abateram; organizaram-se e fundaram no Rio de Janeiro uma associação, a *Sociedade da Verdade*, para prestar assistência mútua em caso de doença ou morte, e, sobretudo, para poder participar dos rituais religiosos que as excluía. Sozinhas, com força incomum, lutaram por manter algo de sua dignidade. (CARMO, 2011, p. 200-201).

O mesmo método de aliciamento era utilizado por pessoas de outras nacionalidades, mirando as moças que viviam em condições precárias em seus países, e desejavam viver em regiões mais prósperas e tranquilas:

Foi o que ocorreu com Sally, que se animou com a chegada de um brasileiro israelita em seu pequeno vilarejo polonês. Ele lhe mostrou uma carta do tio, que havia prosperado com seu comércio no Brasil e que a convidava para vir morar e trabalhar com outros membros da família. Seu pai também se alegrou com a possibilidade de melhora da situação da filha e, quem sabe, da própria família no futuro. Chegando ao Rio de Janeiro, Sally foi recebida por outro tio e hospedou-se em casa de seus amigos. No início, tudo a agradou:

da farta comida à beleza da cidade. No entanto, algo a inquietou: na mesma casa morava também um casal polonês cuja forma de vida ela não entendia. Em um determinado dia, Sally indagou:

- *Raquel, por que é que aquela mulher sai todas as noites e só volta no dia seguinte? Por que é que o marido dela não trabalha?*

Raquel começou a rir, divertida, e eu sem entender nada.

- *Vou dizer-lhe, Chandel, mas não conte a ninguém! Ela é uma prostituta; sai todas as noites com homens e ganha dinheiro que entrega ao marido (Citado por Margareth Rago, "Nos bastidores da imigração", p. 165).*

Mais tarde, Sally se deu conta da situação ao passar por outra experiência mais direta e amarga. Seu tio Joe, bem-apegoado, logo que alojara a sobrinha em sua casa, passou a assediá-la com galanteios e propostas amorosas que a jovem teve de ocultar da tia. Conseguiu escapar das garras do tio procurando uma instituição judaica para receber abrigo. (CARMO, 2011, p. 202-203).

Em 1921 já era difícil julgar a condição de vítima das mulheres traficadas, apesar de ter sido promovida a Conferência Internacional sobre o Tráfico de Mulheres e Crianças, pela Liga das Nações, em Genebra, que concluiu que “a avidez pelo dinheiro” e “a perspectiva de uma vida fácil e feliz”, eram os principais incentivos à migração das prostitutas, tenham vindo enganadas ou por livre vontade. A maioria participava desse meio, conhecia suas regras e desejava uma vida melhor como meretrizes. Segundo o relatório “em pouquíssimos casos foi provado que estas mulheres foram enganadas em relação à natureza do emprego que lhes havia sido oferecido” (CARMO, 2011)⁷.

1.1 A GLOBALIZAÇÃO E O MERCADO MUNDIAL DO SEXO⁸

De forma geral é possível estabelecer uma mudança no mercado mundial do sexo nas últimas décadas do século XX. Não apenas a existência de várias indústrias ligadas ao sexo (que vai desde a indústria pornográfica até a farmacêutica passando pela do turismo e

⁷ Para a análise econômica não é relevante se há ou não conhecimento ou consentimento quanto à prostituição. Em ambos os casos a transformação do sexo (ou do corpo) em mercadoria é o ponto que se verifica como central. Obviamente o tráfico de pessoas que serão submetidas compulsoriamente a uma atividade sexual visando o lucro de outras pessoas é algo altamente condenável, assim como é altamente condenável a escravidão para qualquer outro tipo de atividade, seja cortar cana-de-açúcar, seja trabalhar em minas de carvão ou qualquer outro trabalho. Não se pretende também dar uma conotação moral e minimizar o sofrimento de quem se prostitui voluntariamente como forma de fugir da pobreza e garantir sua sobrevivência ou mesmo o seu padrão de consumo.

⁸ O termo globalização é utilizado aqui no seu uso mais comum, ou seja, não se pretende entender a globalização como uma nova teoria que explica o mundo, mas somente precisar o período recente no qual a abertura econômica e as políticas neoliberais tiveram papel central no comércio mundial. Não se pretende entrar na discussão sobre a capacidade interpretativa mais ampla da globalização como teoria, nem fazer a distinção entre globalização e mundialização, ou mesmo abordar o que se tem de mitos e inverdades sobre a globalização como ideologia. Ampla bibliografia trata sobre o tema (CHESNAIS, 1994; IANNI, 1995; BATISTA JR, 1998; HIRST. e THOMPSON, 1998; SANTOS, 2001; BENKO, 2002 entre outros) e para o presente trabalho tais discussões não acrescentariam elementos para uma abordagem diferente da que está posta.

entretenimento), mas também a prostituição propriamente dita passou por grandes transformações. Richard Poulin⁹ apresenta abrangente relatório de dados e análises sobre o capitalismo e o sistema mundial de prostituição, em duas de suas obras: “*La Mondialisation des Industries du Sexe – Prostitution, Pornographie, Traite des Femmes et des Enfants* (POULIN, 2011)” e “*Quinze Teses sobre o Capitalismo e o Sistema Mundial de Prostituição*” (POULIN, 2005), nas quais traça um notável mapa dos efeitos do capitalismo e da globalização sobre o que chama de Indústria do Sexo e as relações desta com os governos, com o crime organizado, com o tráfico de seres humanos, com a crescente Indústria do Turismo, e com as mais diversas legislações que permeiam o desenvolvimento das atividades ligadas ao sexo pago.

Segundo o autor, somente no ano de 2001, o número de pessoas prostituídas no mundo foi estimado em 40 milhões de pessoas. Estimativas de 2002 apontam um lucro por volta dos 60 bilhões de euros com a prostituição; 52 bilhões de euros com a pornografia e 1 bilhão de euros por ano no turismo sexual operando na WEB, enquanto o lucro do tráfico dos seres humanos para fins de prostituição é avaliado entre 7,8 e 13,5 bilhões de euros por ano. O tráfico de pessoas, com destaque para o Sudeste Asiático apresenta números alarmantes:

A indústria da prostituição infantil explora 400 mil crianças na Índia, 100 mil nas Filipinas, entre 200 mil e 300 mil na Tailândia, 100 mil em Taiwan, entre 224 mil e 325 mil nos Estados Unidos. Na China, há entre 200 mil e 500 mil crianças prostituídas e, no Brasil, entre 500 mil e 2 milhões. No Camboja, cerca de 35% das pessoas prostituídas têm menos de 17 anos e, das albanesas colocadas em atividade na Europa, 60% são menores. Alguns estudos estimam que, no decorrer de um ano, uma criança prostituída vende seus “serviços sexuais” a 2 mil homens (Robinson, 1998). (POULIN, 2005, p. 42).

O autor afirma que cerca de 90% do comércio de seres humanos é destinado à prostituição. A comparação entre o tráfico atual e o tráfico dos escravos africanos durante o período do nascimento do capitalismo é inevitável:

Durante a década de 1990, somente no Sudeste Asiático, houve três vezes mais vítimas dessa espécie de tráfico que durante todo o período em que se verificou o comércio de escravos africanos. Segundo Pino Arlacchi (apud Demir, 2003) do Escritório das Nações Unidas Para Controle de Drogas e Prevenção ao Crime, o tráfico negreiro produziu 11,5 milhões de pessoas submetidas à escravidão num período de 400 anos, enquanto aquele voltado à prostituição fez, em dez anos e somente na Região do Sudeste Asiático, 33 milhões de vítimas. (POULIN, 2005, p. 41).

⁹ Professor de Sociologia na Universidade de Ottawa, Canadá.

Atribui ao triunfo dos valores liberais no atual processo de globalização a normatização do sexo tarifado e da pornografia, submetidos às regras do mercado e às leis contratuais liberais de comércio, implicando uma aceitação cada vez mais ampliada da prostituição, “...que é, doravante, uma ‘profissão como qualquer outra’, um simples ‘trabalho do sexo’ e até mesmo um ‘direito’ ou uma ‘liberdade’ para um significativo número de Estados e organizações”, criticando a regulamentação ou legalização da prostituição que ocorreu ou está ocorrendo em alguns países, como os Países Baixos, Suíça, Austrália, Nova Zelândia, Alemanha e Grécia: “Em nome da ‘autonomia’ das pessoas e do direito de ‘controlar seu próprio corpo’, defende-se o ‘direito’ à prostituição e ao tráfico de mulheres para fins de prostituição”. A prostituição chega a ser reconhecida pelos governos como indústria vital para a economia nacional, como na Tailândia e Filipinas, ou sendo os bordéis propriedades do Estado, como na Turquia e Indonésia, representando 5% do PIB dos Países Baixos; 1% a 3% do PIB do Japão; e varia de 2% a 14% do PIB da Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas. As rendas da prostituição constituíram, em 1995, entre 59% e 60% do orçamento da Tailândia. (POULIN, 2005, p. 44-50).

Fica claro com as informações apresentadas que a prostituição é uma atividade econômica que gera rendas significativas em vários países. A abordagem apenas como uma questão moral/legal acaba por ofuscar o seu papel como setor de acumulação de capital, talvez um setor de acumulação primitiva de capital, semelhante à pilhagem e a expropriação, mas mesmo assim um setor que movimenta cifras consideráveis.

1.2 O TURISMO SEXUAL E O TRÁFICO DE PESSOAS

Como os preços dos “programas” variam muito de um país para outro, por conta de vários fatores (legalização, existência de repressão, custo de vida, nível de renda etc.), há um deslocamento populacional duplo. Por um lado mulheres de países mais pobres migrando para as áreas onde há maior remuneração, de outro as viagens turísticas para regiões onde se tem o comércio do sexo com “preços mais competitivos”. Daí a importância que acaba tendo o turismo sexual.

A figura a seguir dá uma noção geral das diferenças de preços entre “programas” em vários países no ano de 2007.

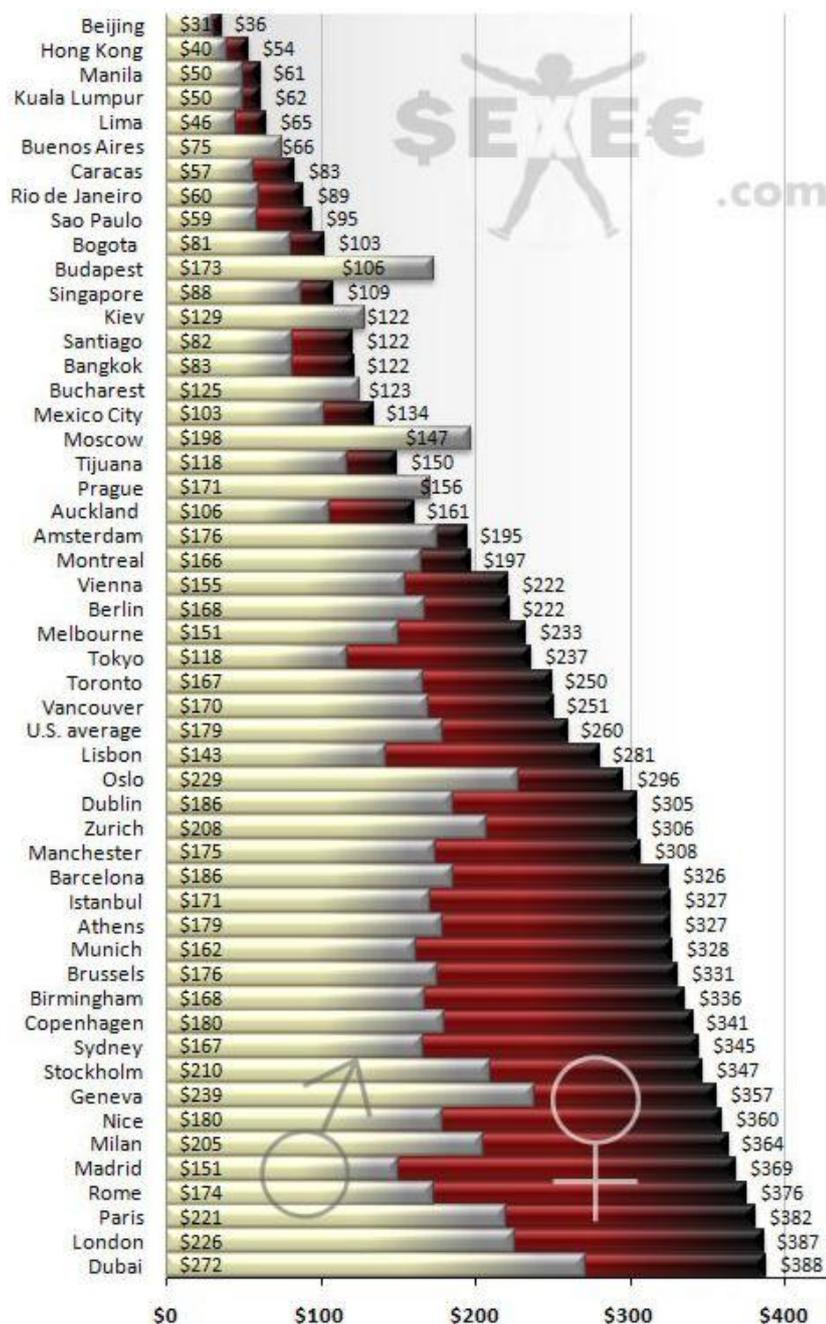


Figura 1: Preço dos serviços de prostituição em diversas cidades do mundo, em dólares americanos. A barra amarela representa o preço cobrado pelo período de uma hora por um prostituto e a vermelha por uma prostituta. Fonte: <http://www.mdig.com.br/index.php?itemid=2761>. Acesso em jan/2012.

Anualmente, algo entre 1 e 2 milhões de menores tornam-se vítimas do turismo sexual, o que POULIN, (2005) chama de “prostituição organizada”, lamentando que tal situação se apresenta: “*como se o planeta tivesse se tornado um imenso lupanar...*”:

O turismo é um dos setores mais importantes das economias dos países da Ásia e do Pacífico. Ele ocupa primeiro lugar, enquanto setor econômico e fonte de divisas, na Tailândia, na Austrália e na Nova Zelândia. Situa-se na segunda posição em Hong Kong, na Malásia e nas Filipinas, e na terceira em Cingapura e na Indonésia. Na Nova Zelândia, a indústria do turismo

emprega mais de 200 mil pessoas; em Hong Kong emprega 12% da mão de obra e contribui para cerca de 7% da economia. O setor do turismo na Tailândia emprega mais de 1,5 milhões de pessoas, enquanto em Cingapura, segundo o FMI, o superávit na balança de pagamentos é devido ao excedente realizado por esse setor, cuja participação na economia é de cerca de 10%. Todos os países mencionados acima são destinos do tráfico de mulheres e crianças para fins de prostituição. (POULIN, 2005, p. 57).

Estimando em cerca de 200 mil o número de alemães que se deslocaram para o exterior em 1998, com o objetivo de manterem relações sexuais com crianças, “freqüentemente meninas no início da adolescência”, o autor cita as agências alemãs de encontros e casamentos que oferecem meninas russas menores de idade. Avaliando que, em 2003, 62% das crianças costa-riquenhas prostituídas foram utilizadas por turistas sexuais, indica que, pelo menos 50 páginas da Internet apresentam a Costa Rica como um paraíso sexual, o mesmo acontecendo com a Tailândia:

Num guia de viagem encontrava-se em destaque os dizeres: “*é mais fácil conseguir uma jovem tailandesa que comprar um maço de cigarros*”(Formoso, 2001). A atração suscitada pela Tailândia, o “*país do sorriso*”, sobre os estrangeiros não parou de crescer no decurso dos três últimos anos. Em 1970, contabilizaram-se 630 mil visitantes por ano; em 1980, 7,8 milhões; em 1995, o turismo criava 7,1 bilhões de dólares americanos de receita, sendo a primeira fonte de divisas estrangeiras e compoendo 13% do PIB tailandês. Esse país era o primeiro destino dos que buscavam prazer no Sudeste Asiático. É constante, ali, a maior proporção de turistas homens, que constituem dois terços dos visitantes. Mesmo que o sexo venal com meninas e meninos tailandeses não seja necessariamente a principal motivação da estada, poucos se preservam dos bairros quentes, “*cujos guias turísticos apresentam as atrações como curiosidades locais, quando eles não induzem ao consumo, dando os “bons endereços” ou insistindo na facilidade de acesso aos serviços sexuais* (Formoso, 2001). Em 2001, 65% dos turistas que visitavam o Camboja eram homens; esse país é conhecido pela prostituição de crianças. (POULIN, 2005, p. 57-58).

O turismo sexual é uma importante fonte de renda para alguns países. O combate à exploração do sexo como atrativo turístico tem motivado algumas ações governamentais ou não governamentais buscando diminuir a associação do turismo local com o turismo sexual. Recentemente a secretária da Cultura da Tailândia, Prisana Pongtatpitakkul, entrou em uma polêmica com a empresa aérea Nok Air, que distribuiu o seu calendário do ano de 2013, no qual exibe 12 meninas em biquínis amarelos, à frente de uma de suas aeronaves. “Os operadores de vários negócios continuam a aderir às práticas convencionais na utilização de corpos femininos nas relações públicas ou como ferramentas de marketing. Eles não têm o sentido de responsabilidade social e cultural e ignoram as repercussões sociais e culturais que

afetam, particularmente, a dignidade feminina”¹⁰. No entanto a secretária da cultura acaba admitindo que a companhia tem o direito de fazer tal campanha e que o Ministério da Cultura não pode puni-la.



Figura 02: Calendário 2013, distribuído pela companhia aérea Tailandesa Nok Air, pelo facebook.
 Fonte: <http://www.nationmultimedia.com/national/Nok-Air-calendar-inappropriate-30199719.html>. Acessado em: 12.02.2013.

No Brasil, o turismo sexual que tem e teve como pólo principal o Rio de Janeiro por várias décadas, teve um crescimento na Região Nordeste a partir dos anos 1980 e 1990, segundo Carmo:

O turismo sexual internacional não constitui precisamente uma novidade no país, mas só em fins do século XX se tornou um fenômeno de maior relevância na imprensa nacional. Segundo estudos realizados pela antropóloga Adriana Piscitelli, o Rio de Janeiro atua como pólo de atração desse tipo de turismo há várias décadas. O Nordeste do Brasil, que entrou no circuito mais tarde, foi objeto de denúncia, na década de 1980, por parte de diversas ONGs e organizações de mulheres. Em fins dessa década, constatou-se o aumento de bordéis na região, associado aos novos vôos internacionais. Só nos anos 1990 é que o fenômeno, crescente e preocupante,

¹⁰ *Pakamard Jaisa-ard The Nation February 10, 2012 1:57 am:*
<http://www.nationmultimedia.com/national/Nok-Air-calendar-inappropriate-30199719.html> Acessado em: 12.02.2013.

passou a ser tema de diversas matérias divulgadas em jornais, revistas e televisão. (CARMO, 2011, p. 393)

Os homens chegam ao Nordeste, vindos da Itália, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Holanda, da Suíça e da Suécia, são bem mais velhos que as garotas e vêm ao Brasil à procura de mulheres preferencialmente jovens, mulatas e negras. Querem apenas o “sexo fácil e barato”, enganando as meninas e chegando a propor casamento, aproveitando-se de uma situação de pobreza, romantismo, exotismo, baixa escolaridade e vivência de violência familiar, idealizando o exterior e a possível mobilidade social. (CARMO, 2011):

São homens solitários, que chegam ao Brasil, atraídos pela imagem do país tropical cheio de mulheres seminuas. De acordo com Adriana Piscitelli, as agências que trazem esse tipo de estrangeiro para o país colocam o Nordeste na rota do turismo sexual internacional, dominada por países orientais de baixa renda e alta oferta de mulheres, como Filipinas e Tailândia. O turismo internacional no Nordeste se destaca por envolver-se numa auréola de ingenuidade ou de “romantismo” de feição local, diferenciando-se do turismo sexual mais profissional que se desenvolve no Rio de Janeiro e que é voltado, em grande parte, para homossexuais e travestis.

No Nordeste, o turismo sexual é considerado como um meio-termo entre a “prostituição” e o “namoro de verão”, pois envolve encontros cuja duração pode estender-se por “toda a temporada” e, às vezes, ter continuidade no verão do ano seguinte. O que torna as garotas “namoradinhas de verão” seria um relacionamento revestido de afeto e romantismo, com carinho, passeios, praias, boates e também sexo. Os argumentos de um italiano ilustram bem a particularidade desses relacionamentos: “Essas meninas não são prostitutas”, embora “cobrem porque precisam comer”. Segundo o turista, “elas nos tratam com um carinho que jamais encontrei na Europa”. (CARMO, 2011, p. 393-394).

Para o turista sexual o paraíso exótico é aqui. Para as meninas e mulheres que prestam seus serviços, esses turistas representam a chance de acessar o “paraíso” que imaginam seja o exterior. Para os turistas, as “fantasias eróticas inconfessáveis” envolvem, entre outras, menores de idade, sendo que uma parcela das garotas que procura esses turistas tem entre treze e dezesseis anos. “Os turistas estão em busca de sexo, mas temperado pela docilidade e até pelo afeto que não encontram entre as emancipadas prostitutas de seus países de origem”. (CARMO, 2011):

Embora a “feminilidade” nativa seja enfatizada, o que de fato conta é a cor da pele.

São homens brancos com dinheiro, que as meninas vêem como eventual promessa de uma vida melhor no exterior. Para Piscitelli, as garotas materializam uma versão exótica deste “paraíso” para os turistas; mas para a maioria delas, o “paraíso” é o exterior, imaginado como um lugar seguro, sem violência nem miséria, e com a possibilidade de vida no contexto de uma família. Num meio social pobre em que o acesso ao exterior é restrito, esses “gringos” aparecem como possibilidade de abrir as portas para a

Europa e os Estados Unidos. Nesse sentido, “fazer amores” e a oferta de casamento pode significar um poderoso recurso para facilitar a vida da garota durante o deslocamento internacional.

Para um determinado turista, as mulheres daqui “sabem tratar bem um homem; não competem com ele”. As mulheres estrangeiras, que “fizeram grandes avanços em negócios e em muitas outras áreas”, são independentes, o que “faz com que muitas delas não valorizem mais os homens”. Nas opiniões expressas por esses estrangeiros, transparece uma visão idealizada do Rio de Janeiro e de outras regiões do Brasil, bem como das relações sexuais e afetivas dos habitantes das cidades brasileiras, situando-as como um “campo de diversões sexuais”. Aqui, as mulheres seriam por natureza “bonitas, exóticas e ativas”; os estrangeiros, em contrapartida, são vistos como bastantes atraentes por serem oriundos do Primeiro Mundo e disporem de dinheiro.

Embora considerem as mulheres cariocas como sexualmente ativas e disponíveis, eles acham difícil um estrangeiro, apenas de passagem, estabelecer relacionamento sexual com uma “mulher normal” se não souber falar o português. (CARMO, 2011, p. 394-395).

A imagem de “Paraíso Perdido”, com mulheres nuas, traçada pelos primeiros colonizadores, foi alimentada muitas vezes no próprio Brasil, conforme constata o autor. A imagem da mulher brasileira livre, bonita, sensual e calorosa fica a um passo da imagem da prostituta no imaginário europeu. “Muitas brasileiras que vão para o exterior para trabalhar ou estudar podem ser alvo de suspeita por parte das autoridades do país onde ingressam; receia-se que estejam ali para práticas pouco lícitas”. O estigma de mulher-objeto foi criado e alimentado dentro do próprio país, inclusive pelos profissionais de marketing que se utilizam de mulatas de biquíni rebolando, para expor seus produtos em feiras internacionais, fazendo alusão às praias paradisíacas com mulheres em minúsculos trajes de banho, segundo o autor. (CARMO, 2011). Propagandas como a que causou polêmica na Tailândia são muito comuns no Brasil, principalmente no que se refere ao Carnaval, mas também em outros eventos como a Fórmula 1, eventos esportivos, entre outros.

Essa imagem propagada pelo mundo e a “precariedade do mercado de trabalho no Brasil” estimulam a ida ao exterior das mulheres, muitas vezes vítimas aliciadas do crime organizado, outras se adaptando e até participando da organização da atividade:

No rentável comércio europeu de sul-americanas, estão envolvidos grupos mafiosos, gangues e aliciadores que se ocupam do local onde as moças vão ficar e do pagamento da passagem. Uma vez lá, elas podem ser mantidas em cárcere privado ou enfrentam outros tipos de violência por causa de dívidas pelo traslado, moradia, roupas e alimentação.

Ao tentarem fugir da precariedade do mercado de trabalho no Brasil, a intenção das garotas é juntar dinheiro no exterior e voltar o mais rápido possível, ideal decorrente de uma cultura globalizada que vem diluindo as fronteiras entre países. As moças entram, primeiramente, como turistas, e posteriormente, se não retornam, permanecem como clandestinas. Quando

detidas pelas autoridades policiais são expulsas do país. Apesar da perseguição, criam uma espécie de rede social que leva outras para lá, como mostra a notícia: “*Em ruas de prostituição de Genebra, na Suíça, português é língua corrente. Nos classificados de jornais europeus, apresentar-se como “brasileira” costuma render mais clientes e programas mais caros. Não por acaso estrangeiras fingem ser do país para competir pela atenção dos homens.* (O Estado de São Paulo, 18.05.2008).

Estimativas apresentadas por agência de imigração ligada à ONU apontam cerca de 75 mil prostitutas brasileiras trabalhando atualmente na Europa. Esse número continua crescendo. Algumas chegam a montar casas de prostituição; outras exercem papel de dirigentes em associações locais. Em determinado bairro de Zurique, por exemplo, um edifício de três andares é ocupado por quarenta brasileiras.

São fatores como esses que contribuem para a difusão de uma imagem distorcida do Brasil e para o exagero do imaginário de luxúria e devassidão que se pensa haver nos trópicos. (CARMO, 2011, p. 397-398).

Também internamente o País abriga uma rede de exploração sexual de meninas e adolescentes, apuradas nas denúncias e nos depoimentos à CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a prostituição infantil, em 1993, envolvendo meninas e adolescentes a partir dos doze aos dezesseis anos de idade, aliciadas por caminhoneiros na beira das estradas, a exploração passa por taxistas, donos de bares, donos de cabarés, cafetinas, “chegando até aos pacotes turísticos vendidos no exterior”. (CARMO, 2011):

Nos prostíbulos, as meninas ficam permanentemente endividadas por receberem antecipadamente roupas, cosméticos, remédios, etc. Quando o lugar é razoavelmente organizado, recebem preservativos. Em regiões mais pobres do país, 90% delas não usam preservativos. Pesquisas concluem que essas meninas não estão viciadas “nessa vidinha”; elas desejam sair da prática da prostituição, têm sonhos. Como bem expressou uma delas, “isto não é vida”. Se se pensar nas prostitutas adultas, pode-se dizer que estas teriam oportunidade de fazer outras escolhas de vida, o que não ocorre quando se trata de crianças ou adolescentes, pois falta-lhes maturidade para opções. Dessa forma, a adolescência é empurrada para um mundo perverso, o que leva as entidades de defesa do menor a insistir na alteração do qualificativo: não se trata de *meninas prostitutas*, mas, de *meninas prostituídas*. (CARMO, 2011, p. 391-392).

A exploração sexual no Brasil também é tema importante quando se trata de focar as políticas públicas de combate ao tráfico sexual. Muitas denúncias de exploração sexual de menores, tráfico de pessoas e prática do lenocínio acabam se misturando impedindo uma ação eficaz contra o que de fato é uma prática criminosa, como é o caso da exploração de menores e tráfico de pessoas, mas não da prostituição.

É possível citar o exemplo das pescarias realizadas na Região do Pantanal, que movimentam o turismo sexual da região, segundo artigos compilados pela CATW-Internacional: *Coalition Against Trafficking in Women*.¹¹

Uma pesquisa recente identificou 65 localidades de prostituição em seis cidades da região do Pantanal. Muitas das prostitutas são jovens. Destaque é o elo entre a pesca e prostituição. (Pesquisa do Ministério da Justiça, UNICEF e o governo do estado de Mato Grosso do Sul, "prostitutas crianças utilizados em 'turismo sexual' em Pantanal", *SEJUP # 287*, 17 de Setembro, 1997).

Na mesma publicação, a CATW cita o dono de um estabelecimento de prostituição em Porto Murtinho (MS), com 18 quartos, para 42 prostitutas. O proprietário conta receber em torno de 250 homens por noite e alega estar orgulhoso do alto nível de seus clientes “que incluem jogadores bem conhecidos do futebol, homens de negócios, atores e cantores”. O artigo cita ainda que em Porto Murtinho (MS), cidade com 11 mil habitantes, há seis locais de prostituição. Em Corumbá (MS), com população de 87.800 habitantes, existem 16 estabelecimentos de prostituição e em Campo Grande (MS) existem 12 estabelecimentos de prostituição, onde mais de 100 jovens são prostituídas no turismo sexual. “Os turistas compram meninas para períodos de uma ou duas semanas. Esta prática também ocorre no município de Coxim, onde os turistas ficam em acampamentos de pesca para contratar jovens”. (“Prostitutas crianças usadas em 'turismo sexual' em Pantanal”, *SEJUP # 287*, 17 de Setembro de 1997).

No âmbito do Governo Brasileiro, avança-se lentamente para identificar, analisar e combater o tráfico de pessoas. Essa ação foi iniciada com a ratificação do Protocolo de Palermo-2000¹², seguida com a publicação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em 2006¹³, a consolidação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP de 2008¹⁴, resultando no atual relatório sobre avaliações e sugestões publicado pela OIT e GTIP¹⁵, em 2012. Apesar de esse relatório consolidar o que precisa ser feito, principalmente sobre a obtenção de dados e de estatísticas nacionais que possam guiar as ações futuras e apresentar boa estrutura de planejamento e abrangência, tem se a impressão

¹¹ <http://www.catwinternational.org/factbook/Brazil.php>. Acessado em 15.09.2012.

¹² Decreto n. 5.017, de 12 de Março de 2004.

¹³ Decreto n. 5.948, de 26 de Outubro de 2006.

¹⁴ Decreto n. 6.347, de 08 de Janeiro de 2008.

¹⁵ Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil (2004-2011): Avaliações e Sugestões de Aprimoramento de Legislação e Políticas Públicas / Organização Internacional do Trabalho (OIT); Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho ; Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas (GTIP) - Brasília: OIT, 2012.

de que pouco foi feito de concreto e tudo está por se fazer, principalmente considerando-se o período de sete anos passados desde o início dos trabalhos nessa área.

A definição de Tráfico de Pessoas, adotado pelo Brasil, via assinatura do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo – 2000)¹⁶, determina o que é considerado Tráfico de Pessoas:

“o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.”

O mesmo Protocolo define a exploração como sendo, no mínimo, “a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”. (Protocolo de Palermo – 2000).

Ainda no Brasil, o Relatório Nacional PESTRAF – Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil, organizado por Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal (CECRIA, 2002), configura o Tráfico e caracteriza as mulheres, crianças, e adolescentes em situação de Tráfico, os aliciadores, a demanda, as redes de favorecimento e as Rotas do Tráfico no País, além de expor casos exemplares e elaborar recomendações para o enfrentamento sócio-jurídico dessa questão.

Desse estudo, possivelmente o mais abrangente sobre esse tema no Brasil, emergem a complexidade dos aspectos conceituais e a intrincada relação que se estabelece entre as diversas categorias analisadas, conforme a introdução das próprias autoras:

O estudo considera o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial como resultado das contradições sociais, acirradas pela globalização e pela fragilidade dos Estados Nações, aprofundando as desigualdades de gênero, raça e etnia.

Nesta perspectiva, tenta explicitar o contexto multidimensional do fenômeno que, acredita-se, tem suas determinações não somente na violência criminal, mas, sobretudo, nas relações macro-sociais (mercado globalizado e seus impactos na precarização do trabalho, migração, na expansão do crime organizado e na expansão da exploração sexual comercial).

¹⁶ Protocolo de Palermo – 2000:
<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE8833249ITEMIDBDDBD03F6C674F1D95193A7E7A0ED937PTBRNN.htm>. Acessado em 02.03.2012.

Fundamenta-se também nas relações culturais (valores patriarcais/machistas, de classe, de gênero/etnia e adultocêntricos, que inserem mulheres, crianças e adolescentes em relações desiguais de poder).

No que tange aos direitos humanos, esta forma de tráfico configura-se como relação criminosa de violação de direitos, exigindo, portanto, um enfrentamento que responsabilize não somente o agressor, mas também o Estado, o mercado e a própria sociedade.

Esse enfoque desloca a compreensão do fenômeno, antes centrada na relação vítima/vitimizador, para a de sujeito portador de direitos, o que permite desmitificar, nas análises e enfrentamento da questão, a hegemônica concepção mecanicista do discurso repressivo, moralista e vitimizador. Trabalha-se, assim, o referencial dos direitos humanos, afirmando-o como marco orientador da explicitação e do enfrentamento do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial. (LEAL e LEAL, 2002, p.34).

O estudo aponta existirem, no País, 131 rotas de Tráfico Internacionais; 78 rotas interestaduais e 32 rotas intermunicipais, devidamente mapeadas, caracterizadas e quantificadas, o que coloca o Brasil inexoravelmente no mapa do Tráfico Mundial.

As autoras destacam a sua preocupação com o enfoque homogeneizado da “vitimização” entre os diversos autores:

É neste sentido que preocupa o uso de determinadas terminologias que, ao serem popularizadas, podem reforçar a ideologia patriarcal e machista da sociedade, como ocorre com a utilização e concepção do termo “vítima”. A armadilha conceitual que enseja tal atribuição ao sujeito é o peso valorativo e individualista, centrado na relação explorador-explorado, eximindo do Estado, da sociedade e do mercado a responsabilidade do enfrentamento social do tráfico de mulheres, adolescentes e crianças para fins de exploração sexual. (LEAL e LEAL, 2002, p. 46).

Corroborando as teses de Poulin (2005), as autoras traçam inequívoca relação entre a globalização e o avanço do tráfico de seres humanos, destacando o desenvolvimento do crime organizado numa economia clandestina e ilegal, operado por máfias criminosas que se infiltram nos Estados e nas políticas oficiais de desenvolvimento:

Observou-se que, ao se estabelecer uma relação objetiva entre a globalização e o tráfico de seres humanos, o fenômeno emerge inserido numa economia clandestina e ilegal, organizada em redes locais e transnacionais, estruturadas através de mecanismos que viabilizam o recrutamento e o aliciamento de mulheres, crianças e adolescentes, reforçando a dependência social, econômica e psicossocial destes segmentos.

Facilitado pela tecnologia, pela migração, pelos avanços dos sistemas de transportes, pela internacionalização da economia e pela desregulamentação dos mercados, o tráfico, no contexto da globalização, articula-se com redes de colaboração global, interconectando-se a mercados e a atividades criminosas, movimentando enormes somas de dinheiro. Os mercados locais e globais do crime organizado, das drogas e do tráfico para fins sexuais, como, por exemplo, a Yakusa, as Tríades Chinesas, a Máfia Russa e os

Snake Heads, são responsáveis pela transação de quase um bilhão de dólares no mercado internacional de tráfico humano. (ONU, 2001).

As redes do crime organizado têm submetido Estados e enfraquecido Governos, especialmente quando encontram espaços para, na teia das políticas e dos projetos de desenvolvimento e de crescimento econômico (FMI, BID e outros), tecerem as redes de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial.

Estes projetos costumam facilitar a expansão do crime organizado e acirrar as desigualdades sociais, de gênero, de raça e de etnia, bem como provocam impactos danosos no meio ambiente e nas relações culturais locais. Um exemplo concreto de exploração e dominação é a política de turismo globalizada, que vem provocando a expansão da indústria do turismo sexual, cujos atores mais envolvidos são as mulheres, crianças e adolescentes. (LEAL e LEAL, 2002, p. 49-50).

O crime organizado também se globalizou, mas não é apenas a atividade criminosa que se beneficia da prostituição em escala global, atividades legalizadas como o turismo aproveitam-se de forma direta ou indireta dos “ilícitos” fornecidos pelo crime organizado, como é o caso da prostituição, da exploração sexual de menores e das drogas. Em 2007 tornou-se escândalo internacional a participação de soldados americanos no turismo sexual no Brasil. O programa “Descanso e Recuperação” é um programa do Departamento de Defesa dos EUA que visa “dar alívio aos servidores e livrá-los do estresse da missão de combate”.¹⁷ A empresa de turismo Tours Gone Wild, segundo a reportagem citada, traz em seu site a propaganda do pacote turístico (com valores entre U\$1.300,00 e U\$3000,00), garantindo ser a “viagem de sua vida” e prometendo muitas mulheres e drogas (no caso das drogas de forma subentendida, utilizando-se do duplo sentido da palavra ‘party’, que literalmente significa festa, mas também é gíria para o uso de drogas).

Não é novidade na história o uso da prostituição para o “lazer” de soldados. A guerra traz junto a si uma intensa expansão da prostituição. POULIN (2005) afirma que a mais importante indústria da prostituição do Sudeste Asiático decolou graças às guerras da Coreia e do Vietnã e às tropas ocidentais estacionadas na Tailândia e nas Filipinas:

O significativo crescimento da prostituição local permitiu o estabelecimento da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do turismo sexual, graças principalmente à disponibilidade da “mão-de-obra” gerada pela presença militar. Lazeres mais importantes, facilidades de comunicação e de deslocamento para o estrangeiro, a construção social, mediante a pornografia, de uma imagem exótica e sensual das pessoas prostituídas da Ásia – que seriam, devido à sua cultura, sexualmente maduras a despeito de sua jovem idade – e políticas governamentais favoráveis ao turismo sexual contribuíram para a explosão dessa indústria. (POULIN, 2005, p. 55-56).

17 Ver mais detalhes em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/fevereiro-2007/militar-dos-eua-faz-turismo-sexual-no-rio-de-janeiro>. Acesso em março/2013.

Também é interessante citar que no período de 1937 a 1945, o exército japonês utilizou 100 mil a 200 mil prostitutas coreanas encarceradas em “Bordéis de Reconforto” para os seus soldados. Apenas alguns dias após a derrota na 2^a. Guerra Mundial, o Governo Japonês, indiretamente, através de uma Associação para a Criação de Facilidades Recreativas Especiais, abriu um primeiro bordel de reconforto para os soldados norte-americanos. Em seu apogeu, essa Associação empregava 70 mil prostitutas japonesas. Nos anos 1990, 18 mil coreanas estavam a serviço dos 43 mil soldados norte-americanos estacionados na Coréia. Hoje, 8.500 mulheres, originárias sobretudo das Filipinas e da Rússia, são vítimas do tráfico que serve a esses militares no país.

A OIM (Organização Internacional para as Migrações) avalia em 10 mil o número de pessoas prostituídas clandestinas na Bósnia. Essa organização estima que 250 mil mulheres e crianças da Europa Oriental são vítimas do tráfico, via Sérvia e Estados vizinhos, das quais um grande número encontra-se dentro dos novos protetorados internacionais da Bósnia e de Kosovo, para servir soldados, policiais e membros de ONGs. A utilização de “facilidades recreativas” faz ainda parte das políticas do Pentágono. Imediatamente após a primeira guerra contra o Iraque, as tropas norte-americanas foram enviadas à Tailândia para espairecerem. (POULIN, 2005, p. 55-57).

No Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, houve uma movimentação de tropas americanas em Natal, Rio Grande de Norte, na base de Parnamirim Field, pesquisado por Muylaert (2012), que narra o histórico encontro entre o presidente americano Franklin Delano Roosevelt e o presidente brasileiro Getúlio Vargas, ocorrido em 28 de Janeiro de 1943, e a chegada de cinco mil soldados do exército e da marinha americanos, na cidade:

O aeroporto de Natal foi o mais movimentado do mundo no ano de 1944, com um avião em pouso, ou decolagem, a cada quatro minutos, dia e noite, o que deixava orgulhosos os responsáveis pela operação, numa inédita concentração de aviões no Hemisfério Sul, maior, individualmente, do que qualquer aeroporto norte-americano ou europeu da época. (MUYLAERT, 2012, p. 134).

Descrevendo o impacto causado nos usos e costumes locais pela chegada desse contingente de homens jovens, Muylaert (2012) cita a admiração causada nos brasileiros pela Coca-Cola que saía das torneiras, na cantina dos soldados, a novidade da cerveja em lata e do chiclete, além da sede de dólares que motivou brasileiros oportunistas a venderem até urubu depenado como galinha, aos centros de abastecimento americanos em Parnamirim. Também destaca as alterações havidas na atividade da prostituição na cidade de Natal e cidades vizinhas:

Um posto de pronto-socorro funcionava ao lado do cais de Natal, com a placa *First Aid* sobre a porta. Sua finalidade era a profilaxia de doenças venéreas, e ali enfileiravam-se as meninas da zona de prostituição para serem examinadas por médicos e enfermeiras ianques. As aprovadas tinham a carteira de habilitação sanitária atualizada. As demais eram mantidas em tratamento com sulfas e curetagens.

Os 5 mil americanos que chegaram à cidade durante a guerra eram orientados a não freqüentar os bordéis da cidade, ou pelo menos terem cuidados profiláticos no relacionamento, recomendação seguida só por parte deles, como era de se esperar.

Havia três estabelecimentos do gênero na cidade, o Maria Boa, o Wonderbar e o Goodyear, que tiveram grande êxito nos negócios, embora o número de soldados com doenças venéreas preocupasse os americanos.

As casas de tolerância mais sofisticadas tinham tanta procura que as autoridades militares americanas estabeleceram horários e lugares que poderiam ser freqüentados por seus soldados e marujos. Para fugir a essas restrições, alguns puteiros brotaram em Macaíba, cidade vizinha. Os americanos eram levados pelos donos das jardineiras, que recebiam em dobro, mais uma comissão das madames, donas de mafuás. Os MP, da polícia militar americana, não davam trégua, perseguindo os soldados até nesse refúgio. A cidade tinha ainda o Cassino de Natal, freqüentado por oficiais e pessoas abonadas da cidade. (MUYLAERT, 2012, p.134-135).

Ou seja, os grandes fluxos de soldados mudam a organização do espaço local, criando não apenas uma nova dinâmica para o comércio sexual, mas também uma série de pequenas mudanças no cotidiano e na cultura local. Ao circular dinheiro e existindo a demanda pelo sexo, este vai se tornando uma mercadoria que proporciona lucro aos seus mercadores, principalmente aos proprietários de bordéis que oferecem essa “mercadoria” em um ambiente mais organizado e seguro.

Ao se tratar dos movimentos migratórios é possível associar o aumento da pobreza em algumas áreas do globo como motivadores da emigração. Não apenas a prostituição (voluntária ou não) é responsável pelo grande volume de mulheres que migram do seu país de origem, mas não se pode desconsiderá-la como um dos importantes fatores deste fluxo migratório. Não apenas para fugir da pobreza, mas também atraída por grandes aglomerações nas quais o comércio sexual proporciona rendimentos consideráveis, cada vez um número maior de mulheres tem migrado para áreas de “alta demanda” de serviços sexuais.

Grandes obras de engenharia que conseqüentemente aglomeram um grande número de homens em locais distantes acabam gerando um “mercado” bastante atrativo para a prostituição. Pode-se citar como exemplo a construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, Distrito de Jacy-Paraná, Porto Velho (RO), conforme artigo de Maíra Streit, na Revista Forum, de Julho de 2012¹⁸:

¹⁸ <http://revistaforum.com.br/blog/2012/07/forum-de-julho-traz-uma-outra-historia-sobre-a-construcao-das-hidreletricas/> Acessado em 16.09.2012. (Revista Forum, Julho, 2012).

Desde as primeiras horas do dia, é possível encontrar mulheres na frente dos cabarés da principal rua de Jaci-Paraná, distrito situado a 90 quilômetros de Porto Velho, capital de Rondônia. Dezenas de bares, conhecidos como “bregas”, mantêm quartos improvisados para encontros sexuais. A explosão da prostituição é apontada como um dos sintomas mais evidentes do crescimento desordenado da localidade, cuja população saltou de 6 para 20 mil habitantes em poucos anos, principalmente em função da construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira. (Revista Fórum, Julho, 2012).

Milhares de operários foram atraídos pela construção da Usina e esse fluxo intenso de pessoas agravou problemas como a violência e o tráfico de drogas no Município, atraindo muitos jovens para o caminho da exploração sexual como forma de sobrevivência:

Segundo o coordenador de comissariado do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Velho, Raiclin Lima, a grande concentração de pessoas, predominantemente do sexo masculino, em um lugar isolado e empobrecido, causou forte impacto. *“As meninas, que viviam de maneira pacata, estavam acostumadas a brincar e a pescar de acordo com os costumes locais. Depois disso, começaram a ser mais assediadas e a ter contato com as relações de consumo. Um celular, um iPod e todas essas coisas que encantam em um primeiro momento tornaram-se instrumentos de troca para as práticas sexuais”*, conta. (Revista Fórum, Julho, 2012).

As visitas do Juizado ao povoado de Jaci-Paraná, que eram de três ao ano, são feitas atualmente a cada uma ou duas semanas, numa ação ostensiva para inibir a presença de adolescentes em prostíbulos. Nesse comércio lucrativo, existe o envolvimento de figuras influentes e de alto poder aquisitivo da região, que trazem meninos e meninas de outros estados e até da Bolívia, “para serem expostos em festas promovidas, muitas vezes, em fazendas distantes dos olhos das autoridades”:

A conselheira tutelar Ângela Fortes cobra mais atenção dos governantes para a realidade das crianças e dos adolescentes de Jaci. Ela acredita que a ociosidade e a falta de investimento em educação fazem dos jovens vítimas cada vez mais fáceis. “Eles estão extremamente vulneráveis. Uma vez, atendi uma garota e, depois de muita conversa, ela confessou ser prostituída e disse que aquele era o único lugar em que se sentia valorizada”, lamenta. Ângela enfatiza que o problema só será enfrentado com o fortalecimento do ensino público, da qualificação profissional e com melhorias nas condições de saúde e moradia. E conta que já recebeu ameaças, mas não pretende se calar diante das situações que testemunha todos os dias. Conforme ela, o Brasil precisa conhecer melhor as dificuldades do povo amazônico. “Quando vamos ao Sul ou ao Sudeste e falamos sobre Rondônia, eles pensam que é um outro país”, pondera. (Revista Fórum, Julho, 2012).

Outro exemplo é o aumento da prostituição em Altamira-PA, causado pela construção da Usina de Belo Monte. A cidade de pouco mais de 99 mil habitantes em 2010, após o início das obras chegou a uma população de 145 mil habitantes, cerca de 8000 trabalhadores diretos

na construção da usina. Como a maior parte são homens (75%) e de outros estados (40%), houve grande aquecimento no mercado do sexo, segundo a reportagem publicada na Folha do Pará¹⁹:

Boa parte desses trabalhadores busca “prazer rápido e fácil” em locais como a Americana, a mais tradicional casa do ramo na cidade. “Antes só tinha a gente [trabalhando como casa de prostituição]. Agora há, no mínimo, mais sete casas”, disse à Agência Brasil, Célio*[nome fictício], que, junto com a namorada, é o responsável pelo negócio. “A gente faturava por volta de R\$ 1 mil por dia. Agora, com a chegada da usina, a média fica entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil”, informou o jovem que, quando a casa está aberta, trabalha de garçom e segurança.

“Para eles [funcionários de Belo Monte], essa é a diversão que melhor alivia o estresse do trabalho pesado. Tem muito cara sozinho na cidade. Carente mesmo. Por isso, é muito comum vermos inícios de namoros entre trabalhadores contratados para as obras e moças da casa”, disse. Ele estima que 60% dos clientes da casa trabalham em Belo Monte.

Os problemas sociais advindos com as aglomerações populacionais causadas pelas grandes obras de engenharia são muitos. O aumento da prostituição é apenas um desses problemas. A construção da usina de Belo Monte tem sido alvo de grande polêmica por uma série de motivos (ambientais, políticos, energéticos, geopolíticos etc.) e alguns movimentos sociais aproveitaram-se das denúncias sobre a prostituição para protestar contra a construção da Usina, como se fosse a obra em si a responsável pela prostituição e não a aglomeração de pessoas causadas por ela.

POULIN (2005) destaca a feminização cada vez maior das migrações, característica da globalização, apontando para os dados da Divisão da População da ONU, cuja estimativa do número total de mulheres vivendo fora de seus países equivale a 48% do conjunto de migrantes. A pobreza também tem se tornado cada vez mais “feminina”: dos cerca de 1,3 bilhões de pessoas que vivem na miséria absoluta, 70% são mulheres. Esse fato é em grande parte o responsável pelo aumento da prostituição, tanto local quanto a internacional. Ao relacionar a prostituição à violência, o autor afirma que a prostituição é uma atividade tradicional do crime organizado e a explosão dos mercados sexuais é amplamente controlada por ele. Não importa se ela é legalizada ou não, o papel do crime organizado é fundamental na organização dos mercados:

Daí que a violência seja decisiva na produção das “mercadorias sexuais”, que são as pessoas prostituídas. “*Em vinte dias, pode-se submeter qualquer mulher e transformá-la em prostituta*”, relata uma responsável búlgara de

19 A reportagem completa está disponível em: <http://www.folhadopara.com/2012/04/belo-monte-casos-de-prostituicao.html>. Acesso em mar/2013.

uma casa de reintegração (apud Chaleil, 2002, 498). O rapto, a violação, a sujeição – existe locais para a sujeição não somente nos países do Sul mas também nos Bálcãs, na Europa Central e na Itália, onde ela é chamada de “treinamento” – o terror e o homicídio premeditado não param de alimentar e prolongar essa indústria. Tudo isso é fundamental não somente para o desenvolvimento dos mercados, mas igualmente para a própria “fabricação” das “mercadorias”, pois contribui para tornar “funcionais” as pessoas prostituídas, já que essa indústria exige a disponibilidade total dos corpos. As violências contra as pessoas prostituídas são múltiplas e freqüentemente inomináveis. A primeira violência é intrínseca à prostituição: a coisificação e a mercantilização têm por função a submissão dos sexos à satisfação dos prazeres sexuais do outro. A segunda lhe é igualmente inerente: uma pessoa se torna prostituída em conseqüência de violências sexuais – segundo diferentes estudos, entre 80% e 90% das pessoas prostituídas no Ocidente foram agredidas sexualmente em sua juventude – físicas, psíquicas, sociais e econômicas. A terceira violência está ligada à expansão da prostituição e do tráfico para essa finalidade e à degradação das condições nas quais evoluem as pessoas prostituídas. (POULIN, 2005, p. 50-53).

A associação do tráfico e da violência sexual com a prostituição tem sido a base de preocupações com os direitos humanos a nível global. Políticas que visam combater o tráfico aparecem muitas vezes de forma equivocada o que acaba levando a adoção de medidas inúteis ou meramente enganosas.

A organização de eventos esportivos internacionais, que atraem grande número de pessoas, tem sido vista com preocupação pelas autoridades em relação ao aumento do tráfico de pessoas e da prostituição. Tal preocupação se refletiu na resolução do Parlamento Europeu²⁰, quando da realização da Copa do Mundo de Futebol 2006, na Alemanha. No relatório salientava-se que com o grande número de turistas que seriam recebidos para a Copa-2006 o aumento da demanda por serviços sexuais seria notório o que causaria um problema do tráfico de seres humanos para prostituição forçada. Seria necessário, nesse contexto, a adoção de “estratégias de prevenção do tráfico de mulheres e crianças vulneráveis à exploração sexual”, tais como a criação por parte da Alemanha e demais estados membros da UE uma política de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, que passaria também por uma campanha de esclarecimento sobre o problema e a criação de linhas telefônicas gratuitas para denúncias de práticas envolvendo o tráfico de pessoas.

Uma visão contestadora da “preocupação” com o aumento do tráfico com os eventos esportivos foi publicada pela ONG Davida, em Abril 2012, na Revista Beijo da Rua²¹, dois artigos referentes às Copas do Mundo de Futebol de 2006, na Alemanha, e de 2010, na África

²⁰ Résolution du Parlement européen sur la prostitution forcée dans le cadre de manifestations sportives internationales Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/oeil/spdoc.do?i=11654&j=0&l=fr>. Acessado em: 04.11.2012.

²¹ Revista Beijo da Rua. Davida, abril de 2012. <http://www.beijodarua.com.br/abril2012.pdf>. Acessado em: 05.07.2012.

do Sul, contestando as estimativas iniciais, antes das Copas, de tráfico de mulheres e aumento da prostituição e apresentando estudos que apontam e denunciam “o histerismo” que, ao final, fora utilizado preconceituosamente num movimento antiprostituição, fomentando a discriminação, o racismo e a xenofobia, conforme trechos destacados a seguir:

Em abril de 2005, pouco mais de um ano antes da Copa do Mundo da Alemanha, começaram a circular no país informações sobre a vinda de 40 mil mulheres traficadas, que seriam forçadas a trabalhar na prostituição durante o evento. Armou-se o circo. Um circo histérico, propício para que políticos e entidades feministas organizassem ações que justificassem repressão e discriminação. Seria uma *blitzkrieg*²² vindo do leste Europeu, contra o qual o ataque seria a melhor defesa. (MUNK, 2012, p.3).

A autora, descrevendo a queda da União Soviética e as ondas migratórias, principalmente de mulheres, das quais uma parte optava pelo trabalho sexual, assumindo riscos e desconhecendo as condições de trabalho da rica Europa, afirma que “criaram-se situações de dependência que levaram a casos de abuso, exploração e tráfico, principalmente para aquelas que optaram pela prostituição, pelo fato de ser uma atividade não reconhecida na maioria dos países europeus”. Diante disso, na Europa dos anos 1990, surgiram dois movimentos antagônicos: de um lado, “projetos que visavam fortalecer e aumentar a auto-estima dessas mulheres, vindas da Rússia, Polônia, Ucrânia, Bielo-Rússia, ou países Bálticos, tornando-as independentes e mais seguras, através da distribuição sistemática de informação sobre seus direitos como mulheres, migrantes e prostitutas”, com o estabelecimento de ONGs européias de apoio, como TAMPEP (*European network for HIV/STI prevention and health promotion among migrant sex workers*), que é porta-voz de organizações em 25 países da União Européia que lutam pelos direitos humanos de pessoas que trabalham na prostituição. Por outro lado, “grupos feministas e políticos conservadores, diante desta crescente onda migratória, iniciaram campanhas claramente antiprostituição. Essas campanhas tinham, e ainda têm, até hoje, uma forte conotação moralista, na maioria das vezes baseada na seguinte premissa: todas as prostitutas são migrantes traficadas e todas as mulheres traficadas são forçadas a se prostituírem”.

Por conta dessa premissa simplista e equivocada, o caminho estava aberto para a seguinte argumentação: só se pode combater o tráfico de mulheres se acabarmos com a prostituição.

Estava armada na Europa a cruzada em prol da moral e dos bons costumes, que deu margem aos seguintes fatos:

- discriminação, racismo e xenofobia em defesa do mercado de trabalho;

²² Blitzkrieg – em tradução livre: “ataque relâmpago” – não traduzida no texto original.

- maiores controles nas fronteiras para impedir a entrada de migrantes, principalmente mulheres, todas elas potenciais prostitutas traficadas;
- repressão contra prostituição de rua para resguardar o quadro de cidades “limpas”;
- e a criminalização dos clientes de prostitutas, com o intuito de coibir a demanda. (MUNK, 2012, p.3-4).

A autora destaca que, após esse movimento “moralizador”, as prostitutas, ONGs e ativistas na Europa determinaram como prioridade demonstrar que prostituição e tráfico são duas coisas separadas “e assim devem ser consideradas, para combater o erro e o estigma em torno do trabalho sexual. Prostituição é trabalho, enquanto o tráfico de seres humanos é crime”.

Na UE está comprovado que só uma minoria dos que trabalham na prostituição é vítima de tráfico, que não só mulheres, mas também homens e crianças são vítimas de tráfico, e que existe tráfico não só visando a exploração sexual, mas principalmente a exploração do trabalho, como o trabalho doméstico, na agricultura e na gastronomia.

Esse conjunto de fatos teve, mais uma vez, soluções antagônicas: enquanto em 1999 a Suécia decretava a criminalização de clientes, com penas de multas e prisão, em 2000 a Holanda reconheceu a prostituição como profissão e a Alemanha, em 2002, como atividade laboral. (MUNK, 2012, p.3-4).

Depois dessa contextualização, a autora descreve a campanha FairPlay, idealizada por duas ativistas, uma prostituta e uma socióloga, e a ONG Context, realizada em 12 cidades-sede da Copa, formando um *pool* de organizações locais, entre ONGs, serviços de saúde e voluntários, com a Context oferecendo treinamentos, outra empresa doando 500 mil preservativos, e um folheto em formato de cartão postal com as “10 Regras de Ouro para Clientes de Prostitutas”, em diversos idiomas. A campanha foi um sucesso ao misturar brincadeiras e malícia com algo sério como respeito e direitos.

Essas constatações iniciais são importantes por mostrar um ponto de vista diferente do apresentado até agora neste trabalho. A autora destaca que, “como esperado, a horda feminina do leste não compareceu”:

Na realidade, nada de diferente aconteceu na área da prostituição, nem na de rua nem na de apartamentos e bordéis. Ao contrário: as mulheres reclamavam que os negócios não iam nada bem, e isso tanto em Berlim com em Munique, Frankfurt ou Hamburgo. “*Apesar de haver mais homens nas ruas, eles não querem nada. Eles gastaram seu dinheiro na viagem para a Alemanha e nas entradas para os jogos. O que sobrou é para cerveja...*” (uma prostituta de St. Pauli, Hamburgo). (MUNK, 2012, p. 6).

Concluindo que a Copa é uma ‘festa-família’, com os casais aproveitando para fazer turismo, inclusive com os filhos, e os que vêm com amigos privilegiam a bebida e os jogos,

faltando ânimo e dinheiro para visitar as prostitutas, a autora cita que todos os relatórios da Polícia Alemã depois da Copa, confirmaram o que disseram as ONGs desde o início: “não houve aumento do número de prostitutas nas cidades-sede de jogos, o movimento não foi maior ou diferente de quando há algum evento especial na cidade, e não houve nenhum caso especial de tráfico de mulheres”. Em janeiro de 2007, a delegação alemã frente ao Conselho da União Européia apresentou seu relatório ao Grupo de Trabalho sobre Crime Organizado e “confirmou que não houve o esperado aumento de prostituição forçada ou tráfico de seres humanos durante a Copa, assim como não houve aumento de pessoas não documentadas (ou ilegais) relacionadas à prostituição”:

O pânico, como se viu no final, foi em vão.

Para organizações de prostitutas e ativistas na Alemanha, o positivo dessa Copa foi que, desde 2002, quando da legalização da prostituição, foi a primeira vez que houve uma mobilização nacional em torno de um mesmo tema. Desde 2006, entretanto, a fobia moralista, a discriminação contra estrangeiros, a repressão contra a prostituição de rua, e as medidas contra clientes de prostitutas só aumentaram, tanto na Alemanha, como no resto da Europa.

Por isso a experiência da Copa foi tão importante: fez com que houvesse na Alemanha um fortalecimento das ONGs e ativistas em torno da luta pelos direitos de pessoas que se prostituem. Isso foi a base da qual se servem hoje para enfrentar de forma mais coesa as dificuldades políticas e sociais. (MUNK, 2012, p. 6-7).

Curiosamente, o número alardeado de prostitutas que “invadiriam” a África do Sul, durante a Copa do Mundo de Futebol 2010, girou em torno das mesmas 40 mil, estimadas inicialmente na Alemanha 2006. Tal análise é corroborada por LENZ (2012), que mostra que o impacto da Copa de 2010 sobre a prostituição na África do Sul foi praticamente nulo. Utilizou a frase de uma prostituta como síntese da situação geral: “talvez fique melhor depois da Copa”. O autor critica a excessiva preocupação, considerando-a uma histeria baseada em um sensacionalismo da imprensa. Em seu estudo mostra a falta de base empírica que dê sustentação à tese de que os eventos esportivos aumentam a procura por serviços sexuais e, conseqüentemente, o tráfico de pessoas.

O estudo apresenta achados que desmentem “a histeria e o sensacionalismo sobre oferta e demanda de sexo pago e a ampla disseminação da infecção por HIV” que ocorreriam na Copa da África do Sul, como aponta Mark Bryan Schreiner, da UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas).

Na mesma direção, Eric Harper, diretor da SWEAT, relata que foi procurado por um “grande número de jornalistas buscando informações sobre a demanda por sexo comercial durante a Copa”. Muitos deles, escreve Harper, “ecoavam uma preocupação repetidamente ouvida de que dezenas de milhares de profissionais do sexo estrangeiros, muitos deles vítimas de

tráfico de pessoas, viriam para a África do Sul para atender o pico de demanda por sexo pago que acompanharia grandes eventos internacionais”, citando inclusive “o número de 40 mil profissionais do sexo”. Ele afirma que esses “rumores e especulações realçaram a escassez de dados empíricos confiáveis sobre a indústria do sexo”, tornando-se motivadores do estudo. Entre os achados do estudo, os pesquisadores destacam que “demanda e oferta de trabalho sexual permaneceram constantes durante o período da Copa”; que “os dados não sustentam os temores sobre o aumento de crianças e adolescentes migrantes na indústria sexual durante a Copa; e que “não houve elevação significativa de clientes por profissional do sexo”. Além disso, anotam que “menos trabalhadores sexuais estrangeiros do que o esperado anunciaram em jornais e na Internet”, havendo “um pequeno aumento no número de prostitutas que publicaram anúncios” nos dois meios. [...] “Futuros programas de saúde pública sobre prostituição e prevenção do HIV durante eventos esportivos internacionais, como os Jogos Olímpicos de 2012 em Londres e a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, devem ser baseados em evidências, não no sensacionalismo da mídia, que só aumenta a discriminação e a vulnerabilidade de profissionais do sexo”. (LENZ, 2012, p. 8-9).

Embora essas análises, notoriamente, apresentem a visão ativista da ONG Davida, editora da Revista, em defesa do reconhecimento da prostituição como trabalho legal, entendeu-se que, devido à proximidade da realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, e dos Jogos Olímpicos em 2016, no Brasil, tais pontos de vista possam servir de alerta para que eventuais exageros nos discursos oficiais não tornem mais difícil a vida das trabalhadoras do sexo, durante esses eventos. É fundamental uma análise crítica sobre o problema e o uso de pré-conceitos acaba embasando políticas públicas que se tornam inúteis ou mesmo que acabem reforçando aquilo que se pretende combater.

Em seminário realizado em Paris, promovido pelo Conselho Nacional do SESI – Serviço Social da Indústria, em parceria com diversas entidades nacionais e internacionais, com representantes da rede ECPAT (End Child Prostitution And Trafficking – Fim da Prostituição e Tráfico de Crianças), visando a “prevenção da exploração sexual de crianças de adolescentes” com o lema: “Não desvie o seu olhar!”²³ anunciou-se a realização de uma campanha de prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, durante a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A campanha terá início em 2013 e envolverá cerca de 20 países – França, Holanda, Alemanha, Áustria, Polônia, Bulgária, Brasil, Itália, Ucrânia, Suíça, Espanha, Madagascar, Romênia, República Tcheca, Quênia, África do Sul, Reino Unido, Senegal e Estônia.

²³ Seminário: “A Exploração Sexual e os Grandes Eventos Esportivos”. <http://www.conselhonacionaldosesi.org.br/imprensa/noticias/vira-vida-noticias/brasil-e-franca-discutem-prevencao-da-exploracao-sexual-na-copa-e-olimpiadas/>. Acessado em: 04.11.2012.

A campanha terá o slogan “Não desvie o seu olhar!” e deverá atingir pessoas que pretendem viajar para o Brasil para acompanhar os jogos da Copa das Confederações, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. A iniciativa contará com aporte de recursos da União Européia e terá, ainda, apoio de entidades da sociedade civil e de empresas como a Air France e Carrefour. “Estão previstos eventos de mobilização, ações em redes sociais, mídia e a sensibilização de profissionais do setor turístico para que não aceitem a prática do crime e denunciem”, disse Phillippe Galland, diretor da ECPAT France.

A primeira ação da campanha foi a promoção do seminário internacional “A Exploração Sexual e os Grandes Eventos Esportivos”, que aconteceu hoje, em Paris. O evento, promovido pelo Conselho Nacional do SESI, Fundação Scelles e ECPAT France, teve o objetivo de discutir ações conjuntas entre governos, sociedade e terceiro setor para a prevenção dos casos de exploração sexual no Brasil, em função da Copa do Mundo e das Olimpíadas. (SESI, 2012).

Muitas vezes sob um manto de combate à prostituição se reúne grupos altamente conservadores que estão embebidos de uma enorme hipocrisia. Há casos em que se fala no combate à prostituição infantil muito mais como forma de propagandear tal existência ou disfarçar uma campanha pela “moral e bons costumes” como se fosse uma luta por direitos humanos e contrários à exploração sexual. Isso não é novidade dos nossos tempos “globalizados”. Lênin já apontava em um artigo publicado no Pravda de 13 de junho de 1913 sobre o “Quinto Congresso Internacional de Luta contra a Prostituição”, como a burguesia e a aristocracia eram hipócritas ao falar no combate à prostituição e, ao mesmo tempo, serem os burgueses e aristocratas os que a mantinham²⁴. Focar o problema do tráfico e da exploração apenas na prostituição e nos “serviços sexuais” é, no mínimo, abrir mão de olhar mais profundamente para as contradições mais gerais da sociedade e das mazelas trazidas com a adesão submissa à globalização.

1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESTATÍSTICAS DO TRÁFICO DE PESSOAS

Para exemplificar a discussão e as dúvidas que ocorrem quando o assunto é Tráfico de Pessoas, quanto à confiabilidade dos dados estatísticos, dos estudos realizados e as diversas interpretações dos conceitos e metodologias, o artigo: “Rede de intrigas: a novela do tráfico de mulheres no Brasil”, publicado no Jornal Folha de São Paulo²⁵, em 09 de Dezembro de

24 Lenin, V. I. El quinto congreso internacional de lucha contra la prostitucion. Obras Completas, v.23. Moscou: Ed. Progreso, 1984. Pp. 351-352.

25 Trindade, Eliane. Artigo: “Rede de intrigas: a novela do tráfico de mulheres no Brasil”. Folha de São Paulo, 09.12.2012. <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/1197809-rede-de-intrigas-a-novela-do-traffic-de-mulheres-no-brasil.shtml> . Acessado em: 08.01.2013.

2012, pela jornalista Eliane Trindade²⁶, oferece um elucidativo painel das opiniões conflitantes.

A autora cita as histórias de Simone Borges, 25, que embarcou para a Espanha em 1996, e de Kelly Fernanda Martins, 26, que foi para Israel em 1998, para trabalharem, e que foram obrigadas a se prostituir, e morreram em circunstâncias suspeitas, tornando-se símbolos da luta contra o tráfico de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual no exterior. Elas inspiraram a personagem Jéssica (Carolina Dieckmann), da novela das nove horas da Rede Globo, "Salve Jorge", exibida entre o final de 2012 e início de 2013, da tele dramaturga Glória Perez, que escolheu o tema Tráfico de Mulheres como o "marketing social" da novela. "Quando comecei a dizer que ia escrever sobre tráfico de pessoas, ouvi gente muito bem informada dizendo que isso era lenda urbana", disse a autora em entrevista à Folha.

Não só entre "gente muito bem informada", mas até mesmo entre especialistas, não há consenso sobre a questão. Fernando Gabeira, que quando era deputado federal pelo PV-RJ apresentou projetos ligados aos direitos das prostitutas, resume os dois lados da moeda.

"Existem brasileiras em situação de semi-escravidão nos países ricos", explica ele, "e existem também muitas prostitutas - travestis e mulheres - vivendo lá fora de forma estável, sustentando suas famílias aqui e mandando divisas para o Brasil". Ou seja, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. (TRINDADE, 2012).

A jornalista apresenta o depoimento de Gabriela Leite, socióloga e prostituta aposentada, presidente da ONG Davida: "O problema é que misturam tráfico e prostituição". "Não conseguem ver uma prostituta adulta como uma trabalhadora que emigrou, mas, sim, como escrava". O preconceito, a xenofobia e interesses dos países ricos em fechar suas fronteiras são o pano de fundo da luta antitráfico, que muitas vezes está associada a uma hipocrisia moral, condenando quem ganha dinheiro com o sexo. Fernando Gabeira, na mesma entrevista, chama a questão de "economia libidinal", na qual os países importam "cotas" de travestis e prostitutas: "Como se trata de um serviço, a oferta de sexo é regulada pelas forças de mercado. Com a crise europeia, também cai o serviço sexual".

O artigo traz ainda o questionamento do antropólogo americano Thaddeus Blanchette, em relação ao relatório da ONU "Globalização do Crime (2010)", que mostra o Brasil como o maior fornecedor de escravas sexuais da América Latina. Para o autor isso não corresponde à realidade, o que se visa é apenas impressionar ou persuadir uma plateia com fatos alarmantes com fatos muitas vezes falsos ou incompletos. O exagero de se apresentar todo e qualquer

²⁶ Eliane Trindade é jornalista, 43 anos, e autora do livro: "As Meninas da Esquina" (Record, 2005), que inspirou o filme "Sonhos Roubados" (2009), de Sandra Werneck.

tipo de prostituição como tráfico e escravidão cria uma interpretação equivocada e cheia de moralismo. Para o autor: "Tráfico pressupõe ser dominada, ter o passaporte retido. Não digo que não existe, mas é numa escala muito menor do que se alardeia. O que existe são mulheres que foram trabalhar como prostitutas no exterior por conta própria, mas vão e voltam." (apud TRINDADE, 2012).

Também as feministas se dividem quanto ao tema havendo, de um lado, as abolicionistas, que entendem a prostituição como atividade degradante por reduzir a mulher a objeto e, portanto, considerando a atividade como exploração sexual e, de outro, o movimento feminista transnacional, que defende o direito das mulheres a disporem do seu corpo.

A ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e que foi relatora da CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de 2003, para investigar a exploração sexual de crianças e adolescentes, que teve seu início a partir do Relatório Prestaf-2002 - (Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes), afirma: "Para nós, governo, o tráfico independe do consentimento inicial da vítima [...] Pressupõe alguma organização e a existência de coerção, não necessariamente física, mas também psicológica e econômica." Ora se considerarmos isso para as atividades não sexuais, incluindo a coerção psicológica e econômica como definidoras do tráfico, nós reduzimos praticamente todo o movimento migratório internacional à condição de tráfico! Os exageros cometidos para chamar a atenção ao problema mostram a pertinência das críticas feitas por Blanchette que, em outro artigo²⁷ sobre o turismo sexual no Rio de Janeiro, afirma:

As articulações entre turismo, sexo e migração têm sido cada vez mais discutidas no mundo. Todavia, existe uma tendência nesse debate a utilizar termos de denúncia ou acusação como se fossem categorias de análise. Tal confusão expressa-se na construção da figura do turista sexual, um personagem nitidamente caracterizado nos discursos de atores envolvidos na luta contra o turismo sexual e o tráfico das mulheres no Brasil. Nestes, o turista sexual, por meio de seu suposto aliciamento predatório de meninas ingênuas, é tipicamente apresentado como um agente privilegiado na transformação de brasileiras em vítimas do tráfico internacional das mulheres. Esta visão está longe de considerar essas mulheres como agentes ativas na construção de seus destinos, assim como de contemplar qualquer noção mais nuançada sobre "o" turista sexual. E, o que é mais grave, essa procura de vítimas e vilões oculta o funcionamento das relações que constituem os nexos entre turismo internacional, migração e sexo operando na maioria das grandes cidades brasileiras. (BLANCHETTE e SILVA, 2005, p. 251).

²⁷ Artigo: "Nossa Senhora da Help": sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. IN: Cadernos PAGU, no. 25, julho-dezembro de 2005, pp. 249-280. Campinas: UNICAMP, 2005. Autores: Professora Dra. Ana Paula da Silva (USP) e Professor Dr. Thaddeus Gregory Blanchette (UFRJ/UNISUAM).

Ainda no artigo do Jornal Folha de São Paulo (Trindade, 2012), Blanchette critica a metodologia utilizada nos relatórios da Pestraf, mostrando sua fraqueza metodológica para se chegar a um resultado exagerado. Mas sua crítica vai além da metodologia utilizada na pesquisa, mostrando que o financiamento feito por um “fundo moralista”, envolvendo verbas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), da fundação sueca “*Save The Children*”, incluindo o programa de cooperação EUA-Brasil “em plena cruzada conservadora da era Bush”, está muito mais preocupada com as questões morais do que propriamente com a exploração sexual de forma mais geral. Um dos exemplos disso é o fato de a USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento) ter financiado o estudo brasileiro ao mesmo tempo em que cortava recursos para programas de prevenção à AIDS voltados para profissionais do sexo. “Não seria exagero dizer que os parceiros internacionais da Pestraf não são propriamente amigos dos trabalhadores do sexo”.

Rebatendo as acusações, a coordenadora da pesquisa, Maria Lúcia Leal é taxativa sobre as dúvidas levantadas por Blanchette: “O tráfico de mulheres para fins sexuais existe. Não é invenção. Foi identificado em todo o mundo”.

Em 2009, a Polícia Federal impediu o embarque de um grupo de dançarinas para a Turquia. A ação, desencadeada a partir de uma denúncia anônima, é criticada por Blanchette. “Foi uma atuação preventiva, nenhum crime havia sido cometido até então. Como não existe um 'putômetro', os Estados usam marcador de cor, classe e gênero e dão poderes à polícia para tolher o direito de ir e vir de mulheres pobres e negras, por exemplo.”

Ana Paula Silva emenda: “O combate ao tráfico gera mais violações de direitos, com deportação e prisão de prostitutas mundo afora, do que o próprio tráfico”.

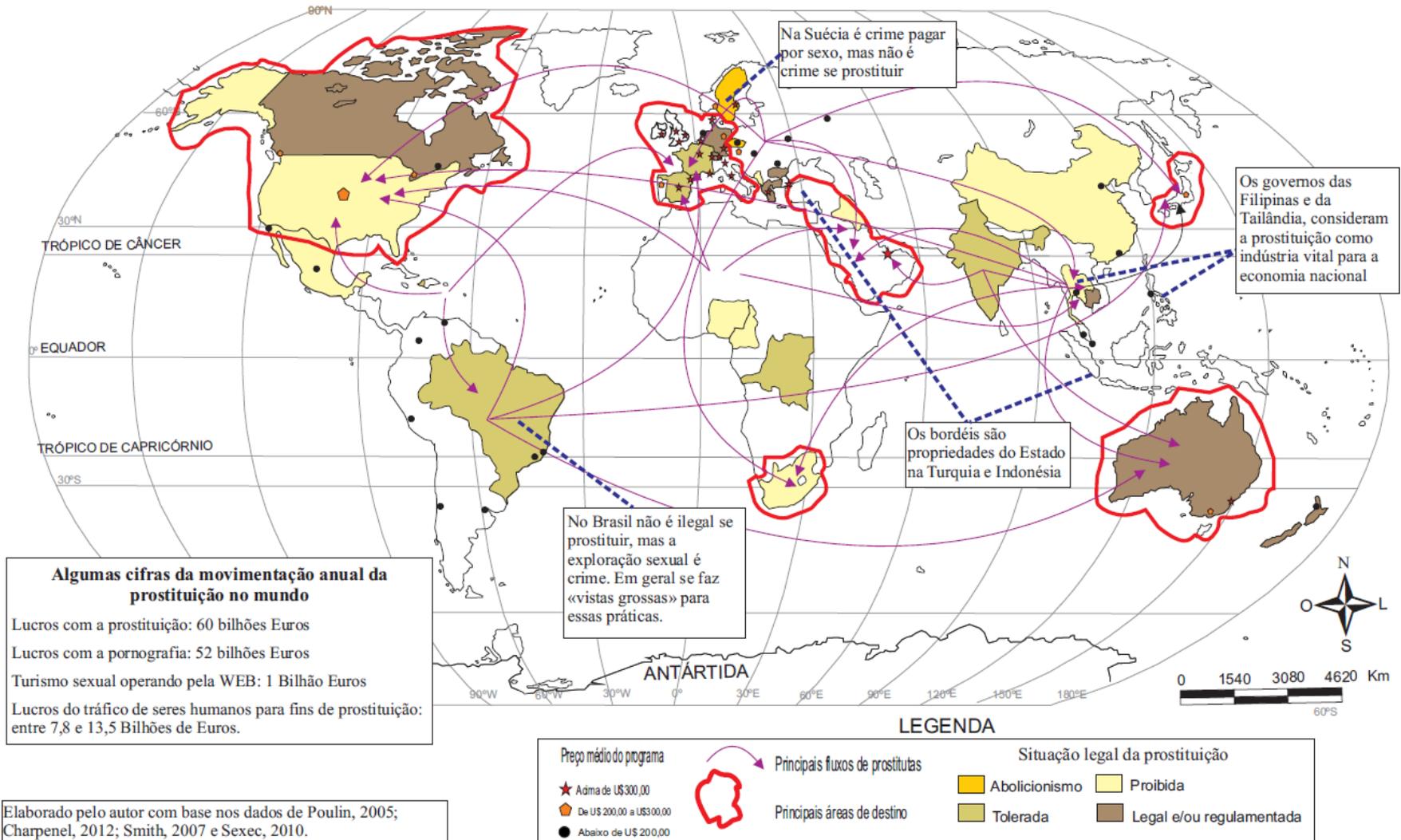
“Estão se valendo do combate ao tráfico de pessoas para impedir fluxos migratórios e deportar pobres e minorias”, corrobora o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), autor de um projeto de lei que regulamenta a atividade das profissionais do sexo. Batizado com o nome de Gabriela Leite, o projeto de Wyllys legaliza prostíbulos, permite a formação de cooperativas e descreve a prostituição como “prestação de serviço de uma pessoa adulta e capaz”. “Como trabalhadoras, elas devem ter seus direitos reconhecidos”, diz Wyllys. (TRINDADE, 2012).

O Tráfico de Pessoas não é o tema central deste trabalho, mas por sua dimensão e complexidade não poderia ser ignorado. Na maioria dos trabalhos atuais a imbricação que ocorre entre o Tráfico e a Prostituição é notória, estando os dados disponíveis sobre ambos os temas inexoravelmente ligados. Esgrimidos para defender as diversas posições políticas a respeito dos temas, os dados são ora superestimados, ora ignorados, ou questionados, deixando clara a necessidade de dados realistas e mais exatos para que seja possível a elaboração de conceitos mais consistentes, baseados em pesquisas sérias, para subsidiar as

decisões políticas. O que pode ser chamado de “paixões ideológicas” dos diversos grupos, e dos estudiosos que tratam desses assuntos, contamina a discussão, favorece a inação das políticas públicas, amplia as discussões vazias e permite a indesejada manutenção do quadro atual em que a lucratividade da exploração do trabalho humano, sexual ou não, escorre para os bolsos de pessoas, redes e organizações que trafegam à sombra das leis.

A seleção dos dados e estudos contidos neste capítulo pretendeu apresentar um panorama geral, no mundo e no Brasil, das controvérsias e complexidades inerentes aos temas Tráfico e Prostituição. Essa introdução foi necessária para se analisar mais criteriosamente o objeto do presente estudo, às formas de organização da prostituição feminina no município de Francisco Beltrão. A seguir apresenta-se um mapa síntese com as principais informações relacionadas à prostituição e ao tráfico de pessoas no mundo.

Situação legal, fluxos e preços da prostituição no mundo



Elaborado pelo autor com base nos dados de Poulin, 2005; Charpenel, 2012; Smith, 2007 e Sexec, 2010.

CAPÍTULO 02. A REPRESSÃO, A LIBERAÇÃO SEXUAL E A PROSTITUIÇÃO.

“De todas as taras sexuais, não existe nenhuma mais estranha que a abstinência”. (Millôr Fernandes)

Para se buscar entender a propagação liberalização sexual ocorrida mais fortemente a partir dos anos 1960, o seu alcance até os dias de hoje e, ainda, a sua influência na atividade econômica da prostituição, é necessário resgatar o conceito de repressão sexual. Escolheu-se como base a definição apresentada por Chauí (1984, p. 9-10):

A repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidos histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade, pois, como inúmeras expressões sugerem, o sexo é encarado por diferentes sociedades (e particularmente pela nossa) como uma torrente impetuosa e cheia de perigos – estar “perdido de amor”, “cair de amores”, ser: “fulminado pela paixão”, beber o “filtro do amor”, receber as “flechas do amor”, “morrer de amor”.

As proibições e permissões são interiorizadas pela consciência individual graças a inúmeros procedimentos sociais (como a educação, por exemplo) e também expulsas para longe da consciência, quando transgredidas, porque, neste caso, trazem sentimentos de dor, sofrimento e culpa que desejamos esquecer ou ocultar.

Temos, assim, um fenômeno curioso, qual seja, o de que algo suposto ser meramente biológico e meramente natural (sexo) sofre modificações quanto ao seu sentido, à sua função e à sua regulação ao ser deslocado do plano da Natureza para o da Sociedade, da Cultura e da História. Deslocamento que aparece com maior nitidez quando nos lembramos que reprimir, numa das acepções oferecidas pelos dicionários, significa ocultar, dissimular, disfarçar. Com efeito, a repressão sexual será tanto mais eficaz quanto mais conseguir ocultar, dissimular e disfarçar o caráter sexual daquilo que está sendo reprimido, um dos melhores exemplos disso estando nos sonhos nos quais objetos, pessoas e situações que parecem nada ter de sexual estão sendo mobilizados para mascarar conteúdos e desejos altamente sexualizados.

No processo de desenvolvimento social as mudanças atingem também as formas como se apresenta a própria repressão sexual. As discussões sobre sexo (e sua repressão) eram de responsabilidade dos teólogos, juristas, moralistas ou artistas, depois se tornou foco apenas da vida amorosa e, com a urbanização mais acelerada e o avanço da medicina no final do século XIX e início do XX passou a ser tratado como problema de saúde pública, passando a ser estudado em um contexto médico buscando classificar as patologias físicas (doenças venéreas etc) ou psíquicas (anomalias, desvios, aberrações etc), com isso criava-se uma normalização do sexo, incentivando-se de um lado o que era normal e de outro estudando as anomalias.

A separação entre prazer e função reprodutora nas sociedades, tornava o bordel indispensável, na opinião da autora. A função genital procriadora e seu vínculo à família forçam essas sociedades a atitudes ambíguas, como condenar socialmente a prostituição, mas ao mesmo tempo, tolerá-la e até estimulá-la, para defenderem a virgindade das meninas púberes solteiras, de um lado, enquanto de outro lado precisam resolver as frustrações sexuais dos jovens solteiros e dos homens “mal-casados”, ou que foram educados para nunca tratarem suas honestas esposas como “amantes voluptuosas e desavergonhadas”. Dessa forma existia uma função social do bordel e da prostituição que ia além da mera exploração econômica.

Inúmeros estudos têm mostrado como, na geografia das cidades (anteriores às megalópoles contemporâneas), o bordel é tão indispensável quanto a igreja, o cemitério, a cadeia e a escola, integrando-se à paisagem, ainda que significativamente localizado na *fronteira* da cidade, quase seu exterior. Nas grandes cidades contemporâneas, a localização torna-se central, mas sob a forma de guetos e, portanto, de espaço segregado, significativamente designado em São Paulo como “boca do lixo”. (CHAUI, 1984, p. 79)²⁸.

Nesta época a prostituta era apresentada em vários estudos como um tipo social determinado, não apenas pela origem social, mas por uma série de códigos de conduta (forma de vestir, postura, gestos, linguagem etc.) que a distinguiam das “mulheres sérias”. São procedimentos de “segregação visível e de integração invisível”, que fazem da prostituta uma peça fundamental da lógica social. A “proteção” da esposa honesta do furor sexual dos seus maridos. Uma esposa com desejos sexuais era tratada como caso de doença, necessitando de tratamento:

Aliás, não custa lembrar que também constitui prática civilizatória (policia) aquela que resolve a desordem familiar desencadeada pela presença de uma esposa muito “erótica” – se o lugar da puta é o bordel, o da esposa perturbadora é o manicômio ou o hospital psiquiátrico, para onde é levada na qualidade de “ninfomaníaca” ou de portadora de uma moléstia, conhecida como “furor uterino”, que, só pelo nome, parece ser mesmo terrível. (CHAUI, 1984, p. 80-81).

A restrição da sexualidade à procriação, principalmente na religião cristã, torna “pecado” quase todas as suas manifestações. Principalmente para a mulher, o sexo por prazer é considerado um pecado mortal, o que explica o fato da pedagogia cristã incentivar a moderação e a supressão das práticas sexuais como forma de elevação espiritual.

As mudanças nos costumes sociais imprimem ondas de liberalização e de repressão sexual, influenciadas pelos hábitos e pela força das classes dominantes, como a privatização

²⁸ Mostraremos, no capítulo 3, como esta “geografia das cidades” foi modificada desde o período em que a autora escreve o seu texto.

da família, no século XVIII, acompanhando a privatização da propriedade e da apropriação do produto do trabalho. A própria divisão interna da casa aparece como resultado desta privatização, cujo principal marco é a separação entre os quartos dos pais e filhos. Nas classes dominantes alguns cômodos são de uso público (destinado aos visitantes) e outros têm o seu caráter privado.

Segundo a autora, o aburguesamento da sociedade levou a uma valorização do pudor, da decência, da limpeza e da privacidade, em contraste com as depravações da nobreza.:

Em vez do *Salão* galante, surge a separação da sala das mulheres e dos homens, que, em comum, haviam participado de um jantar ou que, em comum, dançavam nos bailes, mas que tinham espaços reservados para as conversas íntimas. O quarto do casal se fecha, recolhido, secreto e respeitado como um templo inviolável: só os cônjuges, a partir do século XIX, o freqüentam, os servidores aí entrando apenas para a limpeza e na ausência do casal, os únicos a terem trânsito mais livre no santuário sendo o médico e o padre confessor ou o pastor. Os trajes de dormir se multiplicam: além da camisola, o roupão e a toca, escondendo cada vez mais os corpos conjugais, mas também os dos irmãos e servidores. (CHAUI, 1984, p. 131).

A família então se torna a prisão do feminino, e a sexualidade é dividida em virtuosa (procriação) e viciosa (não-procriação). O casamento civil (contrato) substitui o sacramento e o Estado passa a regulamentar a família, protegendo-a pelo Código Civil e Penal, e garantindo a sua manutenção por meio da Escola Pública, onde se ensina as crianças que a família é a *célula-mater* da sociedade e do Estado. Dessa forma passa a ser função da família realizar a repressão sexual, mostrando aos filhos a diferença entre a sexualidade virtuosa e a viciosa, esta última devendo ser proibida para as “mulheres de bem”.

A consolidação das imagens sexuais e sociais da mulher como mãe, e do homem como pai se realiza pela repressão negativa – as proibições do sexo não-procriativo, o vício – quanto pela positiva, na qual a mulher é construída como um ser frágil, sensível e dependente, sendo que sua inocência e bondade só podem ser preservadas pela maternidade. É nesse sentido que se apresenta um espaço do feminino, pois se pretende conservar as mulheres fora da força de trabalho e da competição pela herança paterna, havendo uma *naturalização* do feminino, no qual se apresenta que tudo, na mulher, vem da natureza, estando ela destinada por natureza a ser mãe e, desta forma, o seu espaço é a casa. Por outro lado a figura masculina encontra-se inteiramente do lado da Cultura, pois com exceção da virilidade, este sim um dado natural, os atributos masculinos são sociais, como a responsabilidade, autoridade, austeridade etc. O seu espaço é o espaço público, da política e do mercado. (Chauí, 1984, p. 135).

A prostituição aparece como uma forma de subversão desta lógica. Em muitos casos a prostituta se apropria do espaço do homem, nega seu espaço feminino, o sexo virtuoso, torna-se a “mulher pública”, termo muito utilizado como sinônimo de prostituta. A mulher que subverte sua natureza é um constante perigo para a manutenção da família. Ao mesmo tempo em que exerce sua função social, protegendo a família do incesto, do homossexualismo e do estupro, ela deve ser mantida separada da sociedade, segregada nos ambientes onde se “tolera” sua função, daí o termo casas de tolerância.

No entanto é a urbanização que subverte toda a lógica desta forma de se pensar a sociedade. Com a urbanização e o aumento da divisão social do trabalho profundas mudanças atingem as concepções sexuais até então dominantes. As relações estabelecidas para a produção da sociedade e as forças produtivas que se desenvolvem, mudam as condições gerais sob as quais o pensamento social se desenvolve. Ao mudarem as forças produtivas muda-se o próprio homem, sua forma de ver o mundo e, conseqüentemente, sua forma de lidar com sua sexualidade.

No caso brasileiro a grande transformação da sociedade aconteceu em meados do século XX, quando o país vivenciou profundas transformações com a migração do campo para a cidade e o surto de urbanização daí decorrente. O crescimento do número de espaços de sociabilidade (como cinemas, dancings, clubes etc.), a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e o aumento da participação na vida social trouxeram consigo maior apreensão dos pais e familiares em relação ao comportamento dos jovens.

Ainda nesta época uma das grandes preocupações era evitar que a menina se “perdesse” e que houvesse um “desastre” antes do casamento. O casamento era instituição “sagrada”, com a moça pura que se tornaria a esposa honesta “por toda a vida”, daí a preocupação com a virgindade, o símbolo máximo da pureza.

É importante recordar que nas décadas de 1940 e 1950 ainda havia o tabu da virgindade, e raros eram os rapazes que se casavam com moças “defloradas” por outro, provendo-se no próprio Código Civil a anulação de casamento caso o noivo, “induzido a erro essencial”, tivesse sido enganado. Em 1942, foi introduzido nesse documento o art. 315, que disciplinou a separação do casal sem dissolução do vínculo. Única possibilidade de rompimento dos casais, o desquite, além de não dissolver os vínculos conjugais, também não permitia novos casamentos. “Largada do marido”, a mulher desquitada sofria com o estigma de “manchar o nome do cônjuge” ao carregar o seu sobrenome; era vista como má companhia e corria o risco de ver recusada a matrícula dos filhos em certos colégios. (CARMO, 2011, p. 331).

Um dos aspectos interessantes apresentados por Carmo (2011) é o fato de já haver uma liberalização sexual bastante intensa em alguns segmentos sociais específicos, já desde

os anos 1940, antecipando uma liberdade que mais tarde atingiria um volume maior da população. O meio artístico, de militância política de esquerda, da alta classe média já possuía grande liberdade sexual. O romancista brasileiro Jorge Amado contava que suas relações sexuais na época já não se davam apenas com as profissionais do sexo, mas que muitas garotas “davam de graça” aos integrantes dos círculos freqüentados por ele. No seu livro *Navegação de Cabotagem* ele relata sobre uma farra ocorrida em Salvador, em 1943:

Nas areias de Mar Grande, em fins de semana, diante do oceano, despíamos Maria do Cabula [...]. Fosse na praia, fosse no consultório de Mirabeau, Maria do Cabula se fazia acompanhar por uma corriola de amigas, cada qual mais cativante. Uma delas, funcionária pública, feia de cara, ótima de corpo, noiva **virgem**, *habitué* do consultório de Mirabeau, gostava de tomar na bunda diante das janelas que davam para o mar e a cidade baixa, dali avistava a matriz do Banco onde o noivo labutava de escriturário. Na hora do enrabanço debruçava-se na janela, arrebetava as ancas, ao sentir a estrovena penetrar, gritava em direção ao futuro esposo: “tou tomando no cu, seu corno!”. Com o que atingia o orgasmo, o delírio. Esqueci-lhe o nome...(AMADO,J., *Navegação de Cabotagem*, apud CARMO, 2011, p. 333).

Parte da alta classe média e da burguesia também já se aproveitava da liberdade sexual, como é o caso de Flávio de Carvalho (1899-1973), escritor, arquiteto e artista plástico, amigo de Jorge Amado, que era bastante conhecido pelos seus casos amorosos. Sua casa da fazenda em Valinhos era considerada “uma escancarada academia de ginástica sexual”, onde, segundo CARMO (2011):

Vivia cercado por lindas mulheres que, além de implantarem com ímpeto a moda do topless, também desfilavam completamente nuas pela paisagem, obrigando o artista a cercar de cuidados sua propriedade. Uma placa afixada na porteira e outras pequenas tabuletas espalhadas pelas cercas alertavam os incautos e curiosos sobre a “cuidadosa devassidão” que lá acontecia, proibindo terminantemente a entrada de estranhos. Em passagem de suas memórias, Jorge Amado recordou esse clima de liberalidade:

*“Convidado, carregando violão e maleta, Dorival Caymmi desembarcou do carro, entrou na calçada que levava à porta do paraíso, deparou com a pianista Mercês da Silva Telles, alta, torneada, beleza grega, nua na piscina, doirando ao sol o corpo de estátua. Dorival largou mala e violão, exclamou: - Está pra mim! Começou a executar o passo do siri-boceta... (Jorge Amado, *Navegação de Cabotagem*, p.355).*

Em meados dos anos 1940, Flávio de Carvalho passou a receber famosos nomes mundiais das mais variadas áreas artísticas, como cinema, teatro, artes plásticas, balé, poesia, literatura, que, vindos ao Brasil, invariavelmente eram recebidos na sua exótica casa da fazenda e sempre desfrutavam de um lugar confortável e discreto para encontros sexuais. Disseminou-se pela provinciana comunidade uma verdadeira lenda que falava de devassidão na propriedade, onde estariam presentes as mais belas “cortesãs” do Brasil e onde se realizavam as maiores “orgias”. (CARMO, 2011, p. 333-334).

Ressaltando que eram pequenas “ilhas de liberdade” enquanto o resto do País era de um “provincianismo atroz”, o autor cita personagens conhecidos que descrevem a irreverência que brotava nas areias das praias do Rio de Janeiro, em contraponto à “falsa moralidade e o puritanismo exagerado” ainda reinante no país:

Segundo Ruy Castro, em *Ela é carioca*, no pós-guerra já havia uma aura de pecado envolvendo, por exemplo, o Arpoador, no Rio de Janeiro. Para a moral vigente, suas freqüentadoras eram moças “fáceis”, pois, irreverentes, usavam minúsculos maiôs, iam descalças à praia, consultavam-se regularmente com ginecologistas e, entre outras farras, saíam de automóvel com os rapazes a fim de “patrulhar” a costa com eles. As mães conservadoras da então capital federal proibiam suas filhas de ir à praia no Arpoador, onde o traje de banho passou a ser o de duas peças, com o atrevimento de deixar o umbigo à mostra numa época em que as mulheres brasileiras ainda se escondiam em maiôs inteiros. Tal irreverência já podia ser vista desde pelo menos 1951. (CARMO, 2011, p. 336).

Essa foi a grande revolução do Arpoador na segunda metade dos anos 1950, diz o autor, ainda citando Ruy Castro: “valorizando a beleza e o conhecimento, essa geração chegou de forma espontânea e sem alarde à liberdade sexual aparentemente sem culpa”, quando moças e rapazes namoravam “firme”, faziam sexo e, com poucas exceções, ninguém se culpava ou era culpado. Para ele, as moças do Arpoador não tinham nada de “fáceis”, nem com elas funcionavam as ultrapassadas cantadas dos rapazes de Copacabana.

Ao contrário do que se tornou lenda, Leila Diniz não era a única, nem foi a primeira em Ipanema a ser ‘livre’, a falar palavrão e a escolher com quem ir para a cama. A atriz ‘foi o resultado final de uma longa linhagem de moças que, nos anos 1940/1950, lutaram por sua independência, adiantaram-se em relação à moral vigente e quebraram tabus’. Porém, ainda eram minoria [...] Essa mesma liberdade foi confirmada pelo jornalista carioca Paulo Francis. Com seu estilo de escrita direto, sem rodeios, Francis, em suas memórias *O afeto que se encerra*, afirmou: “Alguns mitos merecem ser desfeitos. É uma suposição freqüente que as chamadas moças de família começaram a dar nos anos 60. Devo ter conhecido todas as exceções dos anos 40 e 50, portanto, porque desconheço a que não desse, nesse meio”. A diferença do seu tempo para o dos anos 1980, disse Francis, é que havia discricção, as pessoas não faziam publicidade: “Os de hoje mal se contém enquanto não nos contam as aventuras sexuais, que julgam cheias de originalidade e interesse a estranhos, o que é mais um indício do triunfo do narcisismo na nossa cultura de comerciais”. (CARMO, 2011, p. 336).

Apesar da existência de espaços mais libertários em relação ao sexo, de forma geral o país ainda era muito conservador em relação à sexualidade, as pessoas evitavam palavras diretas para se referir a assuntos de natureza sexual. As igrejas e escolas separavam os homens das mulheres durante as missas e as aulas, e o papel da mulher “honesta e santa” era repassado nesses ambientes.

Segundo o autor essa falsa moralidade e o puritanismo exagerado acabavam escoando para a válvula de escape da perversão, na sexualidade reprimida, que foi muito bem expressada por Nelson Rodrigues que “escancarou as depravações – “taras”, como eram chamadas – que ocorriam surdamente nos lares burgueses dos anos 1950 e 1960. No seio da santa e respeitável família burguesa, irrompiam adultérios, incestos, volúpias, perversões, paixões proibidas, preconceitos”. (CARMO, 2011, p. 336-337).

Mostrar essas “depravações” era condenado pela sociedade conservadora da época, daí a censura atingir muito das obras teatrais e televisivas, não apenas as de conteúdo político contestatório, mas também aquelas que atentassem contra a “moral e os bons costumes”. Um dos famosos casos de atuação da censura foi com a entrevista da atriz Leila Diniz ao *Pasquim*, segundo Carmo:

A cada edição do irreverente *Pasquim*, por exemplo, surgiam novas provocações, como a entrevista de Leila Diniz (1945-1972), publicada em novembro de 1969. A jovem atriz carioca tocou em assuntos proibidos em público – como amor livre, virgindade, casos com homens casados – numa fala pontuada por uma seqüência de palavrões. A entrevista mexeu com a moral e os bons costumes da época a ponto de o então ministro da justiça, Alfredo Buzaid, assinar, dias depois, o apelidado “decreto Leila Diniz”, reinstaurando a censura prévia no Brasil. A atriz passou a sofrer perseguições políticas e foi vetada para atuar na televisão, a ponto de uma autora dizer que “não haveria na próxima novela papel de puta”. (CARMO, 2011, p. 338).

A repressão sexual não atingia somente as mulheres. Para os homens também o papel social pressionava e exigia comportamentos pré-estabelecidos. Na sociedade patriarcal brasileira, a mulher deveria ser mantida no recato, mas o homem era desde cedo forçado a se mostrar conhecedor do sexo. Havia um modelo de relacionamento sexual duplo, dentro e fora do casamento, separando a “moça para casar” e “moça leviana”. Fazer sexo com a namorada ou noiva antes do casamento significava que ela não seria a “moça para casar”. Ao jovem que tinha suas necessidades sexuais cabia a procura das profissionais do sexo. A divisão social dos papéis sexuais também levavam ao sofrimento os homens, que muito precocemente tinham que se iniciar sexualmente, pois desse se esperava que fosse um grande conhecedor da atividade sexual, exibindo sempre a sua experiência como garanhão. Muitas vezes os próprios pais levavam os filhos para se “iniciarem” com uma profissional, tornando-os homens. Às vezes essa iniciação ocorria de maneira bastante traumática, como apontado por Gabriela Silva Leite:

Tem também as histórias de garotão que brocha na primeira vez que vai transar. Nisso influi a tranqüilidade do garoto e também a psicologia da

mulher. Imagina um garoto assustado que vai com uma daquelas mulheres nervosas, que dizem para ele: “Como é, garoto, esse pau não levanta?”. [...] Eu já tinha ouvido falar das histórias dos pais que levavam os filhos para terem a iniciação na zona, como coisa comum e normalíssima, mas ainda não tinha estado de frente com uma situação dessas. Quando ele disse: “Trouxe meu filho para você”, eu olhei para o menino e, mesmo ele sendo bem desenvolvido, assustei. O menino estava pálido, tremendo de medo do ambiente desconhecido. (LEITE, G. Eu, Mulher da Vida apud CARMO, p. 375-376).

As mudanças em relação à sexualidade são muito bem retratadas por Gabriela Leite (2009), no seu livro de memórias: “Filha, Mãe, Avó e Puta – A história de uma mulher que decidiu ser prostituta”, no qual narra as suas experiências de vida, e seus esforços para terminar o Clássico, fazer “cursinho” e passar em segundo lugar no vestibular de Filosofia da USP, no final dos anos 1960, assistindo de perto às discussões ideológicas contra a ditadura, mas abdicando de participar da luta armada. Segundo ela, resolveu participar da outra revolução que ocorria em paralelo, a liberação sexual, e descreve as suas dificuldades ao freqüentar o bar Sem Nome, na Rua Maria Antônia, reduto de estudantes e intelectuais:

Apesar de toda a minha pretensa modernidade, ainda era uma menina da periferia que morria de medo de transar, perder a virgindade e, o pior dos desastres, ficar grávida. Essa turma só falava sobre sexo, sexualidade, virgindade. Depois do Sem Nome passamos a freqüentar um lugar onde verdadeiramente, segundo meus amigos, estava o pessoal mais moderno: O Bar Redondo, na Praça Roosevelt.

Ali em frente ao edifício Copan, em meio a críticas à religião, passei a ter vergonha de ainda ser virgem. Eu e minhas amigas, todas virgens, enganávamos os rapazes com histórias de experiências sexuais e um ar de modernidade no rosto. O Redondo ficava perto dos teatros Arena e Oficina e era freqüentado por diretores, atores e atrizes, todos incríveis aos nossos olhos deslumbrados. Não podíamos supor que estava começando uma das maiores mudanças de costumes da sociedade brasileira. Foi um período muito importante para mim e para minhas descobertas. Momento vertiginoso e caótico, difícil de descrever em palavras. (LEITE, 2009, p. 31-32).

A autora traça um panorama dessa época de mudança, em plena ditadura, aonde discutir a sexualidade era uma prioridade, enquanto, de um lado, estudantes estavam “sendo presos, pegando em armas, sendo mortos e torturados” e, de outro, jovens do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) propunham o extermínio de todos os comunistas, entregando panfletos nos bares, culpando-os pela existência de homossexuais e lares destruídos. “O nosso medo desses jovens, carecas e de terno, empunhando bandeiras, era imenso e jamais andávamos sozinhos pelas ruas. Sempre em turma e olhando para os lados”.

Aqueles anos foram muito difíceis. E para uma parcela dos jovens, na qual eu me incluía, era complicado encontrar um lugar de identificação. No

Redondo conheci o Plínio Marcos, que vendia seus livros mimeografados de mesa em mesa e parava em cada uma delas para um papo. Ouvia embevecida suas teorias sobre teatro e sociedade e sobre como era urgente mudar o jogo e sermos mais livres e menos ligadas às regras sexuais vigentes. Dia a dia nós, meninas, inventávamos peripécias sexuais. Namorados, amor e casamento estavam ligados a valores conservadores, e lutar contra o conservadorismo sexual era nossa principal meta de vida.

Era um fardo ser virgem no meio dos modernos. Eu e minhas amigas do Redondo falávamos muito sobre a maravilha de poder transar sem ficar grávida. E dizíamos aos quatro ventos que tomávamos o comprimido milagroso. Mas era mentira. A gente sequer transava de verdade. Eu tinha que dar um jeito naquilo, e rápido. (LEITE, 2009, p. 32-33).

Depois de perder a virgindade, arrumar outro namorado, engravidar e dar à luz, dedicando-se apenas ao trabalho por um período, a autora narra o retorno ao Bar Redondo, num dia em que se atrasou no trabalho e perdeu o horário da aula. “Tanta coisa tinha acontecido na minha vida, e lá continuava tudo igual”. Conseguiu pela primeira vez “falar sem medos e culpas sobre tudo”, quando convidou Plínio Marcos para tomar uma cerveja e ele, após ouvir atentamente, lhe disse que ela não era uma mulher sem futuro. O trecho a seguir revela as idéias que retratavam as mudanças da época e, em seu caso particular, iriam determinar a escolha da profissão de prostituta:

Passei a ir sempre ao Redondo para poder conversar com mais liberdade sobre a vida e as mudanças da época. Precisava de novos ventos e novos papos. Eu tinha fome de entender a complexidade de uma formação baseada em valores católicos, e por isso conversava muito. Queria fazer sexo e exercer minha sexualidade sem culpa. Queria abraçar, beijar, conhecer melhor o corpo masculino, seus desejos e fantasias. Queria ser uma mulher desejável, usar calcinhas e sutiãs vermelhos, sentir os homens em meu corpo, transar muito e nunca me faltar. Não queria casar nem viver junto com ninguém. Somente ver e sentir muitos homens me desejando. Por que eu não poderia viver como eles, que sempre estavam com mulheres diferentes? Por que nós, mulheres, tínhamos que nos contentar em ter um único homem ao longo de toda a vida? Eu queria ter a liberdade sexual deles e não sabia por onde começar. (LEITE, 2009, p. 49).

A transição desta sociedade repressora no âmbito sexual está relacionada às grandes transformações ocorridas na sociedade brasileira. Os movimentos de contracultura dos anos 1960, as lutas políticas, a pílula, o feminismo entre outras “novidades”, revolucionaram os costumes sexuais, criando, a partir dos anos 1980 o seu oposto, o que ficou conhecido como a “ditadura do orgasmo”, a obrigação do prazer, um hedonismo como valor máximo da felicidade humana. Para Carmo (2011):

A partir da década de 1970, numerosas transformações ocorridas no campo dos costumes e da vida privada não deixam dúvidas quanto à emergência de maior liberdade sexual. O feminismo, a pílula anticoncepcional, as

discussões sobre aborto na mídia, a sensualidade exposta na publicidade, a liberação da palavra e o redirecionamento do olhar mudaram a vida das pessoas e sua maneira de ver o sexo. A revolução nos costumes ao fim da década de 1960 percorreu mundo afora com lemas como: “Faça amor, não faça guerra”, “Ereção, insurreição” ou “Amai-vos uns sobre os outros”, sem contar o movimento de contracultura hippie com o lema “Paz e Amor”. A partir de então, o amor e o prazer tornaram-se quase obrigatórios, a ponte de, hoje, o interdito se inverte, impondo a ditadura do orgasmo. (CARMO, 2011, p. 338).

O resultado dessa transição será em grande parte uma sociedade hedonista, na qual a busca pelo prazer sexual torna-se quase obrigatório. A virgindade, antes “o bem mais precioso da mulher”, agora passa a ser condenada. A busca pelo prazer sexual amplia seus limites, a cientifização da sexualidade combinava o erotismo (arte e técnica do amor) e a ciência (o conhecimento teórico sobre o sexo). Chauí (1984) critica a “orgasmologia” ou a sexologia resultante do processo de cientificização da sexualidade, que busca a democracia ou a liberação sexual, exterminando as paixões e os aspectos conflitantes que seriam responsáveis pela repressão e infelicidade sexuais. Tanto a liberação quanto a felicidade sexuais dependerão de um único fator: o orgasmo satisfatório.

A sexologia combina medicina e psicologia comportamental, parte de um estudo das doenças sexuais físicas e de comportamento, propõe um tratamento rápido (mínimo de uma semana e máximo de um mês), promete o orgasmo perfeito, tolera o homossexualismo, recomenda a masturbação e defende a democracia sexual (direito e dever de orgasmo para todos). Trabalha com as idéias de função adequada e disfunção (as disfunções principais são: impotência, frigidez, ejaculação precoce e ausência de ejaculação), atribuindo estas a maus condicionamentos ou condicionamentos inadequados do comportamento (a terapia consistindo em mudar os condicionamentos e obter a funcionalidade) e recomenda medidas de higiene e profilaxia, pois com elas o orgasmo pode começar muito cedo e terminar muito tarde, não havendo necessidade de aguardar o momento de iniciar a vida sexual nem de interrompê-la – juventude e velhice não têm valor para a orgasmoterapia. (CHAUI, 1984, p. 171).

Segundo a autora, a democracia sexual apóia-se em três idéias principais:

A primeira, é a do altruísmo social (donde o dever de produzir orgasmo no parceiro); a segunda, é a do direito à felicidade (donde o dever de obter o seu próprio orgasmo); a terceira inclui as virtudes públicas: tolerância, racionalidade (as relações sexuais devem ser refletidas, calculadas, decididas e programadas segundo seus custos e vantagens), aceitação da opinião pública (no caso, a dos especialistas) e liberdade de expressão sexual (na medida em que a liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais do homem e do cidadão)”

[...]

A sexologia é uma pedagogia sexual: ensina a cada um o controle racional de suas paixões, o momento em que podem ter livre curso e o melhor meio para fazê-lo (conhecimento das “zonas estratégicas” de seu próprio corpo e do corpo do parceiro; preparação ao ato sexual pela masturbação e outras técnicas de lubrificação). O sexólogo ensina como controlar os impulsos imediatos do desejo, como se preparar para sua satisfação, quais as técnicas para fantasiar durante a relação sexual de modo que, graças às fantasias solitárias, o gozo do casal seja maior e, sobretudo ensina cada parceiro a respeitar os interesses sexuais do outro (a relação sexual é pensada como um contrato). (CHAUI, 1984, p. 172).

Afirmando que na arte erótica, se faz sexo, e na ciência sexual, se fala de sexo a autora revela que o sexo não é assunto a ser calado em nossa sociedade, pelo contrário: “Em nenhuma sociedade falou-se tanto, escutou-se tanto, discutiu-se tanto, detalhou-se tanto, estudou-se tanto e regulamentou-se tanto o sexo como na nossa. O sexo, em nossa sociedade, sempre foi aquilo de que se deve falar, falar muito e falar tudo. Até o mutismo não é censura, mas uma certa estratégia de silêncio para maior eficácia do discurso sobre o sexo”. (CHAUI, 1984, p. 183).

Se não houve uma “revolução sexual total”, há consenso entre os estudiosos de que, a partir da segunda metade da década de 1960, ocorreu enorme alteração dos costumes e padrões comportamentais. Indiscutivelmente se faz muito mais sexo hoje do que nos anos 1960. Segundo Carmo (2011, p 409-410) “A quebra do vínculo entre namoro e casamento foi praticada de forma descompromissada pelas novas tribos juvenis, inicialmente na forma de ‘amizade colorida’ dos anos 1980, até culminar no chamado ‘ficar’ ou ‘ficar com’ da atualidade”. O papel das inovações foi muito importante, como a pílula anticoncepcional e, mais recentemente, os remédios para disfunção erétil. A liberalização trouxe novos mercados como no cinema, com os filmes pornográficos que tiveram sua popularização com o vídeo cassete, o DVD e, atualmente, a Internet. Os *sex shops* tornaram-se comuns em muitas cidades e são freqüentados também pelas mulheres, que se tornaram mais ousadas, e buscam os “brinquedos” e fantasias para “apimentar” a relação sexual dentro ou fora do casamento.

As mudanças fizeram as pessoas tratarem do assunto sexo com mais naturalidade. Comportamentos sexuais antes considerados ‘desviantes’, tidos como patológicos, começam a ser aceitos com mais naturalidade:

No entanto, algumas práticas sexuais envolvendo sadomasoquismo podem fugir dos padrões considerados “saudáveis”. Com isso, tais comportamentos transformam-se no epicentro dos debates sobre o limite em que a sexualidade pode ter status de normalidade e até que ponto a realização desses desejos é ou não sadia. Como não há demarcações claras do que faz parte exclusiva do que é sadio ou não, isso contribui para que se questione a

crença em uma sexualidade “certa” e outra “errada”. (CARMO, 2011, p. 410-411).

O autor alerta para os preconceitos e distinções de classe que ficam evidenciados quando setores populares podem considerar determinado comportamento como “viciosa perversão” ou “promiscuidade”, enquanto setores mais esclarecidos o compreendem como “virtuosa revolução nos costumes” ou “sofisticação do prazer”. “Mesmo ocorrendo essa dicotomia distintiva para certas camadas sociais privilegiadas, o país mudou bastante, mas ainda está longe de ser considerado um utópico “paraíso sexual”. (CARMO, 2011, p. 412).

Uma das “novidades” que surgem neste período de maior liberação sexual são os clubes de swing, locais onde casais freqüentam objetivando a troca de parceiros sexuais. Nas grandes cidades tais clubes tornaram-se bem conhecidos e muito freqüentados. Os praticantes do swing muitas vezes se organizam por meio de clubes virtuais, que proporcionam um conhecimento maior entre os praticantes possibilitando, posteriormente, o seu encontro real.

O CRS – Clube Real Swing, começou em Brasília (DF) e conta atualmente com mais de 20.000 sócios em todo o País. Trata-se de um clube fechado e existe um rigor na escolha de novos sócios, com exigência de um “padrinho ou avalista”, indicação de, no mínimo, três outros casais para se tornar sócio efetivo do clube. A mensalidade é de apenas R\$ 30,00. O site do CRS é mais seguro para combinar encontros e os anúncios dos participantes são monitorados em busca de informações falsas ou contraditórias.

O entrevistado, Sr. “E”, estima em mais de uma centena o número de casais participantes de Swing na cidade de Francisco Beltrão (PR). Em Cascavel (PR) há, no mínimo, três motéis onde são promovidos os encontros, em suítes de 300 a 500m², com áreas externas, piscinas e várias camas, onde ocorrem festas que reúnem 50 a 100 casais, todos os sábados. O custo é de aproximadamente R\$ 70,00, com bebida livre e normalmente é organizado por casais, para grupos conhecidos (fechados), e o contato é feito via Internet.

Sabe existirem grupos também em Chapecó, Maringá e Londrina, no Paraná, e em São Paulo, Curitiba, Goiânia e Rio de Janeiro. O principal ponto de encontro é em Balneário Camboriú (SC), talvez por ser cidade neutra, turística e possuir melhor infra-estrutura. As pessoas vêm de São Paulo, Curitiba e de vários outros lugares. Os encontros ocorrem em muitas pousadas, motéis e hotéis, às vezes com lotação de 100% de praticantes do Swing. Os programas às vezes duram três ou quatro dias, incluindo a praia durante o dia, a ida a restaurantes e choperias, ocorrendo à noite o encontro de casais. Já houve festas em Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro, com mais de 2.000 casais no mesmo evento. Em São Paulo, no Clube Cold, no ano passado, houve festa para 800 casais. Várias pousadas e hotéis inteiros de

São Paulo acolhem em eventos 100% de sua lotação em casais Swing. Já existem cruzeiros marítimos com 100% da lotação com casais swing. Nos demais cruzeiros há grupos que combinam antes, via Internet e misturam-se aos passageiros, praticando o swing entre si. O Caribe é o grande destino mundial de casais com infra-estrutura turística dedicada especialmente a esses grupos.

Quanto a clubes abertos ou comerciais, o Sr. “E” sabe existir em Maringá, Camboriú, Curitiba (Desiree Swing Club) e São Paulo (Nefertitti Clube). Os participantes dos grupos até freqüentam os clubes, mas preferem as festas particulares. Nos clubes “rola casal montado” – o rapaz contrata uma garota de programa para participar como se fosse casado. Normalmente são reconhecidos na hora, pelos freqüentadores mais antigos. Os membros ativos não gostam quando o clube cobra de solteiros a entrada – eles podem se sentir no direito de obter carícias sem permissão. No grupo normal existe muito respeito e ninguém “passa a mão” na mulher dos outros sem consentimento.

Em Curitiba há dias só para casais, outros só para solteiros e mesmo quando há mistura, existem lugares sem acesso aos solteiros, destinados apenas aos casais, embora a área de dança e da festa seja comum. Os casais da mesma cidade se respeitam, mas buscam mais contato com os casais de fora. O sigilo é fundamental na área, então há certa “*não procura*” por casais da mesma cidade. Não há seleção social ou financeira, nem discriminação. Talvez haja uma “seleção cultural” camuflada. Festas em outras cidades, além do deslocamento, custam de R\$ 150,00 a 250,00 o ingresso, o que já dificulta o acesso. Não há seleção pela beleza, mas todos parecem se cuidar mais.

Mais comum é a participação de casais com 10 a 15 anos de casados, na faixa etária de 30 a 45 anos. Hoje em dia estão entrando casais mais novos, na faixa de 23 a 25 anos, mas ainda são poucos, assim como existem participantes na faixa de 45 a 60, sendo todos muito bem aceitos. Acredita que nessa faixa de idade mais elevada, de 50 a 60 anos, existam outros grupos mais fechados ainda.

Normalmente são as mulheres que sentem curiosidade sobre as casas de sexo, zonas e boates. O casal começa conhecendo um clube de swing, assistindo a shows masculinos e femininos e, entre os participantes, também há exibição e troca de carícias e aproximação. “*É a mulher que escolhe. Elas são mais seletivas que os homens*”, diz o Sr. “E”. Também são as mulheres que dominam ou tomam a iniciativa nos encontros de casais. A abordagem normalmente parte das mulheres, mas existem os “cupidos”, casais mais experientes que colocam conhecidos em contato, ou informam quem está a fim de quem. As mulheres costumam dançar entre elas, trocam carícias, carinhos e beijos, propiciando a aproximação

dos maridos nelas próprias, havendo trocas de casais e de carícias entre o grupo. É normal o toque e o beijo. Quando entram em acordo, vão para a suíte. Normalmente, mais de dois casais. É mais fácil ficar à vontade num grupo de casais do que só em dois casais. As pessoas se soltam mais. É mais fácil estar junto do cônjuge do que fazer separado. Tem mais excitação, cumplicidade. É muito comum o Ménage á trois, quando o casal convida outra pessoa solteira para o sexo a três, normalmente uma mulher.

Ainda segundo o Sr. “E”, as mulheres “encaram” mais, escolhem os parceiros. Sentem mais liberdade para paquerar, se insinuar e se exhibir – é normal tirarem a blusa, tornar a vestir, tirar de novo. Sentem liberdade para encarar outro homem sem culpa, pois o ambiente é próprio para isso e não precisam reprimir. Ficar no meio é muito excitante, tem muito mais excitação do que o sexo em si. O homem sente-se poderoso em seduzir e a mulher adora ser cortejada livremente na frente do marido, sentir-se desejada. Existe uma quebra da “posse” do outro, um estímulo à cumplicidade, à igualdade. O maior prazer é o casal fazendo sexo, como se fosse uma terceira pessoa, mais profundo do que fazer sexo com outra pessoa, sem a presença do cônjuge, diz ser mais profundo o entendimento entre o casal.

A realização de um programa “anima” o casal por duas ou três semanas, provocando mais relações entre o casal, mantendo a excitação pelas lembranças e pelos comentários sobre o ocorrido. O novo é mais excitante: depois de duas ou três relações com o mesmo casal, a relação vira amizade. A frequência média de participação nos encontros é de uma vez por mês, mas ocorrem viagens e feriados em que fica mais intensa a frequência, assim como, às vezes, ficam dois ou três meses sem participar dos eventos.

O julgamento social encara a troca de casais como “pornografia”, diz o Sr. “E”, que não a considera diferente de outras atividades sociais, só que é bem mais intensa. Uma pessoa solteira tem um comportamento mais solto quando sai para se divertir. Aqui é como se o casal fosse solteiro – é uma paquera compartilhada a dois. O casal precisa separar os conceitos de sexo e amor. Se o casamento é bom, ele melhora. Se já está ruim, acaba. Normalmente a experiência do swing renova a relação, que fica mais intensa, mais compartilhada e cria maior cumplicidade

O entrevistado opina que existe uma maior liberalização nos costumes, na TV, nas roupas, uma maior erotização. Essa prática dá a impressão de um rompimento com a hipocrisia. Todos querem e “ficam disfarçando”. Todos falam do que gostariam de ser e não do que realmente são. É muito difícil quebrar as barreiras das crenças e valores. Tem gente que chega a beber muito e não consegue se liberar. No mínimo seis meses de atividade para começar a se soltar de verdade. Com um ano de frequência ainda são considerados casais

iniciantes. Depois disso, há uma sensação de poder. Não há culpas. Você fica com pena dos “reprimidos”, e todo mundo o é, diz. A pessoa liberal é mais franca e nos “reprimidos” há muita hipocrisia. Essa atividade é um vidro espesso. Falar é fácil, mas atravessar o vidro e fazer, dar esse passo é muito difícil.

Depois que o casal “evolui”, ambos ficam mais livres. O comportamento começa a se alterar em sociedade – ficam mais soltos, desinibidos, não demonstram ciúmes – e isso chama a atenção. É difícil se soltar com os “reprimidos”. Eles notam o casal curtindo mais, saindo mais, indo a barzinhos, viagens, trocando carinhos e exibindo maior respeito entre os dois. Os outros observam essa transformação que salienta sempre o aumento da cumplicidade entre o casal. Às vezes, a mulher “faz a festa” e o marido assiste, ou ambos têm amigos e casamento aberto, mas isso não é tão comum. A ligação está no casal fazer junto, se observando e estando sempre presente, diz o entrevistado.

Quanto ao sexo pago, nos clubes sempre estão acessíveis rapazes e garotas de programa, selecionados pela casa, profissionais, que sabem se comportar. Os grupos evitam o sexo pago, mas ele está sempre acessível. Algumas mulheres preferem que o marido tenha sexo com uma garota de programa, que só envolve dinheiro, sem troca afetiva. Acha que o sexo pago leva à promiscuidade – *“muitos homens já passaram ali hoje”*. A casada, normalmente, só tem relações com o marido ou com o grupo que frequenta.

O entrevistado, Sr. “E”, considera que a traição entre os casais diminui muito quando se pratica o Swing. Também acha que a prostituição está diminuindo porque as pessoas estão mais soltas em relação a sexo. Acredita que as casas de prostituição vão fechar ou se transformar em casas de shows eróticos, com a entrada de mulheres como clientes também. Considera os clubes comerciais de swing apenas a ponta do iceberg. O maior número de encontros ocorre em clubes fechados, nas festas organizadas pelos próprios casais. Sempre se usa preservativos. Abundantemente distribuídos nos eventos e todos levam de casa, sendo também bastante comum o uso de bebidas para desinibir – em todas as festas há abundância e variedade de bebidas.

Cita a Praia do Pinho, inicialmente naturalista, agora mantida somente por casais Swing, e choperias em que esteve, em Camboriú, aonde mais da metade dos clientes era, reconhecidamente (para os iniciados), composta de casais Swing. Cita um clube de lá, com Aquário, espécie de exibicionismo, em que casais fazem sexo numa redoma de vidro, observados por outras pessoas. Acredita que se o casal souber diferenciar sexo de amor, o casamento fica mais forte.

Esclarece que alguns casais vão até certos limites, participando das festas, das carícias, mas só fazendo sexo entre si. Existem várias modalidades que agregam os grupos pelas preferências: em primeiro lugar vem o sexo grupal; em segundo o ménage a trois; em terceiro a troca de casais; em seguida vêm: “mesmo ambiente” – ocorre o sexo sem troca de casais, no mesmo ambiente; só solteiros; bi feminino; bi curioso; bi masculino; só troca de carícias e o *gang bang*, vários homens com uma só mulher. Todas essas modalidades são sempre consensuais e cercadas de um grande respeito entre os integrantes dos grupos.

Essa entrevista proporciona uma visão do que ocorre nesses locais, normalmente fechados à curiosidade alheia. Apesar de restrito a grupos menores e mais homogêneos quanto às condições sócio-econômico-culturais, ilustra bem as possibilidades e tendências de liberalização sexual.

A liberação sexual é utopia, afirma Chauí (1984), resumindo os pensamentos sobre as mudanças ocorridas,

Talvez a utopia não seja o impossível, consolação que nos conforma para a aceitação resignada do presente. A utopia é a afirmação de que uma *outra* sociedade, uma *outra* vida humana, a liberdade e a felicidade são possíveis. A utopia nasce do sentimento e da idéia do *possível*. Mas, diferença importante, o possível não é o provável[...]

Talvez porque a liberação sexual tenha tomado o único rumo que a sociedade administrada lhe permitia tomar – o do cálculo, da re-manipulação e do provável – tomou uma direção que excluía a idéia do possível. Cálculo, manipulação e provável são idéias governadas teórica e praticamente pela categoria do controle-controlável. Mas o possível é o que jamais foi feito e, no entanto, poderia ser feito – é *possibilidade* e não *probabilidade*. É o que não possui a menor garantia prévia de que acontecerá – é aporia à procura de caminho, sem saber de antemão se há caminho e, se houver, se será possível encontrá-lo e, se encontrado, se poderá ser percorrido e, se percorrido, onde nos levará. Essa falta absoluta de garantia é a utopia. Sua marca é o possível e não o impossível. (CHAUI, 1984, p. 229).

Um dos aspectos mais curiosos em todo o debate sobre a liberalização sexual é o seu impacto na prostituição. A prostituição não desapareceu como era de se imaginar, mas tem crescido, utilizando-se de novos canais de exposição, conforme apontado por Carmo (2011).

Também Blanchette e Silva (2009) destacam que, apesar da liberalização sexual, o número de prostitutas não diminuiu, adquirindo essa atividade apenas formas diferentes e descentralizadas, trazendo mais flexibilidade para a venda e a procura do sexo pago:

Ironicamente, as próprias revoluções femininas e dos costumes sexuais no Brasil não parece ter diminuído o número de prostitutas. Apesar do fechamento da grande maioria dos bordéis tradicionais que, antigamente,

marcaram nossa paisagem urbana, a crescente mobilidade espacial feminina tem criado mais flexibilidade na venda e procura do sexo. Convém lembrar, também, que a revolução nos meios de comunicação criada pela internet tem também facilitado a descentralização de oferta e compra dos serviços sexuais. Portanto, embora as antigas “casa de tolerância” e a prostituição estilo *trottoir* (i.e. de rua) possam sofrer repressão maior por conta das pressões políticas, seu lugar está sendo tomado por uma vasta e intrincada rede descentralizada de serviços sexuais que utiliza a internet para colocar mulheres e clientes em contato. (BLANCHETTE e SILVA, 2009, p. 20-21).

Houve mudanças na sua forma e função, mas ela continua existindo e sendo muito relevante na sociedade, o que leva ao intenso debate sobre o que se fazer com ela: proibir, regulamentar ou simplesmente abolir.

2.1 PROSTITUIÇÃO: PROIBIÇÃO, REGULAMENTAÇÃO OU ABOLIÇÃO?

Não há consenso sobre as propostas de ação dos Estados em relação à prostituição. De um lado há posicionamentos que vão totalmente contra a existência da prostituição, considerando-a apenas uma banalização do estupro e defendendo como necessária a sua abolição. Por outro lado, há grupos que defendem como a única forma de minimizar os problemas sociais decorrentes da prostituição, a sua regulamentação, com a conseqüente extensão de algumas garantias sociais para os (as) trabalhadores (as) do sexo.

Em 2012 uma polêmica tomou as páginas da imprensa na França por conta de uma proposta de abolição da prostituição feita pela ministra dos Direitos das Mulheres, Najat Vallaud-Belkacem. Ela afirmou, em julho: “A questão não é a de saber se queremos abolir a prostituição: a resposta é ‘sim’. Mas temos de nos dar os meios de fazê-lo. Meu desejo, assim como o do Partido Socialista, é o de ver a prostituição desaparecer” (Vallaud-Belkacem apud BRUM, 2012). Como em seu entendimento a prostituição é uma forma de escravidão, não basta apenas proibir, é necessário abolir essa prática.

Essa visão foi alvo de críticas por associações de prostitutas que defendem o direito do livre uso do corpo. A secretária geral do Sindicato das Trabalhadoras do Sexo, Morgane Merteuil, lançou um manifesto chamado “Liberem o feminismo”, onde expõe suas críticas à visão da ministra e de parte do movimento feminista francês. Segundo Brum (2012):

Logo na abertura do texto, Morgane diz: “No meu emprego de recepcionista de um bar americano, eu rapidamente me dei conta de que, se eu quisesse ganhar mais de 20 euros por noite, eu teria que fazer sexo oral. Ao refletir, não vi nenhum inconveniente, preferindo fazer isso para pagar meus estudos do que tanto outros empregos piores”.

Em seu manifesto, Morgane acusa as feministas de impor “uma imagem *mainstream* e burguesa da mulher”. Segundo ela, parte do movimento feminista construiu uma propaganda em torno de um ideal de dignidade e de um modelo de emancipação para a qual “todas as mulheres supostamente deveriam ser irresistivelmente atraídas”. Em contraposição, Morgane defende “um feminismo plural”, que acolha as diferenças entre as mulheres e compreenda que nem todas elas compartilham das mesmas aspirações. A Strass, que Morgane Merteuil representa, chegou a pedir a demissão da ministra Najat Vallaud-Belkacem. (BRUM, 2012).

Destacando a defesa única da dignidade e autonomia da mulher, embora em campos opostos, a autora enfatiza a separação necessária entre a prostituição e os crimes de tráfico e exploração sexual infantil. Tráfico e exploração sexual infantil são crimes em praticamente todos os países, então falar em prostituição infantil é um contrassenso na visão dos movimentos das prostitutas. Para elas, se uma criança está fazendo sexo, mesmo por dinheiro, ela não está se prostituindo, e sim, sendo estuprada. Por isso torna-se necessário haver uma diferenciação entre a prostituição, voluntária, e o tráfico e exploração sexual, estes sim criminosos.

Ao descrever os diversos olhares possíveis, a autora consegue sintetizar a influência da sociedade patriarcal, da igreja, do feminismo e do capitalismo, sobre a atividade da prostituição, enfatizando que o “nível de descontentamento”, tão comentado em relação à atividade sexual remunerada, talvez possa ser ainda maior em outros tipos de trabalho. A visão da prostituta como vítima da sociedade patriarcal ou do capitalismo é comum em muitas das análises que transitam entre o preconceito religioso moral e o liberalismo ingênuo.

Apesar de as igrejas, particularmente a Católica, colocarem a prostituição como questão de ordem moral, sendo a prostituta uma pecadora, “uma mulher decaída que, além de profanar o próprio corpo, usa o sexo para corromper inocentes, conspurcar matrimônios e destruir lares”, a autora destaca que, ao menos, é concedida nessa visão “algo de protagonismo à mulher, já que pecar, em geral, é um gesto ativo, ainda que se possa considerar que ela seja induzida ao pecado por um homem mau – ou pelo próprio demônio”.

Para parte do movimento feminista – e é importante sublinhar que é parte, porque o tema tem muitas nuances dentro do próprio movimento –, é a sociedade patriarcal que “peca” contra as mulheres.

O combate à prostituição ganha conteúdo ideológico explícito e passa a ser tema também da Esquerda, na percepção de que as prostitutas são vítimas do capitalismo: sem condições de exercerem um trabalho digno, por pertencerem às classes mais baixas, as mulheres seriam obrigadas a vender seus corpos. Neste caso, as prostitutas seriam vítimas tanto da sociedade patriarcal, das relações desiguais de gênero, como do capitalismo. Seriam exploradas tanto pelo homem quanto pelo Capital. Esta visão é levada ao campo da política partidária pelas feministas com bastante esforço, já que o

mundo da política foi por muito tempo predominantemente masculino – e ainda é. Em geral, o tema é mantido na periferia e raramente chega ao centro, como acontece hoje na França. (BRUM, 2012).

Esse conflito de vários olhares ocorre a partir da segunda metade do século 20, quando as prostitutas deixam de ser “contadas” ou representadas por outros, e passam a falar por si mesmas, passando a se organizar e a reivindicar o protagonismo, tema caro tanto ao movimento feminista quanto à esquerda política. “Em suas manifestações, suas líderes dizem algo perturbador: ‘Eu escolhi ser prostituta’. E, em seguida, passam a reivindicar a regulamentação da profissão e direitos trabalhistas e previdenciários. Não por acaso, se denominam ‘trabalhadoras do sexo’ ou ‘profissionais do sexo’, anunciando no nome o mundo ao qual pertencem: o mundo do trabalho”:

Quando as “vítimas” recusam o lugar de vítima, há um problema. E, claro, o debate torna-se mais complexo e estimulante. Numa provocação às feministas, Morgane Merteuil defende o direito das mulheres muçulmanas de usarem o véu. E combate o que chama de “normalização do sexo”, defendendo também o direito das mulheres que não gostam de sexo e por isso estariam fora do padrão imposto pelas feministas. “Quando uma mulher não se encaixa no modelo emancipado das sociedades ocidentais, ela não é forçosamente uma vítima da dominação dos homens”, diz a prostituta. “Só poderemos qualificar a luta do feminismo como uma luta pela dignidade das mulheres se esta for entendida como uma luta em que cada mulher possa ser considerada digna, independentemente de quais sejam suas escolhas.” (BRUM, 2012).

A análise de Brum (2012) remete à discussão da questão no Brasil, onde ainda é “periférica na política partidária – quando não invisível”, citando a criação da ONG Davida por “Gabriela Silva Leite, uma universitária que escolheu se tornar prostituta”, como uma das principais organizações de trabalhadoras sexuais. Cita ainda o projeto de Lei do Sr. Deputado Jean Wyllys (PSOL), denominado “Lei Gabriela Leite”, protocolado em Julho no Congresso, apontando o benefício que a marginalização do sexo pago ocasiona para o crime organizado e destacando que ser emancipado, adulto, pode ser entendido como ser responsável pelo seu desejo:

Este é um debate que ainda precisa ser enfrentado no Brasil, não só no Legislativo, mas também na Academia e nas ruas – nas luzes e não nas trevas. O processo histórico já mostrou que a marginalização do sexo pago beneficia as organizações criminosas, que traficam e exploram, e desampara a parte mais frágil – as pessoas.

A prostituição pode ser “um ato sexual tarifado” ou “a transformação da mulher em objeto”, pode ser um “pecado” ou “um ato libertário de transgressão”, pode ser “a apropriação do corpo” ou “a alienação do corpo.” Depende de quem olha. Vale à pena lembrar, porém, que ser prostituta é também um desejo de algumas mulheres – e de alguns homens. E, neste

sentido, emancipar-se, tornar-se adulto, é se responsabilizar pelo seu desejo. (BRUM, 2012).

A regulamentação da prostituição tem como parâmetro básico a ideia de que a prostituição tem sua função social sendo necessária a criação de normas específicas e de áreas nas quais a atividade possa ser desenvolvida. De forma geral a prostituição era considerada como um problema da saúde pública. A visão conservadora que separa as mulheres em “putas” e “santas” é a que acaba dando subsídio para grande parte do pensamento do final do século XIX e o início do século XX, em grande parte associado às políticas higienistas. CARMO (2011) traça um histórico que nos permite uma visão geral sobre o problema:

Desde o século XIX, os homens da ciência tratavam da sexualidade principalmente para condená-la. Dissecaram o corpo da prostituta, do cafetão, do homossexual. Percebendo a prostituição como *doença*, embora necessária para aplacar os desejos masculinos, o jurista Cândido Motta apoiava-se no modelo francês para justificar medidas de vigilância da vida das “mulheres públicas”. Para ele, a prostituição, inevitável onde houvesse homens, tinha como função social dar vazão aos resíduos seminais masculinos, como ocorre com lixo e excrementos nos esgotos. Evidentemente, esse comportamento não respondia a nenhuma necessidade da mulher, pois, segundo o saber médico e jurídico do período, era baixa a intensidade de desejo sexual feminino. Ela não era considerada como um ser desejante, mas apenas como maternal reprodutora. (CARMO, 2011, p.255).

Paradoxalmente, a sobrevivência da “rainha do lar” não seria possível sem a prostituta, pois o discurso médico havia tornado incompatíveis prazer sexual e maternidade, dependendo assim a santidade da família da continuidade da prostituição, contanto que ela fosse regulamentada e higienizada, sujeita ao poder policial e médico.

O tabu da virgindade, e do desejo sexual masculino “irreprimível”, diferente do desejo feminino, sempre ignorado ou reprimido, justificariam as repressões ou “educações” que se desenvolveriam a partir daí. A prostituta tinha sua função social, daí a necessidade de ser tolerada. Não era possível erradicar a prostituição pois era necessário suprir o desejo sexual masculino sem “manchar a moral das famílias”, ou seja, sem que o sexo fosse feito com as moças virgens de família, ou que os jovens optassem por práticas homossexuais como forma de suprir seu desejo sexual. Assim a prostituição deveria ser tolerada desde que ficasse territorialmente restrita (daí as zonas de tolerância²⁹) e sanitariamente controlada, evitando a propagação de doenças.

29 “O modelo de controle do aluguel do corpo da mulher consagrou-se, no Brasil, a partir dos anos 1920, reproduzindo muitas das normas européias de segregação da prostituição nas áreas periféricas, que assemelhavam-se a guetos, isolados e escondidos dos olhares da família cristã. Esse processo de isolamento alcançou seu ápice na Era Vargas, com a concentração do baixo meretrício na área do Mangue, no Rio de Janeiro, no Bom Retiro, em São Paulo, bem como em locais determinados das outras cidades do país. “Mal

A preocupação com a saúde era maior do que com a moralidade, quando se propunha a intervenção do Estado no estabelecimento de uma norma no mercado de sexo, não se buscando extinguir a prostituição em nenhum momento, e sim monitorá-la, para resguardar a saúde da família. “Com a preocupação sanitária, o controle da prostituição reduziria o perigo das doenças venéreas; para tanto, as meretrizes eram proibidas de trabalhar nas ruas, sendo fichadas pela polícia e obrigadas a passar pela inspeção médica periódica no posto de saúde. (CARMO, 2011, p. 257-258).

Descrevendo a prostituição no Rio de Janeiro, Magali Engel,³⁰ traça um panorama das primeiras discussões médicas a respeito da regularização ou não da prostituição, a carga de preconceitos que revestia o assunto, e a “medicalização” do tema, no período de 1840 a 1890, destacando:

O compromisso dos médicos que trataram da questão da prostituição como um projeto mais abrangente parece evidenciar-se, por exemplo, na preocupação que manifestam, consensualmente, quanto aos meios preventivos que deveriam ser empregados no combate à *doença*. Neste sentido, o seu alvo prioritário consiste no conjunto das práticas sexuais conceituadas como *anormais* – que incluíam não apenas a *pederastia*, o *lesbianismo*, o *tribalismo*, o *safismo*, a *sodomia*, o *onanismo*, mas também a *poligamia*, a *mancebia*, o *concubinato*, o *adultério*. A profilaxia da *doença da prostituição* implica uma atuação relevante do médico nos mais variados campos que compõem o universo da sociedade urbana. Ao se atribuir o direito e o dever de zelar pelo desempenho correto e saudável de papéis cabíveis a instituições tais como a família, a escola e a igreja, o médico cria bases concretas para o exercício de um poder específico, procurando torná-lo necessário e legítimo. (ENGEL, 2004, p.138-139).

No Brasil, o modelo adotado em 1951, favoreceu a segregação das prostitutas em guetos controlados pelos proxenetes, policiais e médicos sanitaristas. A legislação de cunho abolicionista, visando o combate dos exploradores do meretrício e respeitando a pessoa da prostituta, na realidade, manteve, mesmo na ilegalidade, as casas de tolerância que funcionavam, muitas delas, com a proteção da própria polícia. “As chamadas ‘mulheres da vida’, perseguidas e presas quando se ofereciam nas ruas das cidades, tornavam-se reféns da exploração das cafetinas, nas casas ‘autorizadas’ pela polícia a funcionar, além de continuarem a ser obrigadas a fazer exames médicos periódicos”:

necessário”, a prostituição deveria ser tolerada, porém controlada e subjugada aos saberes profissionais da saúde e, muitas vezes, da truculência policial. Assim nasceu a “zona do meretrício” de outrora, com grande circulação de pessoas e de oferta de todo tipo de prazer reunido em um só local”. (CARMO, 2011, p. 258-259).

³⁰ ENGEL, Magali. “Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)”. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Criminologistas, médicos e autoridades públicas, “acreditando ser possível segregar o desejo sexual em locais autorizados”, defenderam o confinamento das ‘sexualidades perigosas’ nos arredores das cidades, assim seria possível um melhor controle pela saúde pública.

As defesas da proibição e da abolição estão em grande parte associadas ao argumento do combate ao tráfico de pessoas, escravidão e exploração sexual de menores, em geral ligadas ao crime organizado. Ao apresentar o artigo: *Panorama Histórico Sobre o Tráfico de Pessoas*³¹, (2008), Marina P. P. Oliveira³² cita que a discussão internacional sobre o tema foi liderada pelo movimento feminista, antes de virar objeto da convenção internacional – O Protocolo de Palermo, de 2000. Atribui o reacender do debate às conseqüências da Guerra Fria na Ásia, na década de 1970, com ênfase na questão da criança e do adolescente, pela presença militar na região, em função da Guerra do Vietnã e do conflito na Coreia, que produziram uma série de episódios de exploração sexual, turismo sexual e estupro por parte de militares, que chocaram o mundo. Por isso o tema Tráfico voltou à arena dos debates internacionais, ligado à questão da sexualidade e de violações sexuais, reforçando a lógica de então e segue forte até hoje: a relação entre prostituição, exploração sexual em geral e tráfico de pessoas.

Houve a ampliação da percepção do problema na década de 1980, sobre a vulnerabilidade da mulher migrante não apenas na prostituição, mas também em outros afazeres “femininos”, e dos homens que também ficavam em situação de vulnerabilidade quando migravam. “É como se, no país de destino, existissem três categorias diferentes de cidadãos: os nacionais com direitos plenos; os homens migrantes irregulares, sujeitos à exploração; e as mulheres migrantes irregulares, em situação ainda pior pelas históricas desigualdades de gênero. Isso sem criar uma subcategoria para os homens e as mulheres não-brancos”. (Oliveira, 2008).

Carmo (2011) afirma que “um lento processo de transformação tem marcado o mundo da prostituição”. A repercussão das mudanças de costumes desencadeadas na década de 1960, no Brasil, pelo movimento da contracultura, e o movimento das prostitutas ocorrido na Europa, no início da década de 1970, propiciaram nova consciência por parte das prostitutas brasileiras, que ganharam visibilidade social como profissionais do sexo, contestando “não

³¹ Enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. Organizadoras: Tatiana Savoia Landini, Maria P. P. Oliveira. 1ª. Edição. São Paulo: IBCCRIM, 2008.

³² Especialista em Tráfico de Pessoas do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).

apenas o enfoque da prostituição enquanto delinquência, mas também a perspectiva de que a prostituta, como vítima da perda e do sistema, deveria ser recuperada”:

Diante das investidas repressivas da polícia paulista chefiada pelo delegado Richetti, as prostitutas, aliadas a grupos feministas, iniciaram a formação de uma entidade em sua defesa e, em 1979, “saem em passeata pelas ruas do centro de São Paulo denunciando a violência policial e exigindo o reconhecimento da profissão”. Embora ainda não tivessem o nível de consciência das profissionais européias, poder-se-ia dizer que elas também: *“negaram a validade moral tradicional, que as colocava em posição de inferioridade social e não queriam que ninguém as “salvasse”. Queriam apenas ser integralmente reconhecidas pelo que realmente eram: trabalhadoras. Exigiam que lhes fosse permitido trabalhar, sem serem constantemente molestadas pelas autoridades, e os direitos mínimos dos trabalhadores comuns, inclusive o acesso à previdência social (Maria Carneiro da Cunha, A revolução sexual que ficou pelo caminho, p. 58).* Para frisar seu direito de optar pelo aluguel do corpo, a então prostituta Gabriela Leite afirmou à revista *Isto É* de 05 de outubro de 1983: *“Sempre perguntam como me perdi, nunca como me achei”*. A perspectiva moralista que predominava também nos estudos sobre a prostituição vem perdendo terreno. (CARMO, 2011, p. 400-401).

As modernas tecnologias de informação estão modificando as formas tradicionais de prostituição. Não são apenas os prostíbulos em casas na “zona” que abrigam as prostitutas, agora fica cada vez mais fácil deixar uma página na internet com fotos sensuais e o número de um celular para marcar o encontro em um flat, alugado pela própria garota, ou em motel ou hotel. Tornou-se comum também que algumas “acompanhantes” tenham os seus próprios *blogs*, em grande parte pelo sucesso do livro: *O doce veneno do escorpião*³³, escrito pela blogueira e garota de programa Bruna Surfistinha, que ficou por várias semanas na lista dos mais vendidos de não ficção e acabou por se tornar filme.

Quaisquer pesquisas na Internet sobre “garotas de programa”, “acompanhantes”, “acompanhantes de luxo” ou “scort girls”, entre outros termos, retornam milhões³⁴ de páginas de resultado, das mais diversas procedências, onde fica fácil localizar fotos e números de telefones para contatos com as (os) trabalhadoras (es) do sexo.

33 “Após a publicação de *O doce veneno do escorpião*, em 2005, tornou-se, por algum tempo, a grande atração das bienais de livros. Em seguida, lançou sua obra na América Latina, Europa e Estados Unidos. O êxito editorial de Raquel Pacheco, seu verdadeiro nome, levou-a ao topo dos livros mais vendidos – 300 mil exemplares. Além das traduções da obra, a autora deu entrevistas na TV árabe *Al Jazeera*, foi noticiada no *The New York Times* e, agora, o livro se transformou em filme. Em seu blog e livro, ela escancarou de vez suas relações com homens, mulheres e casais, matando a curiosidade dos leitores no que se refere ao antigo bordão “Tudo o que você queria saber... e tinha vergonha de perguntar”. (CARMO, 2011, p. 401).

34 Resultados do Google, acessado em 12.02.2013: Garota de programa: 13.100.000 (0,17 segundos); acompanhantes: 4.610.000 (0,21 segundos); acompanhantes de luxo: 924.000 (0,34 segundos); e escort girls: 81.400.000 (0,26 segundos).

Proibida, regulamentada ou abolida pelos poderes constituídos, e como empreendimento individual, explorada em redes, ou controlada por grupos, ou pelo crime organizado, a prostituição está presente em todas as sociedades e em todos os tempos, de forma mais exposta ou mais camuflada, de acordo com as normas sociais, morais e religiosas que estejam em vigor naquela sociedade, desenvolvendo-se e modificando-se de acordo com essas normas, e recebendo a influência do progresso tecnológico, como quaisquer outras atividades humanas.

Separar o que é crime (tráfico, pedofilia, exploração da vulnerabilidade, violência), da liberdade sexual consensual adulta, remunerada ou não, envolve preconceitos sociais, morais e religiosos, passando pela discussão de até aonde pode o Estado regulamentar a vida privada e a sexualidade da população. Os movimentos sociais, defensores da liberdade e dos direitos humanos, não conseguem entrar em acordo sobre se a prostituição pode ser considerada um trabalho ou não. O ponto central é entender as particularidades da prostituição enquanto atividade de alienação do corpo. A exploração do corpo para a obtenção de lucros é condenável, ou seria condenável apenas pelo seu caráter sexual? Ou a condenação da exploração do corpo para obtenção de lucros poderia ser expandida para as outras formas de trabalho também? A repressão sexual e as suas conseqüências na superestrutura ideológica da sociedade impedem que se tenha uma visão menos moralista do problema. Sem dúvida é necessário separar o que são as atividades criminosas (tráfico, escravidão, exploração sexual de menores) do que é a prostituição propriamente dita. Normalmente se utilizam argumentos falaciosos e exagerados para se defender os pontos de vista divergentes sobre tal assunto, o que prejudica a elaboração de políticas públicas específicas, justas e consistentes, alimentando a polêmica nos discursos e tornando raras as providências reais.

CAPÍTULO 03. A PROSTITUIÇÃO EM SÃO PAULO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DAS TRABALHADORAS DO SEXO.

“Os seres humanos nascem com certas necessidades naturais – alimentação, sexo, carinho, interação social – e eles estão inseridos num mundo onde a natureza providencia, direta ou indiretamente, os meios para preencher essas necessidades”. (Neil Smith)

Este capítulo apresenta a função e a forma da prostituição na cidade de São Paulo, em dois momentos distintos: durante o período colonial, quando a prostituição, além de atividade econômica, era apresentada como uma necessidade social; e na São Paulo do início do século XXI, quando suas funções e formas adquiriram maior complexidade e abrangência. Ao se analisar os dois momentos busca-se a compreensão da estrutura e do processo que estiveram ligados ao desenvolvimento dessa atividade. O intuito é de apresentar como esta atividade está estruturada em uma grande metrópole, com maior nível de desenvolvimento, para dar subsídios para a comparação com a estrutura, processo, função e forma em uma cidade pequena, Francisco Beltrão (PR), mostrando as suas semelhanças e as diferenças, a partir do princípio da analogia, como apresentado por Andrade (1980, p. 23). A comparação não parte do pressuposto de que São Paulo é um modelo ideal ao qual Francisco Beltrão deve ser comparado, mas busca entender as diferenças existentes entre duas cidades com grau de desenvolvimento econômico e social bastante diverso, não apenas em relação às condições econômicas (maiores oportunidades de empregos bem remunerados, setor de serviços bem estruturado, infra-estruturas etc.), mas também no tocante à liberalização sexual, onde os preconceitos sociais e sexuais são menores do que em uma cidade como Francisco Beltrão.

Ao se pensar a prostituição como temática de pesquisa, pode-se imaginar um sistema de trocas que ocorre num determinado espaço, recortado de uma realidade maior e mais complexa que é a sexualidade humana, que por sua vez integra congênita e radicalmente o conceito de Humanidade, parte integrante do conceito maior de Natureza. Como nos aponta Neil Smith:

Embora o conceito de natureza seja tão complexo e tão impregnado de metáforas, provavelmente nenhuma metáfora seja tão consagrada ou tão arraigada quanto a feminilidade da natureza. É extraordinário que o tratamento das mulheres na sociedade capitalista iguale-se ao tratamento da natureza. Assim como a natureza exterior, as mulheres são objetos que a humanidade tenta dominar e oprimir, arruinar e tornar românticos; elas são objetos de conquista e penetração, da mesma forma como idolatria e culto. A linguagem é exata. As mulheres são postas em pedestais somente quando a sua dominação social está garantida; precisamente como se faz com relação

à natureza, a romantização é aí uma forma de controle. (SMITH, 1984, p.43).

Assim, relacionar esse aspecto fundamental da sociedade/natureza, que é a sexualidade humana e a sua forma “comercial” que é a atividade da prostituição, constitui uma das possibilidades do entendimento entre os aspectos históricos do domínio da natureza pelo homem, manifesto em grande parte com o advento do capitalismo, e o desenvolvimento histórico da prostituição.

Na Idade Média, a organização da prostituição objetivava a manutenção da ordem, dando vazão aos impulsos dos jovens e estrangeiros e protegendo as mulheres “honradas”, sendo freqüentemente a construção e a administração dos bordéis feitas por autoridades municipais e eclesiásticas, cabendo às prostitutas uma função dupla: “Elas não tinham apenas responsabilidade social, mas também um encargo moral, pois sobre elas repousava em parte a defesa da ordem coletiva”. (Rossiaud, 1991, p. 49).

A função da prostituição nesse período é bem descrita por Roncière (2009, p. 298):

As aventuras passageiras ou repetidas, as ligações habituais, as afeições duradouras se armam antes fora do lar. Todas as cidades, e mesmo os povoados (na Ligúria), tem suas prostitutas. Sua presença desafia os séculos, apesar dos entraves interpostos pelas comunas ao seu ofício [...]. Mas esses próprios entraves se abrandam. Bordéis são criados (Florença, 1325, 1415; Gênova, antes de 1336), e ocorre que se encoraje esse comércio como um mal menor, para frear outros, a começar pela homossexualidade. A presença indefectível das prostitutas, seu número surpreendente, sobretudo em Veneza (mais de 11 mil no século XVI), em Roma e em Nápoles, a posição, a riqueza e a voga mundana de algumas delas no final do século XV nas sociedades romana ou veneziana, tudo mostra o sucesso geral dessas damas e seu papel na abertura furtiva - ou ostensiva -, em todos os níveis sociais, das barreiras do privado estrito. (RONCIÈRE, 2009. p. 298)

O recenseamento de Veneza de 1565 mostrava existir cerca de dez mil prostitutas entre os 165 mil habitantes da cidade, todas elas expostas em catálogos que informavam suas especialidades³⁵ e preços. (Vincent, 2009 p. 352)

Certamente a “evolução” histórica dessa atividade criou condições de grandes transformações tanto da sua manifestação social como também da própria visão da sociedade em relação à prostituição.

³⁵ “Um prefere assim, outro assado; inventaram o beijo por trás, as pernas em volta do pescoço, a posição de Jeanette, do grou, da tartaruga, da igreja no campanário, da rédea solta, da ovelha pastando e outras posições mais esquisitas do que os gestos de um jogador trapaceiro. Tenho vergonha de falar mais.” Aretino apud Vincent (2009, p. 353)

No século XIX, com a intensa urbanização, a função social da prostituição se transforma profundamente. A imensa desproporção entre homens e mulheres presente nas grandes cidades do início do século XIX tornava o bordel uma instituição indispensável, como forma de se evitar estupros e outros problemas. A migração nesse momento era fundamentalmente de homens que trabalhavam temporariamente, mantendo suas famílias no campo, ou mesmo o trabalho permanente era majoritariamente masculino. Com a melhoria do nível de vida dos trabalhadores na segunda metade do século XIX houve a reunião da família operária e uma forte ideia da moral operária. Quem passa a encarnar o “vício” agora é o burguês, mudando a clientela do bordel. Agora são os filhos da burguesia que casam tarde e são obrigados a respeitar a virgindade das moças de sua classe, são os membros de uma classe média que não tem condições para formar um lar burguês, mas se negam a casar com operárias, são os soldados que buscam relações rápidas (Vincent, 2009, pp. 353-354). O bordel transforma-se de uma “instituição indispensável” em uma atraente atividade lucrativa.

Sem dúvida a urbanização e a industrialização muda a função, forma e estrutura da prostituição. Ao se transformar em fonte de lucros novas formas da atividade sexual passam a coexistir com as formas mais tradicionais.

No presente capítulo busca-se mostrar dois momentos singulares da prostituição na cidade de São Paulo: o primeiro durante o período colonial, no qual a prostituição se apresenta como uma “necessidade social”; no segundo momento, início do século XXI, em plena sociedade globalizada e urbanizada na qual as formas de organização social da prostituição nesta cidade se dá em uma forma mais complexa e abrangente. Não se busca aqui mostrar todo o desenvolvimento histórico que levou à transformação da cidade e da prostituição, mas apenas colocar em contraste esses dois momentos distintos, mostrando como novas formas que surgem continuam convivendo com as formas antigas da prostituição.

3.1 A PROSTITUIÇÃO NA VILA DE SÃO PAULO DE PIRATININGA

Segundo Caio Prado Júnior (1983), dominar a natureza e extrair dela os seus recursos e riquezas foi a tônica dos colonizadores do Brasil. A colonização portuguesa no litoral paulista, espremido numa estreita faixa entre o mar e a serra e formado de terrenos baixos, mangues e pântanos imprestáveis para a agricultura e, além disso, insalubres, em pouco tempo migrou para o planalto.

Enfrentando as barreiras naturais formadas pela Serra do Mar, cuja subida entre matas, penhascos e lodaçais, se fazia apenas à custa de grandes sacrifícios, a colonização

litorânea parte de São Vicente, ascende ao planalto, na altura de São Paulo e penetra o interior. É a isto que São Paulo deve sua qualidade de primeiro centro do planalto, e foi esta a primeira causa de sua preeminência.

Ao destacar o fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo, o autor destaca a importância da Serra do Mar que divide, de um lado, “uma faixa costeira, mais ou menos estreita, constituída de terrenos baixos, pouco acima do nível do mar e, separado dela pelo abrupto da serra, que cai quase a pique, o planalto interior.” (Prado Junior, 1983, p. 08).

Apresentando ao povoamento condições naturais muito mais favoráveis e constituídos de terras altas e saudáveis, de um clima temperado e por isso muito mais ao gosto de colonos europeus, o planalto oferecia atrativos consideráveis.

Vários fatores geográficos concorrem para essa precedência. Em primeiro lugar o estreitamento da faixa costeira. Enquanto ao Norte, da Bahia até o Rio de Janeiro, o litoral forma uma larga planície, pelo contrário, a partir da extremidade oeste do Rio, e seguindo-se para São Paulo, pode-se dizer que desaparece, de tão esguia que se torna. Na altura de São Vicente e Santos, o mar não dista da base da serra senão 15 quilômetros. E mesmo este acanhado espaço é em grande parte inaproveitável para o homem sem trabalhos preliminares vultosos. (PRADO JÚNIOR, 1983, p.09).

Por sua posição geográfica privilegiada quanto à defesa; pela existência de numerosas tribos indígenas, que contribuía com a mão-de-obra para a colonização; por estar localizada no centro natural do sistema hidrográfico da região; a São Paulo de Piratininga, lugar inicialmente escolhido pelos Jesuítas para a construção do seu colégio, foi oficializada Vila em 1560, pelo então governador-geral Mem de Sá, que manda evacuar a pioneira Vila de Santo André da Borda do Campo, oficializada por Tomé de Sousa em 1553, que desaparece sem deixar vestígios.

Deixando de lado, portanto, as circunstâncias históricas imediatas e particulares que determinaram a preferência por São Paulo, permanece o fato geral da superioridade física de sua localização como causa determinante principal da fixação nele do primeiro centro colonial do planalto paulista”. (PRADO JÚNIOR, 1983, p.19).

Em sua posição de centro geográfico e econômico, São Paulo foi desenvolvendo todas as funções de uma capital, tornando-se centro político e administrativo, social e cultural que, impulsionada pela industrialização, viria a tornar-se a grande metrópole de hoje.

Em seus primeiros tempos, a dificuldade de acesso pela serra e o isolamento de posto avançado do sertão dificultavam muito os contatos com outros povoados, contribuindo para

que o lugar fosse procurado por pessoas que fugiam de algo, principalmente da Justiça, “daí o grande número de criminosos, aventureiros, desordeiros e outros da mesma categoria social que vivia no pequeno núcleo formado no Planalto.” (Fonseca, 1982, p. 11).

A presença de criminosos e “vadios” nas terras recém-descobertas era constante, mas São Paulo proporcionava uma segurança ainda maior aos fugitivos, devido ao seu isolamento e distância dos poderes constituídos, o que contribuía para o aumento do número de homicídios, furtos, jogos, vadiagem e outras modalidades delituosas, conforme nos apresenta Fonseca (1982).

As funções policiais e judiciais tinham o seu exercício prejudicado pela falta de condições materiais e mesmo de pessoas dispostas a desempenhá-las. Os crimes contra o patrimônio e os homicídios atingiam números espantosos.

Outra praga que assolava São Paulo era a vadiagem. Nóbrega, em meados do século XVI, chamava a atenção para esse mal. Escrevia ele: “*Os homens que aqui vem não acham outro modo sinão viver do trabalho dos escravos, que pescam e vão buscar-lhes os alimentos, e tanto os dominam a preguiça e são dados às cousas sensuais e vícios diversos que nem curam de estar excomungados, possuindo os ditos escravos*”. (Affonso d’E. Taunay, “São Paulo no Século XVI”, p. 151, apud FONSECA, 1982, p. 14).

Não se tem registros sobre a atividade da prostituição nesses primeiros tempos de São Paulo. Fonseca (1982) não encontrou documentos que assinalassem preocupações com esse tema e cita a licenciosidade reinante como razão para o não surgimento ou desenvolvimento dessa atividade, destacando a facilidade com que as índias se entregavam ao homem branco.

As mulheres, dizia Anchieta, “*andam nuas e não sabem se negar a ninguém, mas, até elas mesmas cometem e importunam os homens, jogando-se com eles nas redes, por que tem por honra dormir com os cristãos*”. (Joseph de Anchieta, “Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões”–1554-1594– Publicação da Academia Brasileira de Letras, 1933, p. 68, cit. Por João Amoroso Netto, in “Investigações”, n. 30, p. 8, apud FONSECA, 1982, p. 15).

As citações supra, dos padres Nóbrega e Anchieta, decerto denotam os preconceitos de suas visões do novo mundo e muito devem ter colaborado para a visão que se construiu sobre o Brasil nos séculos seguintes, de País permissivo e sensual.

Para os homens brancos, recém-chegados de uma sociedade europeia policiada, o Novo Mundo era um convite a uma vida desenfreada, onde as necessidades sexuais, vícios e desmandos não encontravam obstáculos.

Os bailes eram, então, locais onde se praticavam desmandos sexuais. A primeira notícia a esse respeito data de 1583 e proibia a ida de homens brancos a tais lugares onde os “negros” praticavam verdadeiras orgias. Sanções deviam ser aplicadas, dizia o procurador, àqueles brancos cristãos que fossem apanhados bebendo e bailando à moda dos gentios. Bem mais graves, porém, eram os bailecos realizados no século XVII. Dançavam dia e noite e o desregramento era total. Ocorriam “*muitos pecados mortaes e insolências contra o serviço de Deus e o bem comum*” e ainda outros fatos que o procurador tinha vergonha de dizer “*per não serem decentes*”. (FONSECA, 1982, p.22).

Um relato mais direto sobre a prostituição desse tempo é trazido por Carmo (2011), que destaca a exploração sexual das moças indígenas, a chegada das prostitutas brancas portuguesas e as negras forras ou escravas, que prestavam serviços sexuais, em praticamente todos os lugares da Colônia:

No Brasil colonial, a prostituição provocava reações de intolerância e constituía um pecado “público e escandaloso”. Muitas vezes era considerado um ofício de vadiagem que as autoridades se empenhavam em controlar. Os documentos da Inquisição do final do século XVI revelam de forma explícita a brutal realidade da prostituição das moças indígenas após o contato com o colonizador. O assédio às índias se dava com a oferta de qualquer coisa: dinheiro, uma camisa, um caco de espelho, um pano, uma faca, um mimo. Os colonos acabaram transformando as meninas indígenas em prostitutas de fato, seduzindo-as em troca de meros penduricalhos. O descaso em relação às índias chegou a ponto de a Câmara de Vereadores de São Paulo, tão zelosa no combate à prostituição na cidade, no entanto, defender, sem eufemismo, o direito de os maridos manterem relações sexuais com as índias quando em campanha pelo sertão. [...]

Depois das indígenas, logo se somaram às prostitutas as brancas portuguesas que, em grupos, desembarcavam ao longo da costa brasileira, de norte a sul. Em seguida, foram as negras, tanto na condição de forras quanto de escravas que se prostituíam. (CARMO, 2011, p.73-74).

A atividade do meretrício, nos primeiros tempos da colonização, ainda era vista como necessária e importante, devido à grande quantidade de homens sem mulheres. Mas mesmo depois, quando houve o equilíbrio entre os sexos, não houve alteração na tolerância em relação à prostituição. Um dos traços mais marcantes desse período, segundo Carmo (2011), foi o grande número de mulheres escravas, livres e pobres que se dedicavam à prática, em quase toda a colônia, desde as grandes aglomerações até as pequenas vilas.

O autor destaca também a ordem escravocrata em vigor, que permitia aos donos de escravas usufruírem a renda pela prestação de serviços sexuais:

A questão da prostituição tem sido pouco abordada nos estudos sobre a formação do país, geralmente servindo como argumento para reforçar a pecha de desregramento nos costumes da população colonial.

A propósito, para o historiador Caio Prado Júnior, a pobreza e a miséria social nos tempos coloniais manifestavam-se na mulher através da prostituição, sendo a vadiagem e a criminalidade os contrapontos masculinos.

[...]

A ordem escravocrata tinha como um de seus princípios morais básicos a castidade de moças da camada social mais elevada, garantida pela larga expansão da prostituição de filhas de pobres brancos e mulatos. Freyre acreditava que o maior contingente dedicado à prostituição provinha de escravas alugadas por seus senhores para tal fim, e “até senhoras se aproveitavam de tão nefando comércio, enfeitavam as molecas de correntes de ouro, pulseiras, anéis e rendas finas, participando depois dos proventos do dia”.

Em todo o período colonial, as meretrizes foram numerosas, principalmente nos primeiros tempos dos aglomerados urbanos, quando a população feminina ainda não se consolidara em lares estáveis e organizados. (CARMO, 2011, p.75).

No final do século XVI e início do século XVII a descoberta do ouro e o aumento no fluxo de pessoas contribuíram para o aumento das desordens, dos crimes, da vadiagem, do jogo e da prostituição, na Vila de Piratininga. A maioria dos homens rumava para as minas ou entrava no sertão em busca de índios, despovoando a vila e deixando campo aberto aos aventureiros. A situação assim piorara bastante e não havia pessoas que pudessem ajudar na tarefa de manter a ordem ou efetuar a fiscalização policial.

Aventureiros e meretrizes chegavam à Vila para descansar, abastecer-se e seguir para as zonas auríferas nas Gerais, atrás do ouro do garimpo, onde havia escassez de pessoas do sexo feminino. As minas de ouro também atraíam mulheres, empurradas para o ofício do sexo, ou exercendo profissões masculinas, que tentavam driblar os perigos das estradas, vestindo-se de homens:

Muitas mulheres de “má fama”, em busca de forma alternativa de sustento, dirigiam-se às regiões auríferas. Com uma população nômade, não só homens chegavam ao planalto em trânsito para as Minas, como vinham também as “mulheres públicas”. Algumas delas apareciam em “trajes de homem”, tentando chegar às minas para se prostituir; outras se vestiam de homem como forma de defesa, para passar incógnitas e se colocar a salvo dos perigos das estradas, ou então para melhor exercer ofícios masculinos, como era o caso das tropeiras ou das marceneiras.

Pobreza, falta de ocupação, e abandono por parte do marido empurravam essas mulheres para o ofício sexual, a ponto de se encontrarem mães e filhas dividindo um mesmo companheiro. Resultado das circunstâncias de extrema carência sexual masculina, ignorância e, sobretudo, violência dos homens contra as mulheres, não poucas mães viram suas filhas violentadas por seus pais ou padrastos. (CARMO, 2011, p.83).

A partida dos homens da Vila para o interior havia deixado ao desamparo as mulheres, velhos e crianças e, com a falta de braços para a lavoura, chegavam a fome e as

doenças diversas. O número maior de mulheres frente ao de homens e a miséria, possivelmente foram os dois fatores que, aliados, deram início ao meretrício.

Como fatos históricos que reconhecem a existência da prostituição na Vila de São Paulo de Piratininga, o autor cita a expulsão de duas mulheres por “comportamento indigno”, pela Câmara, em sentença de 1641, e a inauguração, em 1685, do “Recolhimento Santa Tereza”, destinado a recolher prostitutas e mulheres solteiras, com filhos, segundo velho costume português.

Os paulistas lançaram mão do trabalho indígena e o tráfico de índios atingiu seu apogeu na primeira metade do século XVII. As ligações entre a mulher índia e o europeu foram intensas, resultando desses cruzamentos uma legião de bastardos. Esses vínculos eram ocasionais e as mulheres abandonadas tinham na prostituição um caminho natural na luta pela sobrevivência. (Fonseca, 1982, p.28).

Mesmo nas aldeias vizinhas, as mulheres e as filhas dos índios eram retiradas à força e levadas para as casas e lavouras do colonizador. Em 1725 consta que as silvícolas perambulavam pelas ruas “desencaminhadas”, e muitas se negavam a voltar para as aldeias, sabendo que não seriam bem aceitas em suas tribos de origem. As que não se prostituíam levavam uma vida mais miserável, andando praticamente nuas com seus filhos pelas ruas e não podiam sequer “ouvir missas”. “A verdade é que o indígena era desumanamente explorado por todos, inclusive pelos religiosos” (Fonseca, 1982, p.30).

As preocupações maiores com a atividade da prostituição só começaram a partir do século XVIII, sendo que no início do século XIX já existia grande número de prostitutas nas ruas de comércio e à volta da Sé e ruas adjacentes, conforme relato abaixo:

Na São Paulo colonial, nos séculos XVI e XVII, a prática da prostituição não assumiu aspecto de maior gravidade. A principal preocupação em 1576 foi estabelecer uma multa aos chamados mancebos que iam “às fontes” ou aos rios, locais propícios a encontros furtivos com as escravas índias ou negras. [...]

Maior preocupação com a prostituição só ocorreu do século XVIII em diante. No início do século XIX ela já era bastante praticada, causando espanto ao viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, que comentou: “Em nenhuma parte do mundo por mim percorrida vi tamanho número de prostitutas”. Perambulando pelas ruas em busca de fregueses, ou oferecendo-se das janelas, as chamadas “mulheres públicas” eram conhecidas pela comunidade por ostentarem atitudes bastante opostas àquelas observadas nas mulheres “honradas”. Segundo Saint-Hilaire, as ruas de comércio, percorridas por negociantes e compradores, atraíam para o local, à noite, “verdadeiras nuvens de prostitutas”. [...]

As mulheres apartadas de seus maridos aventureiros, ao lutarem pela própria sobrevivência, eram consideradas meretrizes e, caso abrigassem outras mulheres, corriam o risco de ser denunciadas como alcoviteiras. Deve-se

ressaltar a carga de preconceito contra a mulher que vivia só, sendo que por “mulher solteira” também se entendia, na época, a mulher de “má fama” ou de “má vida”.

Mas as ruas e praças da cidade não eram os únicos locais das “mulheres públicas”. Na capitania colonial, ranchos e estalagens erguidos à beira das estradas poderiam ser lugares de meretrício ocasional e abrigos complementares de acolhimento a forasteiros. (CARMO, 2011, p. 81-82).

Os preconceitos contra a mulher “sozinha”, principalmente no caso das costureiras, em São Paulo, que recebiam homens em suas casas ou iam até a casa de seus clientes, e a dubiedade no trato que as autoridades davam à prostituição, punindo e permitindo ao mesmo tempo, por tratar-se de “mal irremediável” para a sociedade, foram registrados por Carmo (2011):

Também em São Paulo, o ofício de costureira, exercido por um grande número de mulheres, tornou-se profissão estigmatizada, pois, para o olhar masculino, uma mulher que recebia em sua casa clientes para encomendas, medidas, provas, ou que saía para compras e entregas, poderia ser confundida com uma prostituta exercendo um meretrício discreto sob o disfarce de atividade legítima.

No que dizia respeito ao comportamento masculino, as autoridades eram mais condescendentes. O sociólogo Sérgio Milliet apontou o envio de instruções do governador, em 1804, às autoridades de São Luiz do Paraitinga e de Taubaté, recomendando castigo às prostitutas “com toda moderação e prudência”, mas somente àquelas “que forem escandalosas no seu modo de vida, visto ser irremediável um mal semelhante”. Outra ocorrência de perturbação do sossego público aconteceu na vila de Sorocaba, no século XVIII, onde ocorria grande quantidade de “mulheres fadistas” devido à presença de soldados em campanha; isso também “se explica pela localização das feiras de animais”, segundo palavras de Milliet. (CARMO, 2011, p.84).

Foi dentro dessa conjuntura que os documentos dão notícia das primeiras casas de prostituição da cidade. A informação não é muito esclarecedora, pois, simplesmente, refere-se à existência de ‘casas de mulheres’. É significativo, porém, que a Ata da Câmara tenha-se expressado no plural indicando que o meretrício alcançara já certo desenvolvimento, com vários lupanares funcionando. E isto é indicativo de uma prostituição com algum grau de organização.

A segregação das prostitutas em prostíbulos teve início no final do século XVIII:

A prostituição poderia também ser uma forma de abalar o matrimônio ou com ele acabar. Em São Paulo, em 1769, Anna Francisca de Paula denunciou seu marido Miguel Francisco da Silva de “viver solicitando meretrizes para escandalosamente com elas passar o tempo”.

Quanto à exploração do corpo das filhas, muitas vezes isso ocorria como resultado da pobreza e da voracidade sexual dos homens, numa forma de atividade ditada pela necessidade de sobreviver. Na duplicidade dos papéis

de luxúria e torpeza encontrava-se também Joana Pedrosa, mulata forra outrora casada, que trazia para sua casa não só homens como também algumas mulheres de mau comportamento. Em processo crime de 1754 está escrito: “*a dita denunciada não faz vida com seu marido há muitos anos e este a desamparou... que a dita tem por ofício andar buscando homens passageiros por todas as vendas tanto que sabe estar nelas e ainda com os mais que se acham na terra, a qual é acostumada à desinquietá-los para com eles ofender a Deus, tendo em sua casa uma filha da qual ela serve de alcoviteira (Citado por Mary Del Priore, “Mulheres de tratos ilícitos” p. 195).*”

Bastante comum à realidade paulista colonial foi o comércio dos corpos dentro das próprias residências, num constante entra e sai de homens, diferentes e estranhos, vizinhos, viajantes, solteiros, casados e viúvos. No final do século XVIII, as prostitutas foram obrigadas a segregar-se no espaço específico das “casas de alcouce”. (CARMO, 2011, p.82-83).

As casas de prostituição, a partir de então, passaram a ser uma constante na vida da cidade. O mundo se transforma, a cidade se transforma e a atividade de prostituição seguindo as imensas mudanças ocorridas na história também passa por transformações significativas, mas não deixa de existir e cumprir sua “função social” de fornecer “sexo e carinho” aos errantes, aos cegos e aos retirantes, e aos que nada mais têm³⁶.

3.2 A PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Os senhores de engenho e a emergente aristocracia do café ficaram sem a comodidade de ter várias mulheres à sua disposição, para a satisfação das suas necessidades sexuais, logo após a abolição da escravatura no Brasil, quando houve grande expansão da prostituição. Segundo Carmo (2011) o mercado de sexo no Rio de Janeiro, São Paulo, e outras capitais, se dividia em três grupos principais, no início do século XX: a prostituição de luxo, normalmente com mulheres francesas, um grupo intermediário com as polacas, denominação genérica de todas as mulheres vindas da Europa Oriental, e a prostituição mais barata, com mulheres negras ou pardas.

O autor destaca que uma das marcas da importância cultural da presença dessas jovens no Brasil foi a criação de palavras novas. “A palavra *encrenca*, gíria brasileira para “problema”, deriva do iídiche *ein krenk* – “um doente” – e era sussurrada entre as prostitutas para se referirem a clientes suspeitos de ter alguma doença venérea”. (CARMO, 2011).

A dicotomia das imagens “pura mãe de família” e a “devassa prostituta” mantém a tolerância das autoridades à prostituição, como um “mal necessário”, embora os limites não sejam claros:

³⁶ Aqui vale menção à letra/música de Chico Buarque de Holanda: Geni e o Zepelim, na qual ele mostra a hipocrisia da sociedade em relação à prostituição.

Na realidade ou no imaginário social, parecia haver domínio de francesas e polacas. Embora as poucas estatísticas disponíveis registrem uma cifra superior de prostitutas brasileiras, as estrangeiras é que se destacavam nos relatos de memorialistas, nos romances e nas fontes oficiais. Foi famoso, em São Paulo, o “paraíso” criado por madame Pommery, cortesã criada pelo escritor Hilário Tácito em livro de 1919.

Tudo levava a crer que grande parte das prostitutas, em sua maioria de origem pobre, aspirasse à melhoria de vida que o vínculo com o “coronel” representava em sua carreira. Ao contrário das que trabalhavam no baixo meretrício, as cortesãs de luxo parecem ter sido protegidas por eles, libertando-se tanto do cafetão quanto da dona do bordel.

Havia mulheres que atuavam como meretrizes ocasionalmente, como forma de complementar o ganho resultante do exercício de outra profissão. Havia aquelas, no entanto, que tinham outra profissão apenas como atividade de fachada, como forma de mascarar a prostituição.

Em São Paulo, segundo a cafetina Madame Odette, algumas mulheres casadas freqüentavam os bordéis elegantes e ali se expunham com bastante desinibição. Já naquela época o meretrício não intimidava certas damas. Disse ela: “Conheci uma mulher casada, eu conhecia a família toda, o marido, as filhas. Ela topava tudo, com todo mundo. Ela já tinha filhos grandes e topava com mulher!”.

Muitas casas de prostituição tinham nomes parisienses: Palais Éléphant, Pension Royale, Maison Doreé, Maxim’s, Palais de Cristal. A expansão da vida noturna trazia consigo uma nova imagem de mulher, entre artista e cortesã. Mais abaixo na hierarquia social, e menos sonhadoras, havia as meretrizes que moravam em casas próprias ou alugadas, onde atendiam seus fregueses sem o compromisso de fidelidade e dependência a determinado cliente ou cafetão.

Embora o lenocínio fosse definido como crime pelo Código Republicano, sua repressão tornou-se sem efeito graças à tolerância da prostituição, considerada como um “mal necessário” em uma época marcada pela polarização entre duas imagens de mulher: a pura mãe de família e a devassa prostituta. (CARMO, 2011, p.192-193).

A movimentação de clientes e o faturamento maior nessa atividade, do que em outros trabalhos considerados normais, bem como a procura constante por mulheres “novas”, são fatores que mostram a importância que ia adquirindo a prostituição. Muitas operárias, empregadas domésticas, comerciárias acabavam optando pela prostituição, pois recebiam mais em uma noite do que em um mês de trabalho. Mesmo mantendo relação com um número elevado de clientes por dia ainda era considerado como compensador pelo ganho obtido com a atividade.

As políticas públicas de combate à prostituição mudam a territorialização da atividade. A zona do Bom Retiro, tradicional área de meretrício de São Paulo da primeira metade do século XX, foi desativada por repressão policial e outras áreas da cidade tornam-se territórios camuflados do comércio do sexo, como foi o caso dos bairros de Santa Efigênia e o Brás. A prática do Trottoir (o ato de se expor em via pública que dá origem à expressão “rodar bolsinha”) torna-se mais comum apenas na segunda metade do século. Os estabelecimentos

camuflados na região central da cidade e a presença de mulheres nas ruas têm sua permanência assegurada pelo pagamento de propina à polícia. (CARMO, 2011).

Uma nova configuração geográfica da prostituição começa a se estruturar na cidade de São Paulo. Próximo ao centro, nas ruas Major Sertório, General Jardim e Bento Freitas existiam as boates e hotéis onde havia uma prostituição mais sofisticada, que ganhou o apelido de Boca do Luxo. Em oposição à Boca do Luxo existia a prostituição de menor preço que ficou conhecida como a Boca do Lixo:

Segundo a pesquisadora Sarah Feldman, entre as décadas de 1950 a 1960 a Boca do Lixo foi configurando-se também enquanto área de lazer erótico. Pelas ruas de Santa Efigênia e Campos Elíseos, aglomeravam-se bares com toca-discos, restaurantes, dancings e cabarés. Eram os chamados “infernhinhos”. Os cinemas do bas-fond paulista chegavam a ter sessão corrida até às 4 horas da madrugada. A vida noturna concentrava nos mesmos espaços prostitutas, malandros, boêmios e policiais. Nos fins de semana, o passeio público ficava intransitável.

A construção da Estação Rodoviária da Luz, no início dos anos 1960, recrudescer o esquema repressivo: a ronda policial passou a ser ostensiva e as prisões por “vadiagem” atingiam, indiscriminadamente, prostitutas e malandros. Entre 1966 e 1970, a polícia restringiu o exercício da prostituição entre Santa Efigênia e Campos Elíseos a cerca de dez grandes prédios com vários andares, cujos apartamentos eram alugados para prostitutas. Os edifícios passaram a ser chamados de “treme-treme”, e os hotéis de curta permanência de “entra-e-sai”. Em 1968, segundo a revista Realidade, estimava-se, com certo exagero, a presença de dez mil prostitutas na Boca do Lixo. (CARMO, 2011, p. 279-280).

O convívio entre áreas de prostituição para pobres e outras mais luxuosas voltadas a um público da classe média e burguesia passa a se tornar comum na cidade de São Paulo. Um dos grandes marcos é a construção da boate La Licorne³⁷, considerada um marco no padrão da prostituição de luxo, apontada por Leite (2009) como uma boate de prostituição “extremamente chique”, uma “Hollywood na Boca do Luxo”, que teve seu auge nos anos 1970 e 1980, “quando reunia homens riquíssimos e as prostitutas mais bonitas do Brasil”, e por ter sido uma das mais importantes influências para a sua decisão de tornar-se prostituta.

A movimentação das mulheres começou a me chamar a atenção. Elas chegavam nos melhores carros, com vestidos longos muito sensuais, bem

³⁷ “Nesse processo expansivo, a boate La Licorne, criada em 1967 a partir de um grande investimento de capital, constituiu um marco. Localizada na extremidade da Rua Major Sertório, que faz limite com Higienópolis, o La Licorne inaugurou um novo padrão de boate: um espaço para 650 pessoas e cerca de cem prostitutas à disposição. Essa casa noturna introduziu a fase de ouro do prazer articulado ao profissionalismo no mercado erótico. Na seqüência, surgiram outras boates de padrão semelhante, instaladas próximas ao hotel Hilton. Essas casas eram freqüentadas por executivos de grandes empresas que, ao passarem por São Paulo, não deixavam de ir ao La Licorne, por exemplo, tornando-se assíduos fregueses. Em 1968, concentravam-se na Vila Buarque cerca de oitenta “infernhinhos” e outros tantos hotéis”. (CARMO, 2011, p. 279-280).

maquiadas e perfumadas, com a aura das divas do cinema de Hollywood. Entravam na boate e eu ficava imaginando o que acontecia lá dentro. Eu estava me achando muito bonita pela primeira vez na vida. Tinha perdido o complexo de patinho feio e comecei a me imaginar como elas, saindo de um carro, elegante e perfumada, dando tchauzinho para os meus amigos do Redondo e entrando na maravilhosa boate para atender meus homens. Percebi que, se eu quisesse, poderia mudar radicalmente de vida. (LEITE, 2009, p. 51).

A autora também divide a prostituição em São Paulo em Boca do Luxo e Boca do Lixo: “Enquanto a primeira dormia durante o dia e brilhava à noite, a segunda era do dia e à noite fechava as portas”. Cita a época de ouro do Bixiga, no final dos anos 1960, com suas inúmeras casas de show, cheias de bons músicos, como a melhor época da boemia paulistana, ou seja, tudo acontecia por ali, e suas opções de trabalho e lazer:

Por opção, nunca trabalhei na Boca do Luxo, não gosto de boate, não gosto do som alto, da escuridão. Não para trabalhar. Eu gostava disso para as minhas horas vagas, para minha diversão. E as duas ficavam uma ao lado da outra, dava para ir a pé. (LEITE, 2009, p. 55).

As mudanças da economia e a urbanização mais acelerada nos anos 1970 e 1980 modificaram novamente as áreas de prostituição na cidade. A Boca do Luxo decaiu e passou a ser área de prostituição de baixo nível e a Boca do Lixo, apesar de ainda haver grande número de prostitutas, foi ocupada por uma gama de “marginais” característicos da fase pós-1990, o tráfico e consumo de crack transformou a região no que passou a ser conhecido como a “cracolândia”, área onde o consumo do crack, droga barata e que causa grande dependência, tornou-se o símbolo da ocupação daquela área.

A Boca do Lixo também se tornou área da produção dos característicos filmes pornográficos brasileiros dos anos 1970 e 1980, muito bem retratado por Nuno Cesar Pereira de Abreu em sua tese de doutorado *Boca do Lixo: cinema e classes populares* (Abreu, 2002). No final dos anos 1980 e início dos 1990 houve uma proliferação de cinemas pornográficos e teatros com shows de sexo explícito nessa área. A prostituição já havia avançado para outras áreas da cidade, sob novas formas de organização. Praticamente todos os bairros da cidade possuíam bares, boates, privês, ou outros locais destinados ao sexo pago.

AS GRANDES MUDANÇAS NOS ANOS 1990

Os anos 1990 são um marco não apenas pela consolidação das mudanças econômico-sociais que já vinham sendo implantadas desde a segunda metade dos anos 1980 (as políticas

neoliberais), mas também por mudanças no âmbito da saúde pública e dos costumes. Uma liberalização maior da sociedade, em grande parte fruto da luta contra a censura e a ditadura, deu um ambiente mais aberto às manifestações da pornografia e, conseqüentemente, à prostituição. Ao mesmo tempo foi o momento de maior gravidade da proliferação da AIDS, que levou a uma contraditória relação entre a liberalização e repressão sexual. O uso da camisinha tornava-se condição básica na atividade da prostituição. O Sr. “C”³⁸ relata que era comum as prostitutas precisarem insistir na exigência do uso da camisinha, pois era costume, antes desse momento, o sexo sem camisinha:

Quando comecei a freqüentar os “puteiros” em São Paulo, no início dos anos 1990, sequer se cogitava em transar sem camisinha. Algo bem diferente do que contavam meus colegas mais velhos, que freqüentavam as zonas nos anos 1980, quando era muito raro o uso da camisinha, pois no máximo o que se pegava era uma gonorréia. Lembro que alguns falavam “que saudades da gonorréia e do Sarney... ambos tinham cura...”, acho que a frase é do Zé Simão, mas era bastante citada nos tempos de AIDS e Collor. (Sr. C, 2012).

O centro de São Paulo, nos arredores da Av. São João, Rua Aurora, Largo do Paissandu, era uma área cheia dos cinemas pornográficos e dos teatros com shows de sexo explícito. O Sr. “C” conta que costumava freqüentar os cinemas e shows e depois ia até a Rua Augusta onde haviam as saunas e boates:

Uma coisa não estava ligada a outra, mas depois de ver um show de sexo explícito, a vontade é de se fazer sexo também... e o local mais tranqüilo para isso era a Rua Augusta, na sauna La Maison. Era um ambiente interessante, um misto de sauna e boate. A gente entrava, subia uma escada e tinha um salão bem amplo com várias garotas. A “gerente” vinha e perguntava se eu queria beber alguma coisa e se queria conversar com alguma garota, se eu quisesse era só ir para o quarto e na saída pagar o programa que tinha um preço fixo. Depois podia relaxar um pouco mais na sauna. (Sr. C, 2012).

A Rua Augusta, outrora tradicional local de comércio da cidade de São Paulo, passou aos poucos a concentrar intensa atividade de prostituição³⁹. Inundada de letreiros de néon coloridos, que anunciavam os *American Bar*, as boates, saunas e casas de show, a noite da rua foi invadida por uma multidão de garotas de programa que, conseqüentemente, atraíam uma legião de clientes em busca de sexo.

³⁸ Os entrevistados, visando o anonimato e a confidencialidade prometidos, serão citados como: “alguns entrevistados” quando a idéia apresentada for comum de dois ou mais; e “Sr. A, B, C, ... ou Sra. W, Y.”, quando for específica de apenas um (a) entrevistado (a).

³⁹ Sendo amplamente conhecida, alguns estudos mostram a sua importância como área de prostituição feminina. Ver ALMEIDA, M. C. B. e DAHER, F. (2003).

Em visita de campo feita em 2011, percebeu-se que essa frenética atividade ainda continua existindo, embora já se note outra transformação no perfil da rua, com a chegada das casas de “Baladas”, destinadas ao público jovem de classe média e alta, que se mistura e, aos poucos, vai dominando a cena noturna.

Já se observa que as garotas de programa, antes donas absolutas da rua, passam a exercer a sua atividade nas ruas transversais e paralelas das quadras próximas, enquanto a própria Rua Augusta é tomada por grupos de jovens que ficam em frente aos bares, bebendo e conversando, ou transitando pela rua entre as diversas casas de baladas.⁴⁰

Essa prostituição explícita e fartamente anunciada, localizada no centro da Capital, e misturada às casas de diversão dos jovens, exemplifica a mudança ocorrida desde os tempos da Vila de Piratininga, quando essa atividade era camuflada, afastada do centro e controlada pelos mandatários do município e autoridades eclesiásticas.

As diferentes formas de organização espacial da prostituição da São Paulo de hoje são anunciadas abertamente em jornais, sítios da Internet, folhetos distribuídos nas ruas, hotéis e bares, e nas criativas e coloridas etiquetas coladas em cascata nos telefones públicos (ver figura 1). Se na Velha Piratininga o meretrício era restrito aos lupanares e a algumas ruas afastadas, na Metrópole de hoje a prostituição se expande e se organiza em múltiplas formas.



Figura 4 – A grande diversidade de anúncios faz dos orelhões uma forma eficaz de divulgar as garotas de programa. Fonte da imagem: <http://outeabout.wordpress.com/category/acontece/page/13/>.

A prostituição de rua é escancarada, à luz do dia e bem exemplificada pelas mulheres em roupas poucas que se espalham pelos arredores da Catedral da Sé, no centro velho de São Paulo. Se na Rua Augusta o desfile das garotas começa apenas a partir das 23h00 horas, no

⁴⁰A maior parte das informações apresentadas neste item é fruto do Trabalho de campo realizado em 30 e 31.07.2011, para esta pesquisa. O intuito do trabalho de campo foi conhecer as diversas formas em que se apresentam a prostituição em São Paulo. Não foram feitas entrevistas nem aplicados questionários.

centro elas podem ser encontradas durante todo o dia, muitas vezes tomando a iniciativa de abordar os cidadãos que por ali transitam.

Os antigos “inferninhos” ou “zonas”, ainda encontrados nas regiões mais afastadas, principalmente às margens das estradas, nas regiões mais centrais transformaram-se em boates, bares, clubes de dança e *American's Bar*, onde as mulheres se exibem em roupas íntimas, dançam e realizam shows eróticos (ver figura 2). Quando acordado o programa, utilizam as instalações próprias, normalmente são pequenos quartos nos fundos, ou os hotéis próximos.



Figura 5 – American Bar e boates na Rua Augusta, durante o dia. À noite, os letreiros coloridos de néon revestem as fachadas e parece ser outra rua. Após as 23h a calma da rua é transformada em um agitado território dividido e disputado entre os jovens “baladeiros” e aqueles que procuram as garotas de programa. Fonte da imagem: Google Street view. Rua Augusta.

A oferta de saunas e massagens ficou fortemente associada à comercialização do sexo, em virtude do grande número das instalações que, sob essa fachada, oferecem esses serviços, assim como na maioria dos hotéis tornou-se comum a apresentação de folhetos ou do “book” – livro com fotos das mulheres de programa disponíveis naquele lugar.

O Sr. “C” conta que nunca gostou de sair com prostitutas de rua e sempre preferiu as boates da rua Augusta, que atendiam durante a tarde e início da noite, no início dos anos 1990. Logo depois, o que virou a sua preferência foram os privês. “Nunca confiei nas garotas da rua, a gente fica muito exposto e não se tem muita segurança”.

Os chamados “*privês*”⁴¹, casas normais, com fachadas discretas, independentemente das diferenças de infra-estrutura, localização e preços praticados, funcionam de maneira similar, onde clientes entram numa sala de estar e são atendidos por uma gerente, que informa as normas da casa e os preços cobrados para, em seguida, chamar as garotas que vêm se apresentar, uma de cada vez, dizendo o próprio nome, normalmente utilizando pseudônimo. Ao cliente cabe escolher a de sua preferência e, ao final do desfile, informar o nome da escolhida e dirigir-se, com ela, a um quarto, localizado na própria casa.⁴² Na figura abaixo se reproduz um dos cartões de visita distribuídos em um Privê na Vila Mariana em São Paulo.

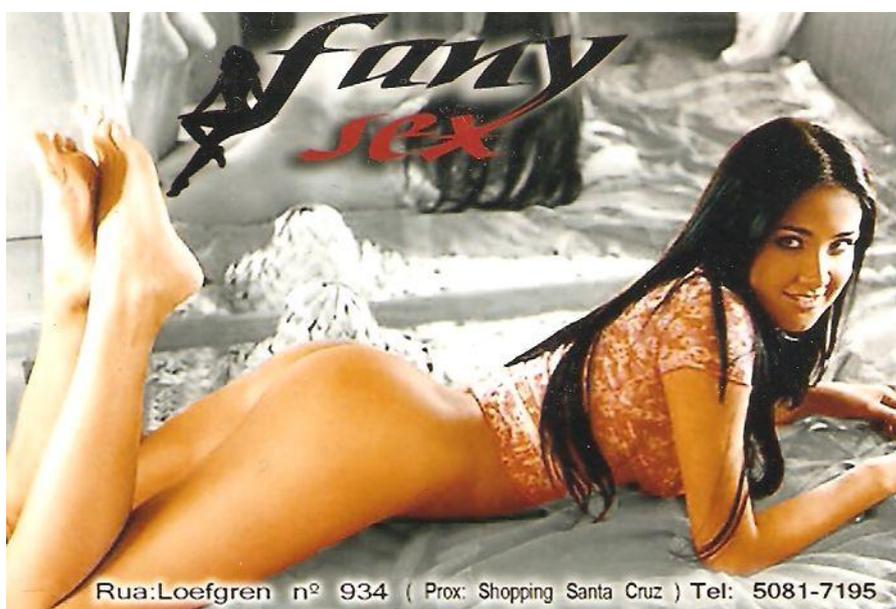


Figura 6 – Cartão de Visita do Privê Fany Sex, em São Paulo.

41 “Segundo estudos do sociólogo Renan Springer de Freitas em Bordel, bordéis, os rendez-vous, assim chamados em outras épocas, ou as atuais “clínicas de massagens”, são estabelecimentos pequenos e discretos, ao contrário da ampla e ruidosa zona. Há uma casa com uma sala central e em seu entorno são dispostos alguns quartos. Os clientes olham as garotas, que se apresentam uma a uma, e de lá se dirigem para um dos quartos com a escolhida. As garotas têm de cumprir horários, com duração geralmente prefixada para o programa, e são proibidas de apressar o cliente. A rotatividade de homens atendidos por dia nesse tipo de bordel é bem menor do que na zona.

Podemos afirmar que quanto maior o padrão de requinte de um bordel, maior será a versatilidade de suas prostitutas. Os convites para programas mais ousados não são, como na rua, recebidos com indignação; sua aceitação ou recusa depende da liberalidade da prostituta. A versatilidade não é, dessa perspectiva, um atributo imoral, mas sim uma questão de gosto pessoal. Há prostitutas que se especializam em determinadas práticas sexuais, como, por exemplo, o sexo anal e o oral, em geral mais caros. ‘Os fregueses acham que a gente tá aqui é para sacanagem. Afinal é um rendez-vous ...’ disse uma garota ao pesquisador Renan de Freitas.

Coito, sexo anal e sexo oral são práticas que podem ser combinadas sem maiores constrangimentos. O mesmo, todavia, não ocorre em relação a práticas que se referem a deleites afetivos, como beijos, carícias (ou outras demandas como surubas, por exemplo), que, se não combinados em acordos prévios, são focos permanentes de tensão entre prostituta e cliente”. (CARMO, 2011, p. 379).

⁴²Trabalho de campo realizado em São Paulo, em 30 e 31.07.2011, para esta pesquisa.

Outra forma de organização recente que essa atividade assumiu é a das garotas de programa que atendem em flats ou a domicílio, utilizando a divulgação de números de celular ou anúncios em sítios da Internet⁴³, e cobrando um preço mais elevado. Obviamente, quanto mais alto luxo ou de maior preço for o serviço prestado, mais limitada se torna a sua divulgação, às vezes restrita apenas à indicação de antigos clientes, formando quase um clube fechado.

A facilidade trazida pela inovação tecnológica, como a Internet e o celular, e a melhoria da infra-estrutura, como o aparecimento dos flats alugados, parece serem responsáveis, se não por aumentarem o número de mulheres nessa atividade, ao menos terem facilitado bastante a divulgação e o contato direto com os clientes, dispensando os clássicos intermediários, cafetões e proxenetas, e trazendo mais independência e segurança a essa atividade, ao menos nessa faixa de renda.

Há uma grande variedade de preços, normalmente girando em torno de R\$ 40 a R\$ 200,00 por hora de programa, dependendo da beleza das mulheres, da infra-estrutura e da localização das casas, no caso dos “*privês*”, sendo que varia de 40 a 60% a comissão da casa.

Nos flats e atendimento a domicílio os preços podem variar de R\$ 200 a mais de R\$ 1.000,00. Nas casas mais luxuosas apenas o ingresso pode custar R\$ 350,00, sendo o custo dos programas bem acima disso. Considerando-se os preços praticados nas ruas, de R\$ 20,00 a R\$ 100,00, pode-se dizer que existem opções para todas as faixas de renda.

A conquista, o domínio e a transformação da natureza ocorrida desde a Vila de Piratininga até a formação da São Paulo de hoje, reflete-se nas formas como a atividade da prostituição foi se organizando nesse mesmo período e local. Num primeiro momento a submissão das negras escravas e das mulheres índias para a satisfação sexual dos colonizadores. Em seguida a organização de espaços próprios, os lupanares, administrados pelos mandatários do município, objetivando atender à demanda dos jovens de família, aventureiros e visitantes. Atualmente, intrincadas redes de recrutamento, agenciamento, divulgação e tráfico espalham-se pela cidade, nas mais diversas formas de exploração da atividade da prostituição.

O desenvolvimento econômico e social pelos quais passou a cidade foi refletido nas novas formas que adquiriu a atividade, podendo-se falar em verdadeira indústria do sexo,

43 A internet também trouxe outros serviços além dos anúncios das garotas de programa, como é o caso do site GP-Guia no qual os participantes (normalmente clientes) relatam o seu “programa” com a garota, falando o preço, características do local, formas de atendimento e atribuem notas ao local e ao desempenho profissional da garota. Os relatos podem ser mais detalhados ou muitas vezes dando um “favorável” ou “desfavorável” para o que entre os participantes é chamado de TD (Test Drive), nome dado em analogia ao teste de direção que se faz quando se pretende comprar um carro.

posto que o seu produto principal, os serviços sexuais, é oferecido praticamente em cada esquina da cidade, sob roupagens das mais simples às mais sofisticadas, nas mais diversas quantidades, qualidades, espécies e preços.

O entrevistado Sr. “G”, de São Paulo, conheceu algumas meninas do MClass – site com fotos de meninas de programa – que trabalhavam no Bairro Jardins e circulavam nos bares e flats da região. Como trabalhava naquele local, era frequente encontrar as garotas passeando, indo a cabeleireiro, ou em bares, durante o dia também. Chegou a fazer amizade com várias delas, convivendo diretamente no flat da agenciadora, com várias garotas.

Elas residiam fora, em outros bairros e até outras cidades, mas se “concentravam”, à noite, no flat para atendimento. Algumas atendiam no flat, outras iam até o domicílio do cliente. A “dona” do lugar atendia até 10 celulares e era a responsável por distribuir as garotas que se concentravam num único apartamento, e atendiam aos clientes em outros 3 ou 4 apartamentos reservados, no mesmo flat. Ela recebia os telefonemas, combinava as condições com o cliente e mandava a menina descer para o outro quarto, ou dava o dinheiro do taxi, circulando por ali, em média, 10 meninas. Calcula que, em média, as garotas faziam 5 programas por noite, embora algumas fizessem mais do que isso.

O horário de maior “pico”, ou procura pelas garotas, acontecia à tarde (fugas do trabalho, “reuniões” e happy-hour - como desculpas) e elas trabalhavam apenas até as 24 horas. Depois desse horário os clientes costumavam estar mais bêbados e ficava mais perigoso “encarar” os programas. Algumas, que faturavam mais, residiam ali no flat mesmo, e chegavam a faturar de 15 a 20 mil reais ao mês. Cita uma garota de 26 anos que já possuía três apartamentos em seu nome. O programa normal variava de R\$ 100 a R\$ 400,00, dependendo da “fama” da garota. Ter posado para alguma revista masculina “inflacionava” o valor do programa. Relata casos de amigos que acessavam outros sites e que escolhiam uma garota e recebiam outra, mais gordinha, ou mais feia, em seu domicílio, e as “devolviam”, não raro entrando em discussão sobre o pagamento da “encomenda”. Alguns, para se livrar do escândalo, pagavam sem mesmo ter desfrutado do programa.

O trabalho do Sr. “G” lhe permitia circular entre empresários e políticos influentes, onde teve a oportunidade de conhecer as garotas de programa de alto padrão, “semi-celebridades”, ou também chamadas modelos “ficha-rosa”. Comumente essas garotas eram “oferecidas” de presente a clientes e convidados VIP das empresas. Essas cortesias para os visitantes, clientes em potencial, políticos, e estrangeiros, incluíam carros blindados, garotas acompanhantes, camarotes privados em boates da moda, com entrada privativa e em ambientes fechados. Alguns desses camarotes, nas boates Bahamas e Café Photo, por

exemplo, eram alugados por empresas, mediante taxa mensal, o que caracteriza a normalidade desse procedimento de oferecer garotas a visitantes VIPs. Toda essa movimentação de recepção e acompanhamento aos convidados VIP, eram realizadas pela assessoria de Marketing e Relações Públicas das grandes empresas, num circuito bastante fechado e “blindado” aos curiosos comuns. O acesso a essas garotas era muito difícil, pois eram agenciadas num “circuito” fechado que supria as Feiras, Exposições, Eventos de Negócios, Fórmula 01, atendimento a turistas, etc. Era necessário fazer parte do “club” para ter acesso aos telefones das agenciadoras.

O Sr. “G” freqüentava alguns privês de boa qualidade naquele Bairro, embora cite ter notado a “perda de qualidade” (beleza das meninas) em alguns deles, atribuindo à explosão de sites e à possibilidade de “auto-comercialização” das garotas, via Internet e atendimento pelo celular, o esvaziamento dos privês. As garotas pagavam até a metade dos valores recebidos como comissão aos proprietários desses lugares. Atuando sozinhas, embolsavam 100 % do faturamento. Cita vários sites onde se acham garotas que fazem programas por R\$ 50 a R\$ 100,00. Algumas se firmam “no mercado” através de Blog, seguindo o exemplo da Bruna Surfistinha, e atendendo diretamente a seus clientes, sem intermediários.

Em relação à “perda da qualidade” das meninas, as informações dadas pelo Sr. “C” coincidem com o que foi dito pelo Sr. “G”. O Sr. “C” afirma que já freqüentou vários privês e que já saiu com meninas que pareciam modelos, lindas e “muito gostosas” e com preços bastante acessíveis, mas diz que atualmente já não se tem a mesma qualidade, que as garotas estão se valorizando mais, e as mais bonitas acabam deixando anúncio na internet e ganhando mais sem ter que dar comissão a ninguém. Ele nos relata que conversando com algumas garotas, com quem se encontrou em privês, perguntou o porquê delas não serem autônomas, já que o rendimento era maior:

A maior parte delas respondia que a principal vantagem do privê é a privacidade, deixar fotos na internet sempre tem o risco de alguém da família ou o namorado descobrir, e no privê ninguém sabe. Como o trabalho é durante o dia é possível dar a desculpa de que trabalha em uma empresa qualquer. Algumas lembravam a questão da segurança, sair com desconhecidos acaba não sendo muito seguro, não se sabe quem vem pela frente. No privê elas têm a segurança de que, se aparecer algum maluco, elas têm a quem recorrer. (Sr. “C”, 2012).

O Sr. “G” conheceu o funcionamento de Boates como Bahamas e Café Photo, onde é constante a presença de jogadores de futebol, cantores e outros artistas e “celebridades”. Com entrada de, em média, R\$ 150,00, as abordagens às garotas acontecem nos bares e pistas de

dança, como se fossem baladas normais. A diferença é que ali o papo é direto e a conversa franca gira em torno do valor e do lugar do programa, sendo normalmente em hotel próximo, já incorporado à estrutura da casa. É comum o cliente e a garota aguardarem na fila para adentrar aos hotéis. Todas são garotas de programa e ao cliente resta a ilusão de estar conquistando a menina. Apesar de proibido pela casa, algumas dessas garotas fornecem o cartão com telefone e, assim, o programa que nessas casas pode custar até R\$ 800 reais, incluindo a entrada, bebidas, garota e hotel, pode ser realizado no domicílio do cliente, por até R\$ 150,00, num outro dia.

Ao ser indagado sobre o porquê de utilizar-se das garotas de programa, sendo jovem, bonito, e com condições econômico-sociais para “paquerar” e encontrar sexo de graça, o Sr. “G” argumentou, rindo, que sai mais barato:

Uma menina de família pressupõe aproximação, encontros, despesas em bares, restaurantes, boates, motéis, muita conversa, e, ao fim, pode ainda não rolar nada. Como as garotas de programa são muito bonitas e gostosas, se gasta apenas o programa e as bebidas em casa mesmo, além de contar com uma variedade grande de escolhas ou de oferta – podendo pedir a menina a seu gosto. E tem também o estresse do dia-a-dia no trabalho que faz a gente querer algo mais sossegado, sem cobranças, nem telefonemas no dia seguinte, nem discutir a relação ou outras chatices. (Sr. G, 2012).

Diz estar casado há 3 anos e não ter mais utilizado esses serviços, nesse período. Diz ser divertido o afluxo de pessoas na Rua Augusta, por seus bares e boates, e também da juventude em geral, tendo sido transformada em “point” da moda, quando antes era apenas de casas de prostituição e a oferta de garotas nas ruas. Os programas são mais baratos, a qualidade é “muito misturada” e alega não participar desses programas. Sabe que a ordem é mantida pelos policiais que controlam os excessos, dando mais segurança aos transeuntes e evitando “escândalos”. Acha que muitos vão até ali apenas para se divertir, procurando sexo em outros lugares.

Quando indagamos ao Sr. “C”, o porquê de procurar garotas de programa, ele diz que sempre teve dificuldades em “chegar” nas meninas, e com garota de programa não tem erro, não precisa ter papo bom, não precisa ser bonito, não precisa ficar gastando saliva. Além disso, ele fala que o papo é mais direto, pode já de cara pedir para realizar alguma fantasia ou tara sem que isso possa prejudicar a relação. Outro fator que ele aponta é a diversidade, diz que é muito bom sair com garotas diferentes a cada vez, apesar de, às vezes, sair com a mesma garota de programa mais de uma vez.

O Sr. “G” acredita que a Internet, com os seus sites de divulgação, e o Celular, pela sua mobilidade e anonimato, aliados à maior oferta de flats e hotéis, permitiram maior independência às garotas. Muitas abdicaram dos agenciadores e trabalham sozinhas, barateando o preço para o cliente final e melhorando o faturamento, por não mais dividir comissões com os proprietários das casas e boates e cafetões. Quanto ao risco de violência, cita o excesso de bebidas e as drogas como causadores de situações limites e que muitas garotas narram já ter sofrido algum tipo de violência durante o seu trabalho. O contrário também é verdadeiro: sabe por amigos que, às vezes, a menina escolhida não corresponde ao anunciado nos sites e, apesar dos protestos iniciais, o cliente acaba pagando o programa inteiro, mesmo sem fazer nada, diante das ameaças de escândalo e de chamar a polícia.

O Sr. “C” também acredita que a internet e o celular trouxeram maior independência para as garotas de programa, mas garante que sempre vai haver espaço para os outros locais de prostituição.

Eu nunca contratei garota por site. Tenho um certo receio, a gente pede uma coisa e chega outra e aí como vai fazer? Se você já está no motel, com quarto pago, na maior fissura e está esperando aquela loira espetacular que você viu no site e quando chega você vê que tudo aquilo era photoshop. Vai mandar a garota embora? Não. Vai acabar ficando e pagando por algo que não queria. No privê não tem erro, você vê as garotas, se quiser conversa com elas, combina o que pode e o que não pode, é muito mais prático. Tem gente que prefere as boates, beber com a garota, ficar farreando, ver streap tease e sentir aquele ambiente de inferninho. Então acho que mesmo com a popularização dos sites ainda vai ter muito espaço para as outras formas. Talvez com uma queda na qualidade das meninas. (Sr. C, 2012).

O Sr. “G” cita o mundo das assessoras e assistentes dos políticos, como “minado” de garotas de programa que se dispõem a oferecer inclusive serviços sexuais aos seus patrões e convidados, sendo muito comum a presença de garotas de programas disponíveis em praticamente todas as festas e reuniões sociais que envolvem pessoas com poder político-econômico-social. Também conta como na maioria dos hotéis encontra-se na portaria o “Book” das garotas disponíveis para programas, sendo o acerto das condições e preços realizados pelos próprios empregados dos hotéis, que se encarregam de chamar as garotas.

O mundo das garotas de programa de luxo de São Paulo pode ser vislumbrado em reportagem de 03.06.2010, da Revista TPM⁴⁴, que traz entrevistas com as garotas e diversas informações sobre essa atividade, conforme o recorte abaixo:

⁴⁴ Revista TPM99, de 03.06.2010, Texto por Ariane Abdallah e Juliana Menz. Fotos de Gabriel Rinaldi. <http://revistatpm.uol.com.br/revista/99/reportagens/garotas-de-programa-de-luxo.html>. Acessado em 05.10.2012.

Pelo número que aparece no celular, Andressa* sabe que vai dormir fora de casa. Há um ano Nicolas* é seu cliente. Executivo italiano da indústria do petróleo, ele vem regularmente ao Brasil. Assim que desce do avião, telefona para Andressa e segue para o restaurante do hotel Fasano – um dos melhores do Brasil, onde um prato pode custar até R\$ 350, um vinho pode chegar a R\$ 40 mil e qualquer mulher é recebida por quatro funcionários diferentes, da entrada até a mesa. De vestido Gucci (presente de Nicolas e um dos 80 que ela tem no armário) e bolsa Louis Vuitton, ela senta à mesa de frente para o “gringo”, que não pesa menos que 100 quilos. Ele segura sua mão, diz que está linda e pergunta o que quer beber. “Veuve Clicquot”, responde a garota de 25 anos, sem consultar o cardápio. Foi com ele que aprendeu que essa e Cristal são as melhores marcas de champanhe. O garçom serve a garrafa que custa R\$ 406. Andressa não agradece. Abre o cardápio e seus olhos deslizam pela fileira dos preços. “Nem lembro o que comi da última vez. Escolho pelo mais caro, porque vendo que você é cara os clientes dão presentes bons”, explica. O raciocínio vale também para roupas e carros: “São investimentos”, resume ela. Andressa faz parte de um grupo de cerca de 300 garotas de programa que vive em São Paulo, e engana-se quem pensa que elas se resumem a “modelos-manequins”. São também estudantes de enfermagem e profissionais de marketing, entre outras ocupações. Passar uma hora com elas custa entre R\$ 1 mil e R\$ 3 mil. Mas com Nicolas, cliente fixo de Andressa, tem algumas diferenças. A primeira e mais importante é que ele paga em euro – e um valor acima da média: 1.500. Por esse preço, ela até topa passar a noite numa suíte cinco estrelas que pode custar até R\$ 22 mil. Além de Nicolas, ela tem um cliente fixo de 60 anos – paga a mensalidade da faculdade de enfermagem com parte dos R\$ 10 mil que recebe para encontrá-lo cerca de três vezes por mês. (Revista TPM99, 2010).

A reportagem ainda cita o Café Photo como antiga referência da prostituição de luxo, comparando o ganho atual dessas garotas em programas de R\$ 300 a R\$ 500,00, com as garotas da reportagem que chegam a cobrar R\$ 3.000,00 por hora de programa. O estilo “gostosas” das atuais frequentadoras do Café Photo contrasta com o estilo mais discreto e a silhueta de modelo exibida por essas meninas, que *“não mentem o nome nem negam beijo na boca aos clientes”*. As amigas de profissão da Andressa têm entre 20 e 25 anos e atendem, sobretudo, empresários. Apesar de terem alguns clientes solteiros e jovens, a maioria deles é casada e já passou dos 40. Eles fazem questão de pagar caro por uma hora ao lado de prostitutas que não “dão pinta” de prostitutas:

As garotas de luxo são muito parecidas com as mulheres que esses clientes conhecem nas baladas – mas com estas eles evitam ficar por serem casados ou para não correrem o risco de se envolver. “Vejo as garotas de programa como amigas que ajudo. É melhor do que ter uma amante, que pode começar a fazer cobranças”, explica Luciano*, 45 anos, casado, pai de dois filhos pequenos. Júnior*, um empresário de 32, enfatiza que a opção não tem a ver com estar mal no casamento: “Além da atração física, elas te elogiam, aumentam a autoestima. Por mais que o casamento seja maravilhoso, existem cobranças que com uma garota dessas não tem. Ela é só o lado bom”, confessa. (Revista TPM99, 2010).

A reportagem afirma que “os clientes levam garotas como Andressa para passear em seus aviões particulares, barcos, helicópteros ou carros como Mini Cooper, Audi e Land Rover. Talvez por isso, mesmo quando não estão trabalhando elas não cogitam a hipótese de usar transporte público. Se interessam em namorar homens que tenham seus 30 anos – mais novo, só se for filho de milionário – e um carro que valha cerca de R\$ 450 mil, como uma caminhonete BMW. “Estou com um namoradinho, mas vou acabar hoje. É pobre.”, desabafa a paulistana Patrícia, amiga de Andressa, numa conversa com a reportagem da TPM em um restaurante dos Jardins. “Não quero casar com um cara que ganha R\$ 3 mil por mês. Pra ficar dividindo conta e sustentando filho? Tô fora.”, solta. Quando vão atender os clientes, elas usam táxi ou seus próprios carros. “Se o cara é solteiro, muitas vezes são recebidas na casa deles, em bairros classe alta, como Jardins e Morumbi. Com os casados, os encontros costumam ocorrer durante o dia, nos hotéis de luxo”:

Andressa conta que uma vez fazia sexo oral num cliente, no meio da tarde, quando tocou o celular dele. “Ele atendeu, fez sinal para eu continuar e falou: ‘Oi, amor, estou numa reunião’, ri”.

Por receio de serem vistos, os brasileiros não costumam circular com elas em lugares públicos. Em compensação, os estrangeiros parecem fazer questão do contrário. “Sei que sou o tipo de mulher que o cara quer exibir como prêmio”, confessa Andressa, contratada por gringos, como Nicolas, através de agenciadoras (cafetinas com quem não têm nenhum vínculo). (Revista TPM99, 2010).

O Jornal Folha de São Paulo, em 30.05.2010⁴⁵, trouxe matéria sobre operação da Polícia Federal denominada “Harém”, sobre esquema que aliciava modelos, atrizes e dançarinas de programas de TV, para se prostituírem, inclusive em outros países, pagando cachê de até R\$ 20.000,00. Aponta, ainda, o filão mais lucrativo do negócio: o das “famosas” da TV e de revistas, tendo como principais clientes empresários, políticos e jogadores de futebol. Onze pessoas foram denunciadas à Justiça e o processo criminal instaurado.

Por ser uma grande metrópole, São Paulo apresenta um conjunto de formas de organização da prostituição complexa e variada. Para este estudo focou-se na prostituição feminina, abstraindo-se o mundo dos michês, travestis, os clubes de casais, as casas especializadas em fetiches, a indústria da pornografia, a violência, a exploração infanto-juvenil, a pedofilia, o turismo sexual e o próprio tráfico de pessoas, que chega a ser tratado como indústria em publicações recentes, com significativo impacto no chamado PIB mundial,

⁴⁵ Jornal Folha de São Paulo, 30.05.2010. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3005201021.htm>
Acessado em 26.01.2013.

bem como evitado quaisquer aprofundamentos no incandescente assunto da sexualidade humana.

O quadro seguinte sintetiza as formas de organização da prostituição em São Paulo, mostrando a grande variedade de locais e as características de cada um deles.

Local	Características
Boates	As mulheres dançando, um bar, bebidas caras, se quiser conversar paga-se a bebida e nesse momento combina-se o “programa”.
Privês	São casas normais, muito discretas em sua fachada, (normalmente só se sabe que é um local de prostituição por anúncios em jornais, orelhões ou outras formas), ao se entrar uma série de garotas é apresentada, uma a uma, em seguida a “gerente” pergunta qual é a escolhida e sobe-se para o quarto. Não há necessidade de se “pagar bebidas” para conversar com as garotas e o ambiente é de uma sala de estar de uma casa normal.
Rua	São algumas ruas específicas. Normalmente se combina o preço com a garota e se vai para um hotelzinho da região ou motel.
Flats	Algumas garotas alugam flats onde fazem o atendimento dos clientes. Muitas vezes os flats são alugados por agenciadoras que se encarregam de fazer os anúncios em jornais, sites, etc.
Anúncios gerais e Agências	Os anúncios de celulares, onde as garotas atendem em hotéis, motéis ou locais próprios. Também é comum o anúncio em sites especializados, onde se tem fotos das garotas e informações sobre o que ela está disposta a fazer durante o programa (beijos, fotos, fetiches, duplas, acompanhamento a clubes de swing, etc)
Casas de alto luxo	Existem algumas casas que se tornaram famosas pelo público a quem atendem e os preços que são cobrados. Paga-se uma taxa para entrar, normalmente entre R\$100,00 e \$250,00, o ambiente é luxuoso, com várias mulheres que vão “paquerar” o cliente, dando a ele a sensação de conquista. O valor do programa e do quarto são pagos a parte. Normalmente sai algo entre R\$700,00 e R\$1.000,00
Modelos Pasta Rosa	É o nome dado a modelos que topam fazer programas. Normalmente modelos que trabalham em feiras, exposições ou mesmo em TVs. Apenas um clube seleta tem acesso ao contato com os agenciadores dessas modelos. Muitas vezes elas são dadas como “presentes” a clientes importantes de empresas ou governos.

Quadro 1 – Resumo dos locais e características da prostituição em São Paulo.

CAPÍTULO 4. A PROSTITUIÇÃO EM FRANCISCO BELTRÃO.

Desde o século XVIII os paulistas instalavam fazendas e invernadas para o gado às margens da trilha que, partindo de Viamão (RS), passava pelos campos de Lajes e pelos Campos Gerais paranaenses, indo até a feira de Sorocaba (SP), onde o gado era comercializado. Já nessa época era preocupação do governo português no Brasil a ocupação dessa área central que seria chamada de Província do Paraná, formada pelos Campos de Guarapuava. (WACHOWICZ, 1987).

Segundo Hermógenes Lazier (2003, p. 239), a atividade econômica mais importante no Paraná, no período de 1820 a 1930 foi a produção, embalagem, transporte e comercialização da erva-mate: *“durante mais de cem anos a erva-mate foi absoluta na economia e em toda a vida paranaense. Era a principal riqueza produzida. Toda a vida econômica, social, política, cultural, girava em torno da erva-mate. Conhecendo o processo cultural da erva-mate, conhece-se a história do Paraná daquele período”*. O autor ainda ressalta a importância econômica, além da extração de ouro, da criação de gado e do tropeirismo, das atividades de aproveitamento do pinheiro, a produção de café e soja, assim como a industrialização que viriam a seguir.

O povoado denominado Vila Marrecas começou em 1947, com a chegada dos pioneiros que se estabeleceram às margens do Rio que deu nome à vila. O Distrito de Francisco Beltrão já existia desde 1945, no interior do que seria a futura cidade de Renascença, e teve a localização da sua sede alterada para a localidade de Vila Marrecas, pela mesma Lei Estadual 790, de 14.11.1951, publicada no Diário Oficial n. 208, de 16.11.1951, que alçou esta à categoria de Município de Francisco Beltrão, instalado oficialmente no dia 14.12.1952.

O crescimento demográfico da Região Sudoeste do Paraná, e do Município de Francisco Beltrão em particular, foi intensificado pelo fluxo migratório interno, de colonos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, decorrente da política de atração e fixação da população pela Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, criada em 1943 e com início de atuação na Região em 1948.

Houve um excepcional crescimento demográfico, ocorrido entre os anos 1950 e 1960, distinguindo-se da média de crescimento do Estado do Paraná e do Brasil. A partir de 1970 o índice de crescimento da população se estabiliza e começa a acompanhar, com pequenas variações, os índices de crescimento do Estado do Paraná e do Brasil.

Apesar de a história da formação e da urbanização do Município de Francisco Beltrão apresentar singularidades como a criação da CANGO, que administrou e provocou o grande fluxo migratório interno nas décadas de 1940 e 1950; a atuação das companhias imobiliárias, ligadas a interesses políticos e econômicos, que culminou com a Revolta dos Posseiros em 1957, e a legalização das terras pelo GETSOP, o que poderia pressupor o desenvolvimento da agricultura das pequenas propriedades, e a formação de um município essencialmente produtor agrícola, o que se vê, quando se compara a formação do PIB - Produto Interno Bruto atual, é a produção do Município, pelas influências externas do modo de produção capitalista, desenvolver um modo de produção bastante próximo do modelo capitalista que domina o Estado.

Dependente da produção do campo até então, a cidade viu acontecer a chamada Modernização da Agricultura, a partir dos anos 1960, com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, trazendo o crédito barato, a garantia de preços para os produtos agrícolas e a assistência técnica incentivando o uso de novas tecnologias.

Apesar de os impactos dessas mudanças na Região ficarem mais evidentes nos anos 1970 e 1980, a cidade, já no final dos anos 1960, viu crescer a movimentação de pessoas pelas ruas da cidade, a maioria agricultores que se deslocavam de suas propriedades em busca do crédito, de insumos e máquinas para as suas atividades, por estradas esburacadas e não pavimentadas, muitos no lombo do cavalo ou em carroças. Outros vinham em grupos, dividindo veículos apropriados para estradas sem pavimentação, como *jeeps*, *pickups*, pequenos caminhões e, a certa altura, com os próprios tratores novos, recém adquiridos pelo crédito rural, quando ainda era permitido o tráfego desses veículos pelas estradas. Além de trazer o condutor, serviam de ajuda aos que atolavam nos barreiros formados em dias de chuva⁴⁶.

Francisco Beltrão, distante 491 quilômetros da Capital do Estado, tinha estrutura de estradas muito precária. Apenas no período de 1969 a 1971 que se realizou a construção do trecho estadual da BR 373, Três Pinheiros - Pato Branco, ligação asfáltica do Sudoeste a partir da BR-277 (atual entroncamento BR-277 até Pato Branco). O trecho Palmas – Pato Branco da BR 280 foi construído no período de 1975 a 1978 e só no período de 1982 a 1983, foi inaugurado o trecho Marmeleiro – Divisa de Santa Catarina, da PR 180⁴⁷.

⁴⁶ - Existe ampla bibliografia sobre Francisco Beltrão e o Sudoeste Paranaense. Aqui nos baseamos em entrevistas realizadas e no trabalho de FLORES (2009), MONDARDO, (2006) e MONDARDO, (2007).

⁴⁷ Segundo informações do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná: <http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=133>. Acessado em 08.06.2012.

A história da prostituição⁴⁸ na cidade esteve ligada às grandes dificuldades de locomoção pelas estradas da Região, ora com muita poeira, a ponto de impedir a visão quando tinha outro carro à frente, ora com atoleiros ou estrada muito lisa, na qual os veículos eram jogados para os barrancos e precisavam ser empurrados, ou muitas vezes puxados por tratores ou junta de bois, para seguirem viagem. Nas épocas de liberação de parcelas dos financiamentos rurais, o afluxo de agricultores para a cidade era grande, congestionando as estradas, lojas, armazéns, hotéis, churrascarias, bares e lanchonetes e, conseqüentemente, as casas de prostituição. Apesar de alguns virem com a família para as compras, a maioria dos homens deixava a mulher e os filhos “cuidando da roça” e reunia-se a grupos de amigos para beber e se divertir, aproveitando o dinheiro “fácil”. Segundo alguns entrevistados⁴⁹, nos períodos de liberação do dinheiro do crédito agrícola, “*não havia puta pobre*” na região.

As primeiras manifestações de prostituição em Francisco Beltrão estão relacionadas à presença velada de mulheres nos primeiros hotéis da cidade, que aceitavam fazer sexo em troca de dinheiro. Mas os relatos dos entrevistados, em geral, falam das casas de prostituição que se instalaram nos anos 60, inicialmente, em Marmeleiro, alguns metros antes da entrada da cidade. Ao lado direito da Rodovia, havia a primeira casa. Logo em seguida, construíram-se 3 ou 4 casas à esquerda, no local que ficou conhecido como a *Zona de Marmeleiro*, ou a casa da “Castelhana”, proprietária da maior casa do local. Ainda nos anos 60 foi construída a *Zona de Santa Rosa*, localizada onde hoje é o atual Bairro Sadia, constituída de uma rua sem saída, com 3 ou 4 casas em cada lado. A casa maior e com mais mulheres também era de propriedade da “Castelhana”.

A maioria das mulheres residentes nessas casas tinha vindo ainda jovem do interior, onde trabalhavam na roça. Tinham baixa escolaridade e, normalmente, haviam iniciado a vida sexual com algum namorado que as abandonara, ou foram colocadas para fora de casa pelos pais por “desonra” ou porque ficaram viúvas. Exerciam essa atividade para sobreviverem. Algumas jovens, também do interior ou de pequenas cidades próximas, que vinham para a cidade morar ou estudar, faziam “ponto” e programas nessas casas, para complementar a renda, mas residiam na cidade, sendo as possíveis precursoras das atuais garotas de programa, segundo alguns entrevistados.

48 Não há bibliografia sobre a prostituição na cidade de Francisco Beltrão. As informações apresentadas sobre o assunto no decorrer do capítulo são frutos das entrevistas realizadas com pessoas que viveram nessas épocas e que possibilitaram esse resgate histórico. Ver as notas sobre metodologia na Introdução deste trabalho.

49 Os entrevistados, visando o anonimato e a confidencialidade prometidos, serão citados como: “alguns entrevistados”, quando a idéia apresentada for comum de dois ou mais, e “Sr. A, B, C... ou Sra. X, W, Y...”, quando for específica de apenas um (a) entrevistado (a).

A falta de estrutura também era a tônica nas “casas de mulheres” existentes, sem água encanada, à luz de lâmpadas, com energia elétrica de baterias e geradores a diesel, e com instalações precárias. Eram construídas em madeira, algumas sem a “vista”, tábuas estreitas que tampavam as frestas entre as tábuas mais largas da construção. Ainda existiam as traves para a amarração dos cavalos à frente das casas e do limpa-pés, uma lâmina de ferro presa entre dois toletes de madeira cravados no chão, para a retirada do barro vermelho que grudava em camadas nos sapatos e botas. A higiene possível era feita em bacias, abastecidas com jarros de água e chamada, por alguns entrevistados, de “banho tcheco” pelo barulho da água jogada com as mãos nos órgãos genitais. Também havia chuveiros rústicos - baldes pendurados no teto e puxados por uma corda, abastecidos por água de poço tirada à balde.

Entre 1974 e 1975 foi inaugurada a Boate La Piova, no Bairro Água Branca, propriedade do “*Carlinhos - primeiro homossexual assumido e conhecido na cidade*”, segundo alguns entrevistados, que trouxe um melhor padrão de qualidade, com instalações modernas, mulheres mais bonitas e desenvoltas, piscina, ambientes privativos e quartos limpos com banheiros completos. Com bar e salão amplos, também eram muito melhores o atendimento e a beleza das mulheres, que ali realizavam shows eróticos muito concorridos. Aproveitando a “*fama e a grana*”, o empresário⁵⁰ chegou a ter mais duas casas no mesmo estilo da La Piova em Cascavel e em Foz do Iguaçu, bastante frequentadas pela fama de qualidade alcançada.

A La Piova ganhou fama em todo o Paraná, considerada uma casa de alto nível, atraía muitos vendedores, viajantes e representantes comerciais que faziam a região, mas buscavam vir pernoitar sempre em Francisco Beltrão, para poder visitar a boate. Segundo o Sr. “A”, morador de Francisco Beltrão desde os anos 1960: “*A La Piova fez mais pela divulgação do Município que o próprio Dr. Kit Abdala, considerado o ‘embaixador’ de Francisco Beltrão, por suas muitas viagens pelo mundo, palestras e participações em programas nacionais de TV*”. Nos postos de gasolina, lanchonetes e lojas comerciais era muito comum que os viajantes, ao chegarem à cidade, solicitassem informação sobre a localização da Boate La Piova.

Os clientes eram jovens da cidade; muitos agricultores - que vinham do interior para fazer as compras e atualizarem suas contas nos bancos da cidade -; e adultos solteiros e casados da cidade e região. Até os anos 1980, praticamente não existia a chance de se fazer sexo com as meninas da cidade e as zonas eram a única possibilidade de sexo. Podia se até

50 Alvo de sucessivos “golpes” de eventuais amantes, dificuldades no gerenciamento e mesmo por ingenuidade, o empresário morreu praticamente na miséria, após sofrer um AVC, segundo alguns entrevistados.

namorar as meninas, mas era muito difícil manter relações sexuais, seja pela vigilância dos pais e irmãos, seja pela criação rígida das meninas, ou pelos valores da sociedade à época. Foi apenas nos anos 1990 que houve maior liberalização sexual e aos poucos as mulheres foram se soltando e começou a haver maior tolerância na sociedade quanto ao sexo antes do casamento. Os fatores que levaram a essa maior liberalização, segundo alguns entrevistados, foram a “menor vigilância” e a “maior mobilidade” das mulheres, que começaram a trabalhar fora de casa, a utilizar os seus próprios carros, e a desfrutar de maior liberdade e autonomia, o que incrementou a liberalização sexual na época.

Os entrevistados afirmam que a Zona ou as boates não são apenas locais onde se busca o sexo pago. É comum muitos grupos de amigos irem a esses lugares apenas para se divertir, beber, dançar e brincar com as mulheres, sem necessariamente manterem relações sexuais. Também são comuns as comemorações de aniversários, despedidas de solteiros e shows privativos, sob encomenda, para grupos de clientes, o que popularmente se conhece como “fechar a zona”.

Ainda segundo os entrevistados, aos poucos, as zonas de Marmeleiro e Santa Rosa foram perdendo os clientes, baixando a qualidade dos serviços, e por fim fecharam as portas, depois de um período de decadência. No início dos anos 1980, o proprietário das terras onde se localizava a zona Santa Rosa moveu um processo judicial para a retirada das casas, pois naquele momento não havia contratos de aluguel ou qualquer outra garantia para o uso do local.

Alguns entrevistados afirmam que um dos principais fatores do fechamento de ambas as zonas, foi a qualidade dos serviços prestados pela Boate La Piova, muito superior ao que existia nas tradicionais zonas da cidade.

Era comum que as mulheres que exerciam essa atividade ficassem nela apenas “por um tempo”, até se formar, casar, montar um negócio próprio ou arrumar outro trabalho, o que a maioria acaba não conseguindo. Alguns casos, no entanto, merecem destaque como a “Sra. S”, que chegou à boate La Piova em 1976 e, sendo muito bonita, era praticamente privativa de alguns “figurões” da cidade. Um grupo de seus amantes chegou a alugar uma casa somente para ela, na qual ela os atendia privativamente, tendo um dia da semana separado para cada um deles. Mantinha seus relacionamentos com muito profissionalismo, cobrando valores altos e recebendo presentes caros. Como tinha “*cabeça boa*”, guardou dinheiro e hoje se ouve dizer que é bem sucedida fazendeira no Estado de Mato Grosso.

Os anos 1980 e 1990 foram marcados pela chamada liberalização sexual no Brasil, com a modernização da sociedade, o fim da ditadura e o avanço das conquistas femininas. A

maior tolerância mostrada na TV em relação ao sexo antes do casamento e uma liberdade maior de expressão dos jovens, apoiada pelos avanços tecnológicos como o computador, a Internet e o celular, que permitiam os encontros virtuais e o acesso às informações mundiais, provocaram uma evolução dos costumes sexuais, impactados pelo desenvolvimento da indústria pornográfica, o surgimento da AIDS e a invenção do Viagra, entre outros.

As pequenas cidades de origem rural muitas vezes demoram mais para absorver os impactos dessa liberalização sexual. Em Francisco Beltrão, somente nos anos 1990 tornou-se mais comum um olhar mais aberto sobre o sexo antes do casamento. Isso influenciou diretamente a atividade das profissionais do sexo. As meninas “de família” começam a ter vida sexual mais livre e cada vez mais precoce⁵¹.

Dessa forma, para se fazer sexo já não era mais necessário ir às casas de prostituição, bastava “paquerar” num barzinho ou salão de baile, onde há grandes possibilidades de se achar uma namorada ou mesmo uma companhia para um sexo casual. O Sr. “B” diz que uma das famas da atual casa de danças Chalé, é que “*lá você não sai sozinho, nem que você queira*”.

Atualmente, com a maior liberalização e liberdade sexual é bem comum acontecer a paquera e o sexo já no primeiro encontro, realizado nos barzinhos e clubes de dança na cidade. O Sr. “D” diz que considera muito fácil chegar a qualquer um desses lugares e sair acompanhado para uma noite de sexo casual nos motéis da cidade, alegando ser esse um dos fatores da perda de clientela mais jovem pelas casas de prostituição.

Mesmo com a facilidade para se obter sexo com a liberalização sexual, o sexo pago continua existindo. Houve modificações significativas com a decadência das Zonas tradicionais e o surgimento de novas formas de atendimento facilitadas pelo celular e internet, mas as zonas ou boates não deixaram de existir, apenas passaram a atrair um público de menor poder aquisitivo.

O atendimento aos homens de classe média e alta passou a ter o serviço das agenciadoras, que apresentam como diferencial a facilidade e a discricção proporcionada pelas garotas de programa atualmente. Basta telefonar, especificar a preferência quanto à garota e marcar o encontro, podendo recebê-la em casa, levá-la a um motel, ou na própria residência da garota. Às vezes a garota é levada e buscada no motel de preferência do cliente, evitando

⁵¹ Segundo pesquisa do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, realizada entre 2002 e 2003 “A maioria dos brasileiros com idade entre 18 e 25 anos já teve experiência sexual com penetração. A idade média da primeira relação sexual varia conforme a geração e o sexo. Por exemplo: mulheres que têm hoje entre 18 e 25 anos iniciaram a vida sexual aos 17 anos. Para eles, foi entre 14 e 15 anos. Por outro lado, as mulheres que estão acima dos 60 anos dizem que começaram a fazer sexo com penetração após os 22 anos e três meses, em média. Os homens, aos 16 anos e 4 meses, em média.” SIQUEIRA, 2008, p. 76.

que ele tenha de transitar pela cidade, acompanhado de outra mulher. O acesso aos números dos telefones das agenciadoras e as descrições e avaliações do desempenho das garotas de programa correm à boca pequena entre os grupos de amigos.

Uma das mais conhecidas agenciadoras é a Sra. “X”⁵², que é casada, cursa faculdade, faz os contatos entre os clientes e as garotas, e nunca exerceu a atividade de garota de programa. Segundo ela, os clientes são adultos de várias idades, em sua maioria casados e com alto poder aquisitivo. O contato é feito pelo celular diretamente com a Sra. “X” e a maioria das garotas que trabalha com ela têm idades entre 18 a 21 anos, são universitárias e moram com os pais. Muitas têm outro trabalho, fazendo programas para complementar a renda e ter acesso a bens de consumo e conforto. São poucas as que gastam tudo o que ganham em roupas de marcas, moda e festas. A maioria paga a faculdade, compra uma moto ou carro e ajuda financeiramente em casa. Normalmente ficam “nessa vida” durante um tempo, até se formarem e acharem um emprego melhor ou um casamento.

Nem todas as garotas de programa são universitárias que buscam uma complementação de renda. A Sra. “X” conta que algumas, quando começam a fazer programas e a ganhar algum dinheiro, saem da casa dos pais, juntam-se em três ou quatro colegas e montam uma “república”. Em geral não estudam e não “*pensam no futuro*”. Essa atividade tem um curto período para esse tipo de agenciamento, pois as garotas com mais idade são desprezadas pelos clientes.

A questão da pouca idade das meninas é consequência direta da exigência dos clientes. Acima dos 21 anos fica mais difícil “arrumar” programas. Menores de 18 anos não trabalham com a Sra. “X”, que afirma categoricamente não aceitar “contato” com menores de idade, por ser atividade ilícita e dar muito problema com a polícia. Atualmente possui “contato” com 25 a 30 garotas. Estima em mais de 100 o número de garotas dessa mesma faixa etária e com as mesmas características que trabalham com outras pessoas que “estabelecem o contato”. Poucas garotas são autônomas, negociando diretamente com os clientes.

O valor do programa de uma a duas horas varia de R\$ 100,00 a R\$ 150,00, o que dá um rendimento médio de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.500,00 mensais para as garotas. “*Em nossa região ninguém consegue um emprego que pague isso, sem terminar a faculdade*”, lembra a Sra. “X”, que explica que em alguns casos os preços são mais altos, como algumas garotas

52 A Sra. “X” concedeu a entrevista em abril de 2012. Houve grande dificuldade para se conseguir sua entrevista, pois, a rigor, a atividade que exerce é ilegal. Por intermédio de alguns de seus clientes conseguiu-se finalmente marcar a entrevista. No dia agendado ela coloca uma exigência: a de que a entrevista seria realizada por telefone. Apesar da utilização desse meio de comunicação, a Sra. “X” foi muito receptiva e deu todas as informações solicitadas, possibilitando uma visão de dentro desse ramo de atividade, e trazendo informações valiosas.

que participaram de concursos de beleza e, mesmo sem ganharem, acabam cobrando um cachê mais alto por essa “divulgação”.

A Sra. “X” acredita que a sociedade está mais tolerante e que já não existe tanto preconceito com a atividade, conhecendo, inclusive, algumas garotas que se relacionam normalmente em grupos de amigos, na faculdade, mesmo os colegas sabendo das suas atividades como garotas de programas. Com a vinda das Faculdades aumentou muito a “oferta” de meninas mais novas e mais bonitas que as antigas meretrizes. Mesmo as que não são, se dizem “universitárias”, como um fetiche. Apesar de algumas divulgações em jornais e Internet, ainda é a propaganda “boca-a-boca” a forma mais comum de se divulgar as agenciadoras. Houve a tentativa de divulgação por um site aqui na cidade, mas por não ter as fotos das meninas, não gerava a confiança necessária à clientela e não funcionou por muito tempo. Na opinião da Sra. “X”, a maioria das meninas não aceita a divulgação de fotos em jornais ou Internet, pois encaram essa atividade como provisória e pretendem trabalhar e casar “normalmente”, e as fotos nesses sites deixam marcas para toda a vida. Sobre a existência de sites e anúncios explícitos em São Paulo, acredita que muitas meninas que fazem programas em São Paulo são do interior ou até de outros estados, por isso permitindo que seus rostos sejam divulgados.

Em Francisco Beltrão é muito rara a existência de outros tipos de locais de prostituição, como os privês ou casas de massagem que explorem a atividade sexual. Há pouca variedade, o que marca uma diferença com cidades maiores como São Paulo. Os principais locais ainda são os barzinhos, boates e alguns hotéis. Em alguns momentos em que há uma fiscalização mais rígida é comum o fechamento desses estabelecimentos, mas logo em seguida eles reabrem com outros nomes.

As operações policiais nem sempre tem o intuito de reprimir a prostituição, mas verificar se há exploração sexual de menores, se há alvará de funcionamento (normalmente como outra atividade) ou mesmo as condições sanitárias dos estabelecimentos. Tais operações normalmente são efetuadas como “força tarefa”, composta por integrantes de vários órgãos municipais, estaduais e federais.

A Sra. “W”, servidora municipal entrevistada, conta que já participou três vezes da Operação Força Total, que conta com integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Prefeitura Municipal (Vigilância Sanitária) e do Conselho Tutelar, organizadas para combater a exploração da prostituição e para a proteção de menores de idade. São formadas quatro equipes, em média, e cada uma visita de 7 a 8 estabelecimentos por operação.

Nessas operações são visitados os bares, bailões, boates e festas de formatura. Em quase todos os lugares vistoriados são encontradas garotas de programa e menores de idade, conforme a entrevistada. Ela informa, ainda, que esses lugares possuem alvarás como casa de show, bar, e até “casa de chá”, para conseguirem o cadastro necessário no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal, pela proibição de manterem instalações destinadas ao comércio sexual.

Em Francisco Beltrão há uma concentração de estabelecimentos na PR 483, saída para Ampére e Cascavel (PR), existindo quatro até o Km 12, localidade de Linha Gaúcha, incluindo a Boate Casa Blanca, localizada na Linha Piedade, próximo à Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão, mais conhecida na cidade por apresentar shows com garotas de outras cidades e manter um padrão mais alto de qualidade e limpeza. As demais apresentam instalações mais precárias e ficam localizadas próximas ao Restaurante Tesser e Motel Payol. Também há lugares dedicados à prostituição na PR 566, saída para Itapejara do Oeste (PR), ao lado do Motel *D'Amour*, e em diversos bares no centro, próximo à Rodoviária, e nos bairros. Evitamos citar os nomes dos estabelecimentos e dos proprietários por não ser esse o objetivo do estudo, e não existir vínculo oficial do exercício da atividade de comércio sexual, nos alvarás consultados, atendo-nos às informações prestadas pela Sra. “W”.

Em geral a repressão policial à prostituição é quase inexistente ou pelo menos quase não gera processos. Em consulta ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em 13.04.2012, obtivemos dados sobre as ações penais originadas na 19ª. Subdivisão Policial de Francisco Beltrão, quanto à infração: Favorecimento da Prostituição, encontrando 11 ações penais – procedimento ordinário, no período pesquisado de 01.01.1900 até 13.04.2012. As ações estão concentradas no período de 1994 (primeira) a 2007 (última registrada), sendo que sete delas ocorreram no período de dois meses apenas: 13.12.2001 a 17.01.2002. Com exceção dessas 07 ações acumuladas nesses dois meses, pelo pequeno número de ações no período consultado, optamos por não fazer a solicitação formal dos dados que, por serem públicos, estão disponíveis para consulta nos sites da Justiça.

Pelo longo período sem registro de ações policiais envolvendo a prostituição (2007-2013), consideramos oportuno citar a página da Polícia Civil de Francisco Beltrão⁵³ que registra, em 19.02.2013, o fechamento da Boate Som de Cristal, e a prisão, em flagrante, do proprietário e da gerente daquele estabelecimento. A reportagem do Jornal de Beltrão⁵⁴, de

⁵³ 19ª. SDP de Francisco Beltrão: <http://www.dpi.policiaivil.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1191>. Acessado em 21.02.2013.

⁵⁴ Jornal de Beltrão, 20.02.2013. Policial: p. 4.

20.02.2013, informa que ambos foram enquadrados no Artigo 218 “B”, do Código Penal Brasileiro, por exploração sexual de menores de idade. “O proprietário da boate, que fica localizada em frente à Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão, na PR 483, saída para Ampére, mantinha um apartamento alugado no Bairro Cristo Rei. O local servia de moradia para as mulheres, dentre elas uma menor, de 17 anos, procedente de Foz do Iguaçu.” O processo será encaminhado para a Justiça.

Percebe-se que as ações policiais e o fechamento dos estabelecimentos são casos isolados e, em geral, não representam uma ação de repressão à prostituição ou ao proxenetismo. A existência em praticamente toda a cidade de bares que facilitam ou exploram a atividade sexual é um indicativo da inexistência de uma política de repressão.

A Sra. “X” afirma que os bares com mulheres são muitos, no mínimo um em cada bairro, onde o cliente chega e acerta o programa, mas vão a outro lugar. Normalmente as mulheres “*mais velhas, mais feias e mais gordas*”, com mais de 30 anos, basicamente só trabalham nas praças e nas ruas, em programas que custam de R\$ 20,00 a R\$ 40,00. A Sra. “X” cita o nome de uma garota, que “*todo o mundo conhece*”, que tem 35 anos e é assídua na Rua Luiz Antonio Faedo, entre o Colégio Nossa Senhora da Glória e a Cantina do Galetto, que possui uma boa casa, tem dois filhos estudando e não tem vergonha de se mostrar⁵⁵.

Atualmente as casas mais conhecidas são a Boate Casablanca, localizada na Rodovia PR 483, Linha Piedade, onde se realizam shows com modelos vindas de outras cidades e a boate Priva’s, que se localiza onde antes era a famosa boate La Piova, ambas com propaganda no principal jornal da cidade.

55 Essa garota, cujo nome preserva-se, também é citada pela Sra. “Y”: “ela tem casa própria, imóveis alugados e trabalha o dia inteiro na profissão, há muitos anos. Perto dos quarenta anos, mantém o corpo em forma e não tem vergonha de se expor publicamente, concorrendo com as meninas mais novas e, às vezes, fazendo um preço menor por programa”.

Nova direção! Venha se divertir com lindas garotas!

Casa de Shows La Piova

Em fevereiro, show com a modelo da capa da revista *Sexy*: **Paula Schneider**

Linha Água Branca saída para Pato Branco

Classificados/Atos Oficiais

PRIVA'S LOVE NIGHT
UMA NOVA OPÇÃO DE LAZER E DIVERTIMENTO

Casa de Shows Venha conhecer!

Saída para Itapejara do Oeste
Francisco Beltrão - Rod. PR-566 a 200 metros do trevo
Horário de funcionamento: a partir das 14 horas

Casa de Shows La Piova

Venha se divertir com lindas mulheres!

A partir do dia 21 de agosto shows todas as noites com **Júlia Moreno**.

Linha Água Branca saída para Pato Branco

Quinta-feira, 15.3.2012 JORNAL DE BELTRÃO 5A

PRIVA'S
Love Night
Casa de Shows

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TJB
03/05/12
PG 3A

Quarta-feira, 11.7.2012 - N° 4.807 JORNAL DE BELTRÃO 3

RELACIONAMENTOS

ACOMPANHANTE DAMAS DE LUXO - de 18 a 22 anos, disponível a todo horário, com muito carinho e prazer, tudo o que você precisa. Sigilo total. F:(46) 8819-8965/9927-7775.

ACOMPANHANTES DE LUXO - De 18 a 24 anos. Muito carinho sem compromisso. Contato para encontro: (46) 9921-6348. Para Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.

CLASSIFICADOS
JORNAL DE BELTRÃO

O lugar certo para quem quer fazer bons negócios!

RELACIONAMENTOS

ACOMPANHANTE DAMAS DE LUXO - de 18 a 22 anos, com muito carinho e prazer, tudo o que você precisa. Sigilo total. F:(46) 8819-8965/9927-7775.

ACOMPANHANTES DE LUXO - De 18 a 24 anos. Muito carinho sem compromisso. Contato para encontro: (46) 9921-6348. Para Francisco Beltrão e Região.

RELACIONAMENTOS

ACOMPANHANTES DE LUXO - De 18 a 24 anos. Muito carinho sem compromisso. Contato para encontro: (46) 9921-6348. Para Francisco Beltrão e Região.

RELACIONAMENTOS

ACOMPANHANTES DE LUXO - De 18 a 24 anos. Muito carinho sem compromisso. Contato para encontro: (46) 9921-6348. Para Francisco Beltrão e Região.

Quinta-feira, 11.10.2012 JORNAL DE BELTRÃO 5A

PRIVA'S
Love Night
Casa de Shows

Shows todas as noites com **Léa Brand, de Camburiú**.

Saída para Itapejara do Oeste
Francisco Beltrão - Rod. PR-566, 200 metros do trevo
Horário de funcionamento: a partir das 14 horas

PRIVA'S
Love Night
Casa de Shows

Shows todas as noites com **Léa Brand, de Camburiú**.

Saída para Itapejara do Oeste
Francisco Beltrão - Rod. PR-566, 200 metros do trevo
Horário de funcionamento: a partir das 14 horas

Figura 7: Exemplos de anúncios diários publicados no Jornal de Beltrão, no período 2011-2012, da Casa de Show La Piova, da Casa de Shows Priva's Love Night, de Acompanhantes de Luxo e de Acompanhantes Damas de Luxo, oferecendo serviços sexuais.

CASA BLANCA
Boate Show **HOJE**

Uma das modelos
mais conceituadas
de Balneário
Camburiú
**Helen
Castelari**

**Entrada
FREE**

Aceitamos os cartões:  
Rod. PR 483 Km 15, Linha Gaúcha - Saída para Ampere - Francisco Beltrão

CASA BLANCA
Boate Show **HOJE**

Show com a
modelo e
dançarina
**Tiffany
Lopes**
e amigas.

**Até
dia
31 de
agosto!**

Aceitamos os cartões:  
Rod. PR 483 Km 15, Linha Gaúcha - Saída para Ampere - Francisco Beltrão

Figura 8: Exemplo de anúncios diários publicados no Jornal de Beltrão, no período 2011/2012, da Boate Casa Blanca, em Francisco Beltrão (PR).

Outra variedade de local voltado ao sexo pago são algumas estruturas residenciais ou suítes em motéis, próprias para festas. O Sr. “D” informa a existência de um motel em rodovia próxima à cidade vizinha de Francisco Beltrão, que oferece instalações como suítes, piscinas, área de churrasco e geladeiras para bebidas, com garotas de programa que residem nas cidades vizinhas, algumas das quais estudam à noite nas faculdades de Francisco Beltrão e região. O contato e a reserva são feitos por telefone, cujo número é passado “boca-a-boca”, pelos frequentadores, bem como as avaliações das meninas que costumam participar desses programas, “todas muito bonitas, limpas e cheirosas”, segundo a avaliação do Sr. “D”. O programa, sem limite de tempo, custa entre R\$ 250 a R\$ 300,00 por cliente, por toda uma

tarde, por exemplo. As festas normalmente duram uma tarde ou noite e o sexo não é o único atrativo, mas também a festa em clima de liberdade e liberalidade.

Na cidade de Francisco Beltrão, há também uma casa com instalações completas para festas, com churrasqueira e piscina, na qual pode ser encomendado o programa completo. A casa providencia a compra da carne, das bebidas, do carvão e contrata as garotas segundo preferências especificadas. O programa completo, incluindo os serviços sexuais das garotas custa entre R\$ 250 e R\$ 300,00 por pessoa, no período de uma tarde ou uma noite. As meninas são garotas de programa que residem e estudam na cidade.

Em Francisco Beltrão há também a prostituição nas ruas, normalmente de mais baixo valor e com as garotas não tão bonitas quanto às encontradas nas boates ou com as agenciadoras. Um conhecido ponto se localiza na Rua Luiz Antônio Faedo, entre a Rua Antonina e a Rua Tenente Camargo, área popularmente conhecida como “Rua dos Prazeres”, onde várias mulheres praticam o *trottoir* (“calçada” na tradução literal, mas que significa “prostituição de rua”, no consagrado uso do termo francês).

Segundo a Sra. “Y”, as meninas de rua geralmente residem nos bairros da própria cidade e vêm para as ruas do centro, marcando “pontos” fixos, lugares onde ficam normalmente. Os programas custam de R\$ 20,00 a R\$ 60,00. Esse valor é combinado entre as meninas e os clientes, que são atendidos em hotéis do Centro, onde costumam ter quartos alugados previamente, localizados nos arredores da praça central e da rodoviária. Às vezes, ocorrem discussões quando uma delas faz preço mais barato que o combinado.

A Sra. “Y” acredita que o número vem crescendo muito, com muitas garotas de 18 e 19 anos chegando para trabalhar na rua. Algumas menores também, apesar de mentirem a idade e apresentarem carteira de identidade falsificada. As meninas mais novas disputam o espaço com as mais antigas. Muitas dizem fazer questão do uso de preservativos e mostram-se bastante conscientes sobre isso. A maioria das garotas exerce essa profissão pelo dinheiro mesmo, por não ter concluído o ensino fundamental ou médio, e não se sujeitar a ganhar o salário mínimo em outros trabalhos. Acredita que depois que a jovem descobre a rapidez e o volume de dinheiro que se consegue na atividade, fica muito difícil “voltar” à vida normal ou a empregos normais. As meninas chegam aos pontos a partir das 20 ou 20h30min e trabalham à noite. Algumas passam o dia na praça central e arredor da Rodoviária, mas são poucas. Acredita que as meninas da rua são autônomas, não dependendo de cafetão, namorado ou outro tipo de agenciador.

Existe muita rotatividade das meninas, algumas “sumindo” por períodos de tempo e, no retorno, falarem que estavam trabalhando em outras casas/ cidades. Não vê as profissionais

do sexo como “vítimas”. Acredita que é uma opção de trabalho. Também não acredita que exista alguém nessa atividade por diversão, contestação, liberdade ou rebeldia, acha que é apenas a escolha de uma atividade que permite a sobrevivência, ou seja, apenas uma forma de trabalho.

Apesar da existência de um considerável número de prostitutas que trabalham em condições precárias, não há uma organização delas em associações, sindicatos ou outro tipo de grupo organizado para melhoria de suas condições de vida e de trabalho. Mesmo associações não diretamente ligadas à atividade, mas que busquem minimizar as mazelas do trabalho sexual, não existe em Francisco Beltrão e região. A exceção que pode ser feita é a ONG Centro de Artes Thespis – CAT, criada em 2009 e que desenvolve as suas atividades com as prostitutas, procurando dar orientações principalmente quanto à saúde. A ONG originou-se da Companhia de Teatro Thespis, que já atuava na prevenção de AIDS e DST's entre 1997 e 2005.

Entrevistamos a Sra. “Y”, que atuou como voluntária na Thespis – Cia de Teatro, no período de 1997 a 2005 e é dirigente e fundadora da CAT – Centro de Artes Thespis, desde o ano de 2009. Ela conta que a primeira ONG Thespis foi muito atuante, principalmente no ano de 2004, na prevenção de DST/AIDS no Município, como grupo de Teatro e com o trabalho de voluntários juntos às profissionais do sexo. Conta que utilizavam uniformes e, depois de estabelecida a confiança necessária, eram recebidas com alegria no ambiente de trabalho delas. Essa ONG diminuiu sua atuação nessa área até quase parar atualmente.

Atualmente, a ONG que dirige atende 30 a 40 profissionais do sexo por mês, que vão buscar preservativos. O atendimento para exames de saúde é direcionado ao SAE – Serviço de Assistência Especializada de Francisco Beltrão, que funciona anexo ao Pronto Atendimento 24 Horas, no Bairro Pinheirinho. O número de infectados no município está dentro da média nacional. Para cada um portador identificado estima-se existirem mais 5 portadores que desconhecem a sua condição. A ONG também já auxiliou as profissionais do sexo agredidas, levando-as até a Delegacia e hospitais, mas foram poucos casos.

O trabalho na ONG é baseado em peças de teatro, buscando a conscientização e a prevenção das DST/AIDS junto aos profissionais do sexo e aos jovens em geral, junto às escolas do ensino médio e universidades. Em 2011 o assunto abordado foi o *bullying* e a AIDS, e em 2012: Drogas, Alcoolismo e AIDS. Antes eles faziam trabalho voluntário distribuindo preservativos nas ruas. Agora promovem eventos como o Dia dos Namorados, Carnaval e 1º. De Dezembro (Dia Mundial de Prevenção da AIDS). As palestras sobre esses

assuntos ficam a cargo do SAE – Serviço de Assistência Especializada, do Município, que ainda distribui os remédios, realiza os exames e conta com profissionais da saúde.

A prioridade dada à prevenção das DST/AIDs, pela ONG, resulta dos esforços do governo e às verbas públicas destinadas a essa causa. O projeto para 2012/2013 é o Projeto Avenida, no qual os voluntários vão percorrer toda a Avenida Júlio Assis Cavalheiro⁵⁶, do prolongamento do Contorno Sul até a Ponte do Rio Marrecas, no centro, distribuindo preservativos e tentando conscientizar os jovens, inclusive no Carnaval, além de continuar as apresentações das peças do Teatro Educativo.

Segundo a Sra. “Y”, as dificuldades de se obter apoio privado ou público, e a burocracia para ter projeto aprovado pelo governo são alguns dos impedimentos da ampliação do trabalho da ONG. O PAM – Programa de Ações e Metas, do governo do Estado, cobriu só 20 sessões de teatro, das 40 previstas o ano passado. A ONG antiga tinha facilidades em conseguir verbas, e desenvolvia projetos com apoio de parcerias, Prefeitura, Estado e Ministério da Saúde, tendo como alvo os alunos jovens dos cursos Médios e universitários, e desenvolvia projetos que combatiam a homofobia e o preconceito sexual em geral.

Alguns municípios não permitiam a apresentação das peças, ou a distribuição de preservativos ao final da peça, em virtude da influência da igreja católica ou das autoridades políticas. Na opinião da Sra. “Y”, o poder público está afastado da realidade das ruas. As meninas designadas para esses trabalhos não são devidamente preparadas – elas não têm coragem de falar com as profissionais do sexo. Por isso a Prefeitura utiliza-se da ONG para esse contato mais próximo. Um dos exemplos desse descolamento foi a escolha de uma mulher da religião Evangélica para atender às prostitutas e homossexuais no SAE, o que para a Sra. “Y” representa um problema, pois existe uma grande carga de preconceito na religião, o que impediria uma ação adequada para este público.

As especificidades de uma pequena cidade como é o caso de Francisco Beltrão dão a tônica das formas de organização da prostituição. Não se obteve dados da prostituição de alto luxo, apesar de alguns entrevistados afirmarem que ela existe para uma clientela de alto poder aquisitivo e político-social. Não há estabelecimentos onde a prostituição de alto luxo atue a olhos vistos como nos grandes centros. Em uma cidade pequena, um dos pontos mais importantes para os clientes ficaria prejudicado: a privacidade e o anonimato.

⁵⁶ Depois de inaugurado o prolongamento da Av. Júlio Assis Cavalheiro ele tornou-se ponto de encontro dos jovens na cidade, ficando lotado nas noites de sextas-feiras e sábados, com carros estacionados nos dois lados e intenso trânsito nos dois sentidos. É uma área no topo do morro, o que possibilita uma bela visão da cidade e, por ser uma região não habitada tornou-se o local propício para encontros da população mais jovem. É comum, nas manhãs seguintes, encontrar muitas garrafas de bebida vazias, e preservativos usados.

Diferente dos privês e das boates em São Paulo, que se encontram em bairros movimentados, as boates de cidades pequenas localizam-se na beira de rodovias. Das mais simples às mais luxuosas elas permanecem em áreas distantes, onde a privacidade é garantida pela distância. Em visita a uma dessas boates, localizada a beira de uma das rodovias da região, percebeu-se a precariedade do local. O Sr. “F”, o proprietário, iniciou a entrevista com certo receio, mas depois da garantia de sigilo e anonimato, ele nos contou a sua história.

Foi taxista durante 18 anos, pedreiro, pintor, dono de armazém, fez “um pouco de tudo” e faliu completamente umas 6 ou 7 vezes. Era proprietário de outra boate, mas a vendeu por se localizar mais longe e não pegar celular, algo fundamental para sua atividade. “Eu precisava viajar várias vezes pra cidade. Sem o celular quem iria cuidar das meninas? Aqui é melhor, mais pertinho da cidade, pega celular. Se tiver algum problema eu estou rapidinho aqui.”

Mostra a pequena horta que fez nos fundos da casa, e conta que ele mesmo construiu as divisórias, paredes e parte da construção da casa, atuando como pedreiro, pintor, encanador e eletricitista. As instalações são muito simples, estando um balcão de bar num pequeno cômodo, logo à entrada, uma pequena sala com três sofás de três lugares cada, cobertos por panos coloridos, o corredor, os 02 quartos, um banheiro e uma pequena cozinha. Mostra a varanda, onde estava assando um “churrasquinho para amigos” e onde se encontravam uns três homens tomando cerveja.

Conta que as meninas o procuram quando estão “desesperadas” e que atuam como uma equipe, aonde todos se ajudam. Dá comida e moradia para elas, paga comissão pela bebida que elas fazem os clientes consumirem, e cobra uma taxa (em torno de R\$ 50,00) quando elas vão sair para fazer algum programa. Diz atuar como protetor e “pai” das meninas, zelando pela segurança delas e não aceitando que estranhos as levem para fora dali. Já ofereceram R\$ 500,00 para levarem uma das meninas e ele não aceitou. Foi perceptível que o Sr. “F” acredita de fato ser um protetor para as meninas, não vendo em sua atividade algo ilegal ou resultado da exploração sexual, relatando com naturalidade impressionante como mantém essa atividade:

Tem muita menina que chega aqui trazida pelo amante ou pelo namorado que não têm mais condição de sustentá-las e estão querendo “cair fora”. Eles vêm e deixam a menina aqui em troca de duzentos ou trezentos reais. No começo essas meninas nem fazem programa, mas para mim o que interessa é elas ficarem acompanhando meus clientes tomando cerveja. Depois de um tempo as outras meninas acabam convencendo a nova a fazer um ou outro programa, pois dá um dinheirinho a mais. Muitas vezes essas meninas nunca

viram muito dinheiro e quando começam a ganhar um pouco mais ficam meio deslumbradas com isso e aí não param mais. (Sr. F, 2012).

Existe um rodízio grande entre as mulheres que atuam na casa, todas ficando até “arrumar a vida” ou achar coisa melhor para fazer – outro trabalho ou relacionamento com outro homem. Assegura nunca haver casos de brigas e desrespeito na casa porque leva tudo “em ordem”⁵⁷. Assim que algum cliente bebe um pouco demais, já providencia para que se acalme e “ajeita” as coisas.

A casa fica bem defronte a uma fábrica, mas ele garante que as mulheres não têm comportamento exibicionista e nem ficam à porta, chamando clientes. É tudo muito discreto, segundo ele, e os clientes vêm comemorar um bom negócio; “chorar as mágoas”, quando algo de ruim acontece; ou beber para esquecer e relaxar. Calcula em apenas uns 40% dos clientes os que praticam sexo com as mulheres. A maioria só quer desabafar, se divertir, esclarece.

O programa custa em torno de R\$ 100,00 mais o quarto de hotel ou motel. Raramente as mulheres recebem os clientes nos quartos da casa mesmo, aonde dormem. A cerveja custa R\$ 5,00 no balcão e R\$ 10,00 no “salão”, onde bebem acompanhados por uma das garotas.

Como se percebe, a organização espacial da prostituição é bem diferente entre Francisco Beltrão e São Paulo ou, generalizando, entre uma pequena cidade e um grande centro. As formas mais complexas e mais variadas da prostituição são presentes em grandes centros, onde a discrição e a privacidade já fazem parte da própria organização do espaço urbano. Em cidades menores criam-se condições para que a discrição e a privacidade sejam garantidas, seja por meio da localização das boates, seja por meio das agenciadoras e suas formas mais organizadas. Em ambos os casos, a atividade da prostituição vai se adaptando às mudanças econômicas, sociais, geográficas e tecnológicas, existindo e desenvolvendo-se em praticamente todas as culturas, tempos e lugares.

⁵⁷ Em uma entrevista informal a um dos clientes do Sr. F, foi afirmado que ele realmente sabe como “manter a ordem”. Seu jeito simples, humilde e simpático se transforma e a figura do ex-presidiário, que já participou de tiroteio com a polícia, vem à tona, criando uma “respeitabilidade” com base nos códigos de conduta que só quem vive nesse meio consegue entender. O Sr. F. também não tem problemas com os “calotes”: se alguém toma cervejas e utiliza os serviços, e não paga, ele aceita que o cliente venha no dia seguinte acertar a conta. Caso não venha, manda uma das meninas na casa do cliente para fazer a cobrança e explicar para a sua família do que se trata. O medo do escândalo é suficiente para que ninguém deixe as contas em aberto com o Sr. F.

CAPÍTULO 05. SEXO E MERCADORIA

Com repercussão na mídia mundial e com a celebridade efêmera possibilitando o conhecido ritual de posar nua para revistas masculinas, desfilando como destaque em escola de samba no carnaval de 2013, além de participar de vários programas de entrevista na TV, a catarinense Ingrid (Catarina) Migliorini, 20 anos, ficou conhecida por leiloar a sua medicamente atestada virgindade em um site, documentada pela rede australiana de televisão que criou o *Virgins Wanted* (Procuram-se Virgens), conforme reportagem da revista Veja:

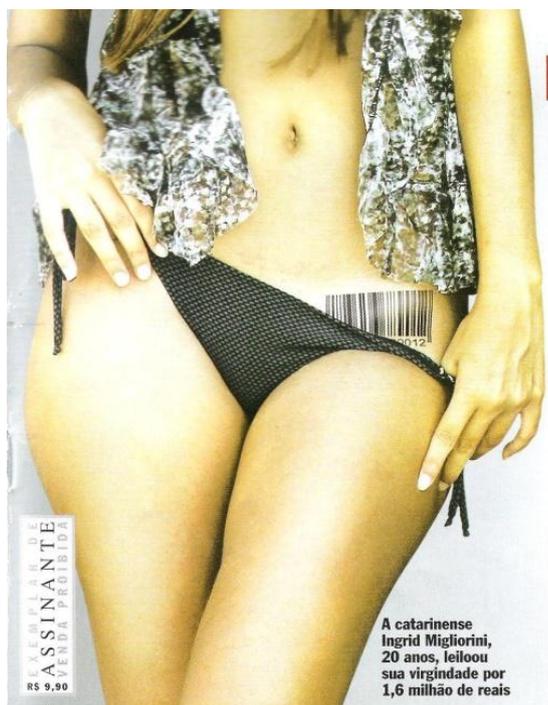


Figura 9: Capa parcial da edição 2296 – ano 45 – número 47, de 21 de Novembro de 2012, da Revista Veja.

Nesta terça-feira, 20, em algum ponto entre a Austrália e os Estados Unidos, a catarinense Ingrid Migliorini, de 20 anos perderá sua virgindade. Seguranças ficarão a postos para garantir que certas regras sejam cumpridas. Não haverá troca de carinhos ou beijos na boca nessa “primeira vez”. O encontro terá a duração mínima de uma hora, mas poderá ser prolongado conforme a vontade de Ingrid. Tudo se passará a bordo de um avião, sobre águas internacionais, para escapar do alcance das leis dos países. Ingrid leiloou sua virgindade. O vencedor do leilão, um japonês identificado apenas como Natsu, deu o lance mais alto – 780.000 dólares, o equivalente a 1,6 milhões de reais. A saga, digamos assim, de Ingrid está sendo documentada pela rede de televisão australiana que criou o *Virgins Wanted* (Procuram-se Virgens). Além dela, o russo Alexander Stepanov também participou, mas só conseguiu 2.600 dólares por sua virgindade. (VEJA, 21.11.2012, p. 73).

O assunto tomou dimensões inesperadas, ocasionando o debate sobre se essa atitude significa uma forma de prostituição, ou se é apenas o direito inalienável de uso do próprio corpo, de alguém maior de idade, como melhor lhe aprouver. Previsivelmente, as opiniões

foram múltiplas e conflitantes e registradas na mídia em geral. O fato de a moça ser, comprovadamente, virgem, desconcerta o preconceito arcaico, fartamente ilustrado nos capítulos anteriores, que separa as mulheres em “santas” e “putas”. Certamente acrescenta um novo enfoque e apimenta a discussão já estabelecida: Ela é “santa” por ser virgem? Deixa de ser ao vender o sexo? Ou deixa de ser apenas ao perder a virgindade? Pode-se considerar o sexo uma mercadoria? E o oferecimento de serviços sexuais pode ser encarado como um trabalho normal?

Utilizando o conceito de mercadoria resumido por Bottomore (2001), com base no pensamento marxista, define-se que:

Todas as sociedades humanas têm de produzir suas próprias condições materiais de existência. A mercadoria é a forma que os produtos tomam quando essa produção é organizada por meio da troca. Nesse sistema, uma vez criados, os produtos são propriedade de agentes particulares que têm o poder de dispor deles transferindo-os a outros agentes. Os agentes que são donos de produtos diferentes confrontam-se num processo de barganha pelo qual trocam seus produtos. Nesse processo, uma quantidade definida de um produto troca de lugar com uma quantidade definida de outro. (BOTTOMORE, 2001, p. 265-266).

Em seguida, o autor afirma que: “a mercadoria tem, portanto, duas características: pode satisfazer a alguma necessidade humana, isto é, tem aquilo que Adam Smith chamou de VALOR DE USO; e pode obter outras mercadorias em troca, poder de permutabilidade que Marx chamou de VALOR. Como as mercadorias são trocadas umas pelas outras em proporções quantitativas definidas, pode-se considerar que cada mercadoria tem um certo “valor”, assim:

Toda a massa de mercadorias produzida num período pode ser vista como uma massa homogênea de valor, embora, vista de outro ângulo, seja uma coleção heterogênea de valores de uso diferentes e incomparáveis. Como valores, as mercadorias são qualitativamente iguais e só diferem quantitativamente no montante de valor que encerram. Como valores de uso, as mercadorias são qualitativamente diferentes, já que cada produto é específico e não pode ser comparado a outro. (BOTTOMORE, 2001, p. 266).

A que parece ser a dúvida fundamental, referente à atividade da prostituição, é levantada no artigo: “Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação”⁵⁸, de autoria de Joana Maria Pedro (2010), professora do

⁵⁸ Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente. (organizado por) Marlene de Fáveri, Janine Gomes da Silva, Joana Maria Pedro. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

Departamento e Programa de Pós-Graduação em História da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, e resume as principais dúvidas que o tema suscita:

O que vendem as pessoas que fazem da prostituição uma forma de trabalho? Vendem o corpo? Mas se vendem, então nunca o entregam. Vendem o sexo? Também não o entregam, uma vez que o genital continua no corpo de quem faz a prostituição. Vendem o corpo e/ou o sexo é o que se costuma dizer de quem oferece serviços sexuais. Uma forma de desqualificar este tipo de função. Cada pessoa que trabalha, de alguma forma, coloca o corpo, a mente, as mãos, os pés ao serviço de alguma função pela qual será remunerada; então, por que somente os serviços ligados ao genital são desqualificados? Perguntas como estas não são recentes. (PEDRO, 2010, p. 11).

Na atividade da prostituição, sob o ponto de vista econômico, e sopesadas as diversas interpretações apresentadas neste trabalho, pode-se afirmar que não ocorre a “venda do corpo”, ou o seu “aluguel”, como utilizado no senso comum, podendo-se entender que aconteça a venda, por determinado período de tempo, da “força de trabalho” envolvida na prestação dos serviços sexuais contratados, destacando-se que essa força de trabalho também pode ser compreendida como mercadoria, como apontada por Bottomore:

O conceito de mercadoria é usado por Marx para analisar formas que surgem com base na produção e na troca de mercadoria já bem desenvolvidas, mas que não são propriamente mercadorias no sentido primitivo, isto é, produtos criados com o propósito de circularem em um sistema de trocas. Por exemplo, a FORÇA DE TRABALHO é vendida por um determinado preço, o salário e, portanto, aparece no mercado como uma mercadoria, embora não seja produzida como tal, nem seu valor surja diretamente do trabalho despendido na sua produção. Em economias com mercados financeiros altamente desenvolvidos, o próprio capital se transforma numa “mercadoria”, no sentido de que tem um preço (a taxa de juros) e é trocado num mercado. Em ambos os casos, o conceito de mercadoria é usado por analogia e extensão, e não no seu sentido primitivo. (BOTTOMORE, 2001, p. 266).

Blanchette e Silva (2009) analisam a associação entre exploração e trabalho, que permeia as discussões sobre a prostituição, enfatizando que o trabalho sexual é “trabalho” e a venda dos serviços sexuais como “comércio”:

Tem sido a posição, entre certa ala de pensadores feministas e marxistas, que o trabalho sexual é *exploração sexual* e, portanto, é classificável como sinônimo de *tráfico de mulheres* e/ou *escravidão* (Leal e Pinheiro, 2007: 18-19). Na visão desses analistas, a única coisa que pode ser comprado e vendido no comércio do sexo é o corpo e a pessoa da mulher. Portanto, a *exploração sexual* é entendido como sinônimo de qualquer trabalho sexual e é qualificada como “uma mutação da sociedade moderna ou, ainda, pós-moderna. Uma reificação da barbárie” (*ibid: idem*). Essa posição ignora a realidade do trabalho sexual, *qua* trabalho, e a natureza da venda dos serviços, sejam esses sexuais ou de outra natureza, como comércio. Se for verdade, como Marx e Engels estipulam, que os seres humanos “precisam

comer, beber, se abrigar e se vestir [e], portanto, precisam trabalhar” (Engels, 1986: 376), é igualmente verdadeiro que precisam manter relações sexuais e que essas relações também podem ser vendidas como qualquer outro serviço. Sexo, enfim, não pode ser visto como um campo a parte das relações socioeconômicas capitalistas. De fato, Friedrich Engels até faz questão de equiparar “a cortesã habitual” que “aluga o seu corpo por hora” como a trabalhadora assalariada, reservando para a esposa engajada num “matrimônio de conveniência” o rótulo de “escrava” (Engels, 1982 [1884]: 20). Sob essa ótica, não existe razão necessária para entender a prostituta como menos trabalhadora ou mais escravizada que qualquer outra operária nas diversas áreas de serviços. (BLANCHETTE e SILVA, 2009, p. 22-23).

Os autores ainda enfatizam a distinção entre “trabalhadoras” e “escravas” ou “objetos”, destacando a opinião das prostitutas (informantes) pesquisadas em seu trabalho, afirmando que no regime capitalista a *exploração*, no sentido marxista, é a sina de todo trabalhador, e não deve ser confundida com *exploração sexual*, que é uma situação análoga à escravidão:

Enfim, no regime capitalista, a *exploração* é o sino de todo trabalhador e este fenômeno não pode ser equiparado com a *exploração sexual*, entendida por fins do presente artigo como situação análoga à escravidão. Vamos deixar nossa posição cristalina para aquelas pessoas que propositalmente confundem a *exploração sexual* e a *exploração* no sentido marxista da palavra: a demasiada maioria de nossas informantes, na medida em que se sentem exploradas, se sentem exploradas economicamente enquanto trabalhadoras e não enquanto mulheres supostamente rebaixadas à condição de escrava ou mero objeto inanimado. De fato, é importante notar neste contexto que as nossas informantes qualificam as batidas policiais, geralmente justificadas como medida repressiva da exploração sexual, como violação de seus direitos e dignidade. (BLANCHETTE e SILVA, 2009, p. 23).

Além de se poder analisar a prostituição como “mercadoria”, sofrendo as influências da oferta e da demanda peculiares ao mercado, e desenvolvendo uma política de preços e de oferta de “valores agregados”, o ato de se administrar a prestação de serviços sexuais pode ser comparado à gestão efetuada em outro empreendimento econômico qualquer, como exemplificado por Levitt e Dubner (2009), ao narrar como a Internet possibilitou a opção pela prostituição, na história de vida de Allie:

Dirigir uma empresa individual, composta de uma única mulher, tinha várias vantagens, das quais a principal era não precisar dividir receitas com ninguém. Nos velhos tempos, Allie provavelmente teria trabalhado para alguém como as irmãs Everleigh, que remuneravam suas garotas muito bem, mas que delas também arrancavam muito, a ponto de se tornarem ricas. A Internet permitiu que Allie fosse sua própria madame e acumulasse riqueza para ela própria. Muito se tem dito sobre a extraordinária capacidade da Internet de promover a “desintermediação”- eliminar o agente ou o mediador – em indústrias como turismo, imóveis, seguro e venda de ações e

títulos de crédito. Mas é difícil imaginar um mercado mais suscetível naturalmente de desintermediação que a prostituição de alto nível. (LEVITT e DUBNER, 2009, p. 46).

Para evitar ser “surrada” ou “depenada”, já que ela mesma teria de fazer a triagem dos clientes potenciais, Allie implementou uma solução simples e inteligente: “Quando um cliente a procurava on-line, ela não marcava o encontro, até saber ao certo o verdadeiro nome dele, seu local de trabalho e seus telefones comerciais. Então, no dia do encontro, ela lhe telefonava de manhã, a pretexto de dizer-lhe como esperava com ansiedade a hora de conhecê-lo pessoalmente”. Esse telefonema servia como advertência de que, se algo desse errado, ela poderia irromper no escritório dele e armar o maior escândalo. “Até hoje, Allie recorreu a essa tática apenas uma vez, depois que um cliente lhe pagou com dinheiro falso. Assim que ela o procurou no escritório, ele imediatamente encontrou dinheiro de verdade”:

Ela recebe os clientes no apartamento dela, principalmente durante o dia. Quase todos são homens de meia-idade, brancos, 80% deles casados. Para eles, é mais fácil dar uma escapada durante o dia que justificar uma ausência noturna. Allie adora ter as noites livres, para ler, ir ao cinema ou simplesmente relaxar. Fixou seus honorários em US\$ 300 por hora – que é o que a maioria das mulheres de seu calibre parece cobrar – com algumas opções de desconto: US\$ 500 por duas horas ou US\$ 2.400 por 12 horas de pernoite. Cerca de 60% dos seus encontros são por apenas uma hora. (LEVITT e DUBNER, 2009, p. 47).

Allie atribui seu sucesso como empreendedora a ser o tipo de pessoa que vê o lado bom de tudo. “Gosta com sinceridade dos homens que a procuram e os homens, por conseguinte, também gostam dela, não só pelo fato de ela lhes oferecer sexo. Não raro os clientes lhe trazem presentes: um vale-compra de US\$ 100 da Amazon.com; uma bela garrafa de vinho (cuja etiqueta ela depois procura no Google para verificar o preço); e, uma vez, um novo Macbook”. Segundo os autores, os homens a tratam como deveriam tratar as esposas, mas não o fazem, lisonjeando-a e elogiando-a pela beleza ou pelo bom gosto da decoração, mas Allie se diz realista:

A maioria das mulheres com o nível de remuneração de Allie se denomina “escorts”. Quando Allie se refere às suas amigas que atuam no mesmo negócio, chama-as de “garotas”. Mas ela não é escrupulosa. “Gosto de *puta*, gosto de *piranha*, gosto de todos os nomes”, diz. “Sei o que faço e não tento esconder o sol com a peneira”. Allie menciona uma amiga cujo preço é de US\$ 500 por hora. “Ela diz que não tem nada a ver com as garotas da rua que chupam por US\$ 100, mas eu sou como elas, ‘Sim, querida, você é igualzinha a elas’”. (LEVITT e DUBNER, 2009, p. 47).

Ao destacar os motivos da procura dos clientes pelos serviços sexuais de Allie, os autores descrevem o que eles buscam, além do sexo, e a consideram “uma esposa-troféu, alugada por hora”, mais que uma prostituta, para os seus clientes:

A esse respeito, Allie provavelmente está errada. Embora se considere semelhante às prostitutas de rua, ela tem menos em comum com esse tipo de mulher que com uma esposa-troféu. Allie é basicamente uma esposa-troféu, alugada por hora. Realmente não vende sexo, ou pelo menos não vende só sexo. Ela vende aos homens a oportunidade de fazer o upgrade temporário de suas esposas por uma versão mais recente e ousada – sem os problemas e as despesas fixas de uma troca definitiva. Durante uma ou duas horas, ela representa a esposa ideal: bela, atenciosa e inteligente, a amante ideal, que ri de suas piadas e que realiza suas fantasias. Ela demonstra felicidade ao vê-lo toda vez que você a visita. Sua música favorita já está tocando e sua bebida predileta já está servida. Ela nunca lhe pedirá para deixar o lixo na lixeira. (LEVITT e DUBNER, 2009, p. 47-48).

Os autores relatam a surpresa que o aumento de valor em seus honorários para US\$ 450 por hora e, poucos meses depois, para US\$ 500, aumentando assim seu preço em 67%, em apenas dois anos, trouxe para Allie: “quanto mais ela cobra, menos seus serviços consistem em sexo convencional. A US\$ 300 por hora, a jornada de trabalho dela envolvia uma sucessão de encontros, nos quais cada cliente buscava tanta ação quanto possível. Porém, cobrando US\$ 500 por hora, a natureza dos serviços era outra”:

Agora, não raro, ela e o cliente jantavam e tomavam vinho – “um jantar de quatro horas que terminava com uma relação sexual de 20 minutos”, diz ela, “embora eu fosse a mesma garota, que se apresentava da mesma maneira e mantinha as mesmas conversas de quando eu cobrava US\$ 300”. Ela achava que apenas estava ganhando com uma economia forte. Isso foi em 2006 e 2007, anos de fartura para muitos dos financistas, advogados e empreendedores imobiliários que constituíam sua clientela. Mas Allie descobrira que a maioria das pessoas que buscavam seus serviços era, no jargão dos economistas, *insensíveis ao preço*. A demanda por sexo parecia relativamente dissociada da economia mais ampla. (LEVITT e DUBNER, 2009, p. 48).

Estimativa otimista dos autores é de que há menos de mil prostitutas como Allie em Chicago, trabalhando por conta própria ou para serviços de acompanhantes. Citando que as prostitutas de rua talvez tenham o pior trabalho do mundo, destacam que, para prostitutas de elite, como Allie, as circunstâncias são completamente diferentes: “alta remuneração, horário flexível e risco relativamente baixo de violência ou prisão. Portanto, o verdadeiro enigma não é por que alguém como Allie se torna prostituta, mas, sim, por que *mais* mulheres não escolhem essa carreira”:

Sem dúvida, a prostituição não é para qualquer mulher. As pretendentes precisam gostar de sexo e devem estar dispostas a alguns sacrifícios, como não ter marido (a não ser que ele seja muito compreensivo ou muito ganancioso). No entanto, esses aspectos negativos talvez não sejam assim tão importantes, quando a remuneração é de US\$ 500 por hora. Com efeito, quando Allie confidenciou a uma amiga de muito tempo que se tornara prostituta e descreveu sua nova vida, não se passaram muitas semanas antes de também a amiga entrar na profissão.

Allie nunca teve qualquer problema com a polícia e a tendência é que não venha a tê-los no futuro. A verdade é que ela ficaria desolada se a prostituição fosse legalizada, pois sua remuneração estratosférica decorre do fato de seus serviços não serem acessíveis por meios legais. (LEVITT e DUBNER, 2009, p. 47-49).

Blanchette e Silva (2009) corroboram a idéia de que o trabalho sexual pode se tornar uma opção econômica, listando as suas vantagens:

Como temos visto então, o trabalho sexual tem uma série de características que o torna uma opção econômica bastante atrativa. Em primeiro lugar, é relativamente rentável. Segundo, é um ofício que exige pouca preparação profissional, sendo aberto a quase qualquer pessoa. Frise-se aqui que ele é particularmente aberto aos jovens, fração etária da sociedade com maiores dificuldades de inclusão no mercado de trabalho, dado a sua falta de currículo. Finalmente, é um trabalho que, muitas vezes, é altamente flexível. O trabalhador sexual freqüentemente pode exercer o ofício de vender sexo e também se dedicar a outras atividades ou trabalhos com mais facilidade. (BLANCHETTE e SILVA, 2009. p. 20).

Sendo o sexo natural por excelência, a “naturalização” da prostituição, com o reconhecimento oficial dessa atividade na categoria “trabalho”, como já ocorre em diversos países e está sendo proposto no Brasil, encontra forte resistência entre os estudiosos⁵⁹. O ato de colocar preço no próprio corpo, e o conseqüente desenvolvimento e expansão dessa atividade no mundo globalizado, também é atribuído à influência do capitalismo, embora remonte ao início da História os primeiros registros de mulheres que se prostituíam, inicialmente, como sacerdotisas dos templos e, logo após, especialmente após a Idade Média e as perseguições religiosas, já discriminadas e marginalizadas.

A produção capitalista (e a apropriação da natureza) é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade particular: lucro. Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza. (SMITH, 1984, p.94).

⁵⁹Swain, T. N. (2008), segundo a qual “dizer que a prostituição é um *trabalho*, e ainda, *voluntário*, é, no mínimo, um insulto às mulheres, é um insulto ao trabalho, é o menosprezo total das condições que levaram tais mulheres a se submeter e mesmo a defender a “*profissão*” que exercem”.

Afirmando que a globalização e a industrialização do comércio do sexo são dois fenômenos estreitamente imbricados, Richard Poulin⁶⁰, ao desenvolver as suas quinze teses sobre o capitalismo e o sistema mundial de prostituição, chega a números extraordinários sobre as formas de tráfico, comércio e prostituição de seres humanos, afirmando que “o processo de mercantilização de bens e serviços, e mais particularmente a comercialização de seres vivos, aí compreendidos corpos e sexos, assim como a monetarização das relações sociais estão no núcleo da atual acumulação capitalista”. (POULIN, 2005).

Esse processo de mercantilização opera-se ao preço de uma tensão e de uma violência consideráveis. Isso se observa mais nitidamente na transformação do ser humano em mercadoria. Desde a apropriação privada dos corpos, sua transmutação em mercadorias até seu consumo é necessário o emprego da força. A violência é constitutiva da mercantilização dos seres humanos e de seus corpos. (POULIN, 2005, p. 50-53).

A industrialização do comércio sexual induziu o desenvolvimento de uma produção em massa de “bens” e de “serviços sexuais” que gerou uma divisão regional e internacional do trabalho. O autor destaca que:

Esses “bens” consistem em seres humanos prostituídos. Essa indústria, que desabrocha em um mercado globalizado que integra, ao mesmo tempo, o nível local e o nível regional, tornou-se uma força econômica da qual não se pode definir o perfil. A prostituição e as indústrias de sexo inerentes – os bares, os clubes noturnos, os salões de massagem, as produtoras de pornografia, etc. – apóiam-se em uma economia subterrânea massiva controlada por proxenetas ligados ao crime organizado e beneficiam policiais corruptos. As cadeias hoteleiras internacionais, as companhias aéreas e a indústria do turismo lucram em larga escala com a indústria do comércio sexual. Os próprios governos se beneficiam. (POULIN, 2005, p. 48-49).

A prostituição sob o capitalismo neoliberal globalizado tem como característica a mercantilização do ser humano, transformando-o de sujeito em apenas um objeto da indústria do sexo:

O capitalismo neoliberal encontra a sua expressão máxima no domínio das indústrias do sexo. Esse regime de acumulação estreitamente ligado às desregulamentações da globalização fortalece consideravelmente o sistema de opressão das mulheres e crianças e sua servidão para o prazer do outro, para o prazer masculino. Reduzindo as mulheres a uma mercadoria suscetível de ser comprada, vendida, alugada, apropriada, trocada ou adquirida, a prostituição afeta o gênero. Ele reforça a equação estabelecida pela sociedade entre mulher e sexo, reduzindo as mulheres a uma

⁶⁰- vide POULIN, Richard. “La mondialisation des industries du sexe”. Paris, Imago, 2005.

humanidade menor e contribuindo para mantê-la num status inferior em todo o mundo. A indústria do sexo é cada vez mais considerada uma indústria de diversão e a prostituição, um trabalho legítimo. Ela é, portanto, baseada numa violação sistêmica dos direitos humanos e uma opressão maior do gênero feminino. (POULIN, 2005, p. 61).

Ainda segundo Poulin (2005), a luta contra a prostituição e o tráfico relacionado a ela inscreve-se no objetivo mais geral de luta pela igualdade das mulheres e dos homens, que para o autor fica inacessível enquanto os homens explorarem mulheres por meio da prostituição.

Em concordância com Poulin (2005), as autoras da PESTRAF - Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (LEAL, 2002), indicam que o recrudescimento do Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes encontra nas crises socioeconômicas, nas atuais relações de trabalho e na globalização, senão suas determinações principais, o pano de fundo que possibilita esse avanço em escala industrial da exploração sexual:

O tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual é determinado, por um lado, pelas relações contraditórias entre capital e trabalho e, por outro, pelas relações culturais que sustentam uma ideologia classista e patriarcal, que reduz estes segmentos a um processo histórico de subalternidade e de violação de direitos. (LEAL, 2002, p. 52).

As autoras afirmam que a globalização acirrou a crise social, por dismantelar as relações de trabalho, através da quebra de “contratos sociais” e de direitos dos trabalhadores. Essa situação não atinge somente as relações de trabalho masculino, mas, sobretudo o feminino e o de crianças e adolescentes, através da inclusão dessa mão de obra em sistemas informais, clandestinos e do crime organizado, interferindo nas relações familiares:

O cenário de crise no mundo do trabalho reflete-se diretamente nas relações familiares. A desterritorialização (via processos migratórios) gradual ou geral dos membros da família atraídos para frentes de trabalho nas regiões rurais, de fronteiras, litorâneas e urbanas, ou para outros países, acaba por proporcionar, dentre outras situações, a fragilização da família em função do abandono precoce do “gestor” das responsabilidades paternas, do afastamento da mãe, do cotidiano do lar, da escola e de outras relações de sociabilidade. (LEAL, 2002, p. 52).

A prostituição, nos exemplos citados, não é apenas o fornecimento de um “serviço sexual”, não é apenas o aluguel do corpo, como afirmado por Paula Lee (LEE, 2008), mas nestes casos tem se tornado a própria transformação do ser humano em mercadoria. O glamour da prostituta apresentado em filmes, especialmente no clássico “Uma Linda

Mulher”⁶¹, que apresenta o resgate da prostituta para uma vida “normal”, através do casamento com um cliente, não é realidade para a maioria das mulheres que desempenha essa função, embora seja o sonho comum de grande parte delas. Enquanto prostitutas de rua podem trocar seus serviços por um prato de comida ou pela mísera sobrevivência, algumas garotas de programa conseguem reunir capital suficiente para garantir uma vida confortável, e até luxuosa, mostrando a variação do valor de troca atribuído pelo mercado, para “mercadorias” diferentes.

No Brasil, entre muitos outros, o site GP Guia Net⁶² oferece um panorama de como os clientes, devidamente protegidos pelo anonimato, divulgam, classificam e avaliam as garotas de programa em diversas cidades e estados. Partindo de expressões mercadológicas, como “*test drive*” ou “relação custo-benefício”, e aprofundando para um palavreado chulo, grosseiro e pornográfico, esses clientes trocam as suas impressões em *chats* ou fóruns de discussão, sobre as garotas e os programas sexuais que realizam.

Abaixo, um relato de um dos “foristas”⁶³ do site sobre o atendimento dado pela garota *Simone*⁶⁴ no Privê Redway, onde fica claro o entendimento do sexo como uma mercadoria por ele adquirida e avaliada em seus quesitos:

SIMONE

GP - Morena, cabelos longos com luzes

Rosto - Muito bonito

Seios -M , turbinados

Barriga -Lisinha

Pernas - Bem torneadas

Bunda - G, muito bonita

NOTAS:

Rosto - 10

Corpo - 10

Simpatia - 10

Beijo - 10

Oral - 10

Vaginal - 10

R\$ 80,00 = 1/2 hora.

A Simone é uma pessoa muito agradável e meiga. Atendimento muito afável! Uma das melhores opções da Redway da atual safra! Beijos espontâneos, muito bons! Oral bom, boa pressão, bom ritmo...Vaginal legal, bom pompoarismo! Finalização como gosto... ! É iniciante, mas leva jeito !⁶⁵

⁶¹ Filme: “Uma Linda Mulher” (EUA, 1990). Dirigido por Garry Marshall e sendo protagonizado pelos atores Richard Gere e Julia Roberts.

⁶² GPGuia – Fórum sobre Acompanhantes: <http://www.gpguia.net/index.php>. Vários acessos.

⁶³ Forista é o nome pelo qual os membros do site GPGuia se tratam.

⁶⁴ As garotas que trabalham em privês geralmente adotam um nome falso com o qual se apresentam para os clientes (“nome de guerra”), sendo assim não vimos a necessidade de alterar o nome para uma sigla como fazemos com as pessoas que entrevistamos.

⁶⁵ GPGuia – Fórum sobre Acompanhantes: <http://www.gpguia.net/index.php>. Vários acessos.

Outro exemplo mais radical do entendimento mercantil da atividade sexual está em um dos fóruns sobre assuntos gerais, na qual se tem uma pergunta e os “foristas” debatem sobre o assunto. No exemplo abaixo a pergunta é “O que fazer se a GP [Garota de Programa] falar que está grávida?”⁶⁶. Um dos foristas responde: “*Considero isso um acidente de trabalho, ela que peça para o INSS cuidar o filhote que irá nascer...*” outro, mais radical e agressivo, mostra o seu preconceito e desprezo em relação à atividade, mas a considerando como uma prestação de serviço como outra qualquer:

Na minha opinião, a puta quando escolhe ser puta sabe que essa atividade tem riscos e um deles é engravidar. O cliente paga para comer e só. Se ela engravidar, ela que aborte ou assuma a criança sozinha. O cliente come e só isso, a puta quer só o lado bom da 'profissão' de puta (grana)? Os riscos são dela também.

Se você pega um ônibus e o motorista idiota bate a merda do ônibus, o problema é dele, você é cliente e pagou pra ser transportado. O motorista tem o salário para não bater a bosta do ônibus.

Quando você come uma puta é a mesma coisa. Se a vagabunda engravidar, ela é a única culpada. O cliente pagou para comer, e só.

Acho que puta que vai atrás de cliente com esse papinho de estar grávida, são o pior tipo de gente. Só querem a grana do cara.

Putá é puta⁶⁷

Tais observações vão além do reducionismo de se considerar a mulher como objeto ou mercadoria, tornando-se verdadeiro atentado à dignidade humana em alguns casos, embora a liberdade de expressão anônima e os exageros cometidos possam simplesmente indicar a intensidade da força contrária utilizada pela sociedade na repressão sexual.

Separando claramente os conceitos de prostituição como prestação de serviços ou trabalho sexual, daquilo que é considerado crime: tráfico de pessoas, exploração sexual de menores de idade e todas as formas de violência e discriminação, pode-se dizer que na sociedade atual o sexo e os serviços ou trabalhos sexuais adultos e consensuais são comumente tratados como mercadorias, e a prostituição, relevados os preconceitos morais e religiosos, é uma atividade econômica comum e amplamente globalizada.

⁶⁶ GPGuia – Fórum sobre Acompanhantes: <http://www.gpguia.net/index.php>. Vários acessos.

⁶⁷ GPGuia – Fórum sobre Acompanhantes: <http://www.gpguia.net/index.php>. Vários acessos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta central que norteou este trabalho, sobre o porquê de a prostituição continuar existindo, mesmo depois da liberação sexual, que alterou consideravelmente as relações entre homens e mulheres e a visão destes em relação ao sexo, traz a tese que, com a maior liberdade sexual, as funções da prostituição deixariam de existir, pois se poderia ter sexo de forma livre e gratuita. Não foi o que aconteceu. Nos últimos 25 anos a prostituição em escala global aumentou consideravelmente. Os homens, mesmo com maior liberdade em relação ao sexo com as “meninas de família”, ainda continuam buscando os serviços profissionais de prostitutas. As mulheres, agora com mais liberdade e maior participação nas estruturas de poder, não são mais vitimizadas por uma sociedade que condenava o sexo antes do casamento, colocando a mulher apenas como apêndice de seu marido.

Muitos estudos têm buscado entender a prostituição apenas como uma atividade derivada da exploração sexual da mulher, vítima de uma sociedade machista e patriarcal, na qual o único motivo da mulher se prostituir seria a sua incapacidade de luta contra um sistema opressor, comandado por homens. Essa visão não consegue explicar satisfatoriamente o porquê de existir a prostituição masculina ou mesmo as prostitutas que desejam exercer essa atividade. Também falha em considerar a prostituição como algo estático na história, sem ver as mudanças de suas formas e funções no decorrer do tempo e espaço. Essa visão muitas vezes leva à adoção de políticas públicas na qual se busca “salvar” a prostituta.

Outros estudos têm buscado demonstrar que a prostituição seria uma forma de resistência à sociedade machista e patriarcal e que a existência de territórios de prostituição reflete a “multidimensionalidade do vivido”, possibilitada por uma apropriação simbólica do espaço e a transgressão de sua forma e função. Neste caso, comum em alguns estudos geográficos, cria-se certo idealismo em relação às prostitutas (ou travestis, michês, etc), entendendo-os como contestadores de uma ordem social mais ampla. Ao se estudar o território, isolado de outros determinantes sociais, acaba-se por propor uma análise que não consegue compreender as múltiplas determinações a que estão ligadas a atividade da prostituição. Idealiza-se uma resistência que não existe de fato.

Como explicar então a manutenção da prostituição nos tempos atuais, após a liberalização sexual, sem considerá-la apenas como resquícios da exploração sexual historicamente constituída e sem considerá-la como resistência à atual organização da sociedade? Tal resposta não é simples. Está ligada, sobretudo, às várias formas na qual se manifesta a prostituição. Um dos pontos que esse trabalho apresenta é que a prostituição não

se manteve, ela modificou-se com a modificação da sociedade. A prostituta vista como uma “sacerdotisa”, comum na idade média, não mais existe. A prostituição como forma de evitar o homossexualismo e o estupro, comum em sociedades mais conservadoras, em geral deixa de existir com essa função. No capitalismo a prostituição aparece como atividade econômica. Nos tempos de globalização, se manifesta como atividade econômica globalizada. Entender a prostituição passa pelo entendimento da forma como ela se organiza e se estrutura na sociedade. Daí a importância em compreender as formas espaciais em que ela se organiza. A questão norteadora, porque a prostituição continua existindo, nos leva a uma nova questão: como a prostituição se organiza, qual sua dinâmica espacial?

Para tentar responder tal questão buscou-se utilizar as categorias geográficas de estrutura, processo, função e forma, conforme proposta por Santos (2008). A alteração da organização do espaço ao longo do tempo, em seu processo contraditório, leva a uma mudança nas formas de organização das atividades produtivas e das relações sociais estabelecidas entre as pessoas. O sexo como condicionante biológico não se altera tanto quanto o sexo enquanto estrutura social. Entender a dimensão econômica da prostituição passa pelo entendimento do processo de desenvolvimento do sexo enquanto estrutura social.

Assim, ao se verificar como a prostituição se organiza em diversas escalas geográficas, como efetuado neste trabalho, tem-se uma visão mais abrangente de sua manutenção em diversos níveis. As escalas temporais e espaciais são fundamentais para a compreensão das múltiplas determinações da realidade social. No mundo percebe-se a importância econômica desta atividade em diversos países, em setores econômicos de relevância, como o turismo, e em questões sociais importantes, como o tráfico de pessoas e a escravidão.

Ver a sua organização em uma grande metrópole e compará-la com uma pequena cidade, também trouxe elementos importantes para se entender que as formas de organização da prostituição são mais ou menos complexas, mas elas estão presentes em ambos os casos. O que leva à idéia de que a sua manutenção está para além de razões morais, preconceitos, falta de afeto, exploração, miséria, liberdade de venda do corpo ou repressão sexual. Ela é algo que combina todos esses fatores e a sua manifestação econômica é a que dá tônica a sua organização social. A internet e o celular trazem nova relação entre a prostituta e o proxeneta, mas a prostituição continua existindo. A questão sexual é mais profunda, o sexo pago está associado a problemas mais profundos do relacionamento humano.

O instinto sexual “naturalizado” no homem e “reprimido” nas mulheres, por diversas culturas patriarcais ao redor do mundo, baseadas em preconceitos sociais, morais e religiosos, aliadas à ainda imensa ignorância que os seres humanos trazem a respeito de sua própria

sexualidade, formam ambiente propício para a dominação masculina e a conseqüente exploração sexual da mulher, dentro dos lares, no trabalho, na sociedade, ou no exercício da prostituição.

O elemento que liga todas as formas de prestação de serviços sexuais, no capitalismo, é a rentabilidade financeira. A facilidade de, sem capital ou investimentos, além do próprio corpo, se obter uma renda financeira rápida e significativa em contextos variados, a ponto de tornar-se “negócio” lucrativo para empreendedores individuais, cafetões e proxenetas, para redes internacionais de criminosos, e até mesmo para Estados, que lucram com as suas políticas públicas que incentivam o turismo e a exploração sexual, além da famigerada corrupção dos funcionários de governos, que se incorporam à grande rede internacional. A formação dessas redes de prestação de serviços sexuais, chamadas por vários autores de “indústria do sexo”, justifica esse nome, seja pelos valores gerados por essa atividade em todo o mundo, seja pelo número de trabalhadores do sexo e “agenciadores” envolvidos.

Apesar de continuar existindo o primitivo escambo nessa atividade, quando a pessoa cede o seu corpo em troca de um prato de comida, ou pela sua sobrevivência e a dos seus familiares, a globalização e a facilidade de locomoção e de comunicação mundiais, acabaram profissionalizando essa atividade, transformando o sexo em mercadoria, mesmo que muitos clientes ali procurem mais que o sexo propriamente dito, valorizando a companhia, o afeto, a atenção e o carinho recebidos. Assim, existe o espaço também para a prostituição de luxo, na qual as prostitutas têm rendimentos superiores à remuneração dos trabalhadores mais bem empregados.

O discurso oficial, que trata as prostitutas como “vítimas” do tráfico ou da exploração masculina, encontra forte resistência entre as associações e ONGs que defendem a profissionalização e a descriminalização da prostituição. Há forte cisão mesmo entre os militantes de esquerda, notórios defensores dos direitos humanos, entre as feministas, e as prostitutas, sobre qual seria a melhor alternativa para diminuir a vulnerabilidade dessas mulheres. Os movimentos que pretendem regulamentar, proibir ou abolir a prostituição esgrimmem argumentos cada vez mais radicais, colocando em dúvida os números oficiais, as pesquisas, os estudos, e os próprios conceitos defendidos.

Assim como nem todas as prostitutas são vítimas. A opção por essa profissão pode ter forte componente libertário, sendo das poucas alternativas que possibilitam, ao mesmo tempo, rebelar-se contra os costumes e tradições arcaicas da sociedade, em particular a repressão sexual da mulher, e exercer uma atividade que encontra demanda no mercado e possa garantir

a própria sobrevivência, em tempos de desemprego e falta de qualificação profissional para outras funções. A busca por melhor remuneração é o principal atrativo para essa atividade.

É interessante pensar se uma eventual e hipotética “Bolsa Mulher Oprimida”, que garantisse a sobrevivência de quaisquer mulheres por dois ou três anos, as qualificasse para o mercado de trabalho, e garantisse um emprego digno para a sua sobrevivência, atrairia mais as mulheres “santas” que se sentissem oprimidas ou as mulheres “putas” que se sentissem exploradas.

Também cabe refletir se existem violências diferentes, que atingem diferentemente crianças, mulheres, trabalhadores ou cidadãos. Ou se é a mesma violência humana, punida com mais rigor num caso, e mais tolerada em outro, como se os cidadãos tivessem direitos diferentes, em virtude de seus trabalhos, cargos, posses ou preconceitos e julgamentos morais. O grande problema é a coisificação (reificação) do ser humano. Ao ser transformado em coisa, mercadoria, o estranhamento de sua humanidade passa a fazer parte de seu entendimento social. Isso se dá não apenas com a prostituta, que vende serviços sexuais, esse é um problema que atinge todas as demais categorias de trabalhadores.

Cabe ainda discutir se, e até onde, o Estado pode determinar ou interferir no comportamento sexual adulto e consensual, e ao quanto de privacidade o cidadão tem direito no arranjo social atual. Em tempos de radicalismos políticos, estatais e religiosos e de guerras e terrorismos mundiais que tentam impor as suas verdades, às vezes, utilizando ataques com armas e munições, outras vezes, corrompendo pelo poder de influência (ideologias) e dinheiro (capital), a sociedade atual necessita esforçar-se muito para levantar o véu da ignorância e desvendar os mistérios da verdadeira natureza humana. Uma visão liberal aponta para o direito ao livre uso do corpo, mas é sempre importante lembrar que esse “livre uso do corpo” pode não ser tão livre assim. O papel da ideologia da sociedade de consumo e a estrutura de classes na sociedade devem ser levados em consideração. A liberdade de escolha, no capitalismo, tem muito mais uma conotação ideológica do que real. Apesar de nem todas as prostitutas serem vítimas, não se pode afirmar que não existam vítimas neste meio. A miséria, a falta de oportunidade de trabalho e a exploração sexual ainda é um grande fator que leva mulheres a se prostituírem.

O tão pouco que sabe sobre si mesmo permitiu ao ser humano construir uma sociedade violenta, punitiva, castradora, ignorante e repleta de contradições em suas falsas verdades. A perfeita imagem de si mesmo. Conhecer (reconhecer) o mundo, o outro, e a si mesmo, aceitando-os como realmente são, pode ser o primeiro passo para uma sociedade melhor. A liberdade de expressão sexual acompanhará sempre o desenvolvimento da democracia e do

estado de direito. A humanidade precisa saber mais sobre si mesma, inclusive sobre a sua própria sexualidade, para que as construções teóricas e as visões do “ser humano” contemplem toda a sua diversidade, descartando modelos ultrapassados de sociedades “perfeitas” ou promessas de “outras dimensões”.

A força bruta de seres humanos, que escraviza e explora outros seres humanos, engessando-os em “modelos” pré-fabricados e eliminando as suas potencialidades, continua sendo a mesma, embora se troquem os antigos instrumentos: os chicotes e as correntes, por novos “utensílios”: o medo da fome, do desemprego, da falta de moradia, das privações de consumo, e outros. Um modelo de sociedade que permita ao ser humano, vivenciar plenamente suas potencialidades, entre elas o livre exercício de sua sexualidade, pode ser utopia, mas precisa ser buscado sempre. Talvez assim não seja mais necessário que as pessoas tentem comprar sexo, amor, atenção, prazer, carinho e reconhecimento. A ausência de “modelos perfeitos” ou de “necessidades inventadas” pode permitir que o ser humano seja, finalmente, apenas aquilo que ele é - sem adjetivos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) USP.

ALMEIDA, M. C. B. e DAHER, F. *As características da prostituição feminina na Rua Augusta – SP, e sua implicação no Turismo*. PUC Campinas, Curso de Turismo, 2003. http://www.puc-campinas.edu.br/pesquisa/i_semana_cientifica/tcc_resumos/15070E70-8250-43CA-9252-5DC102FC2.pdf. Acesso em: 01 Jul. 2011.

ALVES, Fábio Lopes. *Noites de Cabaré: prostituição feminina, gênero e sociabilidade na zona do meretrício*. São Paulo: Arte e Ciência, 2010.

ANDRADE, M.C. Geografia econômica. 6^a ed. São Paulo:Atlas, 1980.

ARIÉS, Philippe e BÉJIN, André (orgs.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BATISTA JR. Paulo N.. Mitos da Globalização p. 125-186. *Estudos Avançados* 32jan-abr 1998.

BENKO, Georges. *Economia Espaço e Globalização*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. SILVA, Ana Paula. *Amor Um Real Por Minuto - A prostituição como atividade econômica no Brasil urbano*. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org/pt/wp-content/uploads/2009/10/sexualidade-e-economia-thaddeus-blanchette-e-ana-paula-da-silva.pdf>. Acessado em: 15.04.2012.

_____. *“Nossa Senhora da Help”*: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. IN: *Cadernos Pagu* #25. Julho-Dezembro de 2005, pp.249-280. Campinas: UNICAMP. 2005.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro:Zahar, 2001.

BRASIL, Mariana. *O manuscrito de Sônia*. São Paulo: Itália Nova Editora, 2005.

BRASIL. *Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Secretaria Nacional de Justiça. Brasília: SNJ, 2008.

BRUM, Eliane. “A ministra e a prostituta”. Revista Época. 15.10.2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/10/ministra-e-prostituta.html>. Acessado em: 07.01.2013.

BUETTNER, R. (2012). *Prosecutors Focus on Pimps and Clients, Instead of Prostitutes*. New York Times, página A27, 03 de maio de 2012, disponível em: http://www.nytimes.com/2012/05/03/nyregion/manhattan-prosecutors-focus-on-pimps-instead-of-prostitutes.html?_r=1. Acessado em 25.05.2012.

CARMO, P. S. Entre a Luxúria e o Pudor: a história do sexo no Brasil. São Paulo: Ed. Octavo, 2011.

CATW- Internacional. <http://www.catwinternational.org/factbook/Brazil.php>. Acessado em 15.09.2012.

CHARPENEL, Y. (coord.) Rapport mondial sur l’exploitation sexuelle: la prostitution au coeur du crime organize. Paris:Economica, 2012.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo, Xamã, 1996.

CORRÊA, Roberto L. *Globalização e reestruturação da rede urbana - uma nota sobre as cidades pequenas*. Território. Rio de Janeiro, n. 6, 1999, p. 43-53.

_____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *O Sudoeste paranaense antes da colonização*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 1, pg.87-98, jan/mar. 1970 a.

_____. *Cidade e região no Sudoeste Paranaense*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 3-155, 1970b .

DÍAZ-BENITEZ, Maria Elvira. *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Meninas da noite: a prostituição das meninas escravas no Brasil*. São Paulo: Ática, 1993.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FARIA, Nalu (org). POULIN, Richard. *Desafios do livre mercado para o feminismo*. São Paulo: SOF – SempreViva Organização Feminista, 2005. (Coleção Cadernos SempreViva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 8). ISBN 85-86548-11-1. Disponível em: www.sof.org.br/system/resources/BA. Acessado em 21.04.2012.

FLORES, E. L. *Industrialização e Desenvolvimento no Sudoeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado. Francisco Beltrão:Unioeste, 2009.

FOLHA DO PARÁ. BELO MONTE: casos de prostituição aumentam em Altamira/PA. Disponível em <http://www.folhadopara.com/2012/04/belo-monte-casos-de-prostituicao.html>. Acesso em mar/2013.

FONSECA, Guido. *História da Prostituição em São Paulo*. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

FRESCA, T. M. *Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia*. Revista Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan/jun. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/geografia/v10n1.pdf#page=27>. Acessado em 05.01.2012.

_____. *A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Arapongas, Apucarana e Cianorte*. Anais do X encontro de geógrafos da América Latina, 20 a 26 de março de 2005, São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/10.pdf>. Acessado em: 05.01.2012.

GRUPPI, L. *Sexo e Sociedade*. Temas de Ciências Humanas:Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. pp.55-92.

HIRST, P. e THOMPSON, G. *Globalização em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Base de Dados do Estado – BDEweb*. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acessado em 05.01.2012.

KRÜGER, Nivaldo. *Sudoeste do Paraná – História de bravura, trabalho e fé*. Curitiba: Posigraf, 2004.

LANDINI, Tatiana Savoia. OLIVEIRA, Maria P. P. (organizadoras). *Enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*. São Paulo: IBCCRIM, 2008.

LARGMAN, Esther. *Jovens polacas: da miséria na Europa à prostituição no Brasil*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

LAZIER, Hermógenes. *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita historia*. Francisco Beltrão: Grafit, 2004.

_____. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste Paranaense*. Francisco Beltrão: Grafit, 1997.

_____. *Francisco Beltrão: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso*. Edição histórica. Francisco Beltrão: Ed. Folha do Sudoeste, 1980.

LEAL, M. F. e LEAL, M.L. Relatório Nacional PESTRAF – Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil, 2002.

LEE, Paula. *Alugo o meu corpo*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2008.

LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Em depoimento à Marcia Zanelatto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Lenin, V. I. El quinto congreso internacional de lucha contra la prostitucion. Obras Completas, v.23. Moscou: Ed. Progreso, 1984.

LENZ, F. Estudo mostra que tráfico de pessoas e prostituição não aumentaram na África do Sul. Revista Beijo da Rua, Abril 2012.

LEVITT, S. D. e DUBNER, S. J. *Superfreakonomics: o lado oculto do dia a dia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MONDARDO, M. L. *A relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil*. Revista Agrária, n. 05, p. 65-86, 2006.

_____. Uma *caracterização geral do processo de urbanização do Sudoeste do Paraná, Brasil*. Scripta Nova. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona. 15 de Mayo de 2007, vol. XI, n. 239. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn239.htm>.

MUYLAERT, R. 1943 - Roosevelt e Vargas Em Natal. São Paulo: Ed. Bússola, 2012.

MUNK, V. 40.000 prostitutas vão invadir a Alemanha. *Revista Beijo da Rua*, Abril 2012.

NAPOLEONI, Loretta. *Economia Bandida*. São Paulo: Ed. Record, 2010.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual*. Brasília: OIT, 2006. 80 p. ISBN 92-2-817384-X.

_____. *Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil (2004-2011): Avaliações e Sugestões de Aprimoramento de Legislação e Políticas Públicas*. Brasília: OIT, 2011.

_____. *Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho ; Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas (GTIP) - Brasília: OIT, 2012. 1 v. ISBN: 9789228261196; 9789228261202 (web pdf).*

OLIVEIRA, M. Panorama Histórico Sobre o Tráfico de Pessoas in *Enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*. Organizadoras: Tatiana Savoia Landini, Maria P. P. Oliveira. 1ª. Edição. São Paulo: IBCCRIM, 20082008

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. SALLES, Jeferson de Oliveira. KUNHAVALIK, Jose Pedro. *A Construção do Paraná Moderno: políticos e políticas no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004.

PACHECO, Raquel. *O doce veneno do escorpião*. São Paulo: Panda Books, 2005.

PARLEMENT EUROPÉEN. Résolution du Parlement européen sur la prostitution forcée dans le cadre de manifestations sportives internationales Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/oeil/spdoc.do?i=11654&j=0&l=fr>. Acessado em: 04.11.2012.

PEDRO, J. M. Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação in PEDRO, J. M., SILVA, J.G. e FÁVERI, M. (org) *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. (organizado por) Marlene de Fáveri, Janine Gomes da Silva, Joana Maria Pedro. Florianópolis: Editora UDESC, 2010

PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*. Guarapuava: Unicentro, 2008.

POULIN, Richard (coord.). “*Prostitution: la mondialisation incarnée; points de vue du Sud*”. Alternatives Sud, vol. 12-2005/3. Centre Tri- continental ET Editions Sylepse, Louvain-la Nelve, Paris, 2005.

POULIN, Richard “*La Mondialisation des Industries du Sexe – Prostitution, Pornographie, Traite des Femmes et des Enfants*”. Paris: Imago, 2005, 2011.

POULIN, Richard. *Quinze Teses sobre o Capitalismo e o Sistema Mundial de Prostituição*. São Paulo: SOF, 2005.

PRADO JR, Caio. *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Protocolo de Palermo – 2000. Disponível em : <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE8833249ITEMIDBDDBD03F6C674F1D95193A7E7A0ED937PTBRNN.htm>. Acessado em 02.03.2012

RONCIÈRE, C. A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença. In *História da Vida Privada 2 - da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro:Record, 2001.

_____. Espaço e Método. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora USP, 2008(b).

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2006.

SESI. “A Exploração Sexual e os Grandes Eventos Esportivos”. <http://www.conselhonacionaldosesi.org.br/imprensa/noticias/vira-vida-noticias/brasil-e-franca-discutem-prevencao-da-exploracao-sexual-na-copa-e-olimpiadas/>. Acessado em: 04.11.2012.

SINGER, Paul. *Economia Política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

- SIQUEIRA, F.R. História da sexualidade brasileira. São Paulo: Leitura Médica, 2008.
- SMITH, Dan. Atlas da Situação Mundial. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2007.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual – Natureza, Capital e a Produção de Espaço*. São Paulo: Bertrand, 1984.
- SOUZA, Rafaela Assis de. *Prostituição Juvenil Feminina*. Curitiba-PR: Juruá, 2009.
- SOUZA, Inar. *Cliente: o outro lado da prostituição*. São Paulo: Annablume, 1998.
- SPOSITO, M.E.B. *Capitalismo e urbanização*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Cidade: espaço e tempo (ensaando a reflexão)*. Revista de Geografia. São Paulo: UNESP, v.11, 1992, p. 89-98.
- STREIT, M. Adolescência Prostituída: uma outra história da construção das hidrelétricas. Disponível em <http://revistaforum.com.br/blog/2012/07/forum-de-julho-traz-uma-outra-historia-sobre-a-construcao-das-hidreletricas/> Acessado em 16.09.2012.
- SWAIN, T.N. *Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica*. Unimontes Científica, América do Norte, 6, jun. 2008. Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/118/115>. Acesso em: 08 Fev. 2011.
- TANNAHILL, Reay. *O sexo na história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983
- TRINDADE, Eliane. “Rede de intrigas: a novela do tráfico de mulheres no Brasil”. Folha de São Paulo, 09.12.2012. <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/1197809-rede-de-intrigas-a-novela-do-trafico-de-mulheres-no-brasil.shtml> . Acessado em: 08.01.2013.
- VINCENT, Gérard. *Uma história do segredo?*, IN Prost, A. & Vincent, G. História da vida privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Parana, Sudoeste: Ocupação e colonização*. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.